



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Relatório de Gestão 2021

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Relatório de Gestão 2021



Sumário

Mensagem do Presidente

1 Visão geral organizacional e ambiente externo

- 1.1 Referencial Estratégico
- 1.2 Estrutura Organizacional
- 1.3 Estrutura de Governança
- 1.4 Modelo de Negócios
- 1.5 Cadeia de Valor
- 1.6 Relacionamento com a sociedade
- 1.7 Ambiente externo
- 1.8 Determinação da materialidade das informações

2 Riscos, oportunidades, desafios e perspectivas

- 2.1 Gestão de Riscos e Controles Internos
- 2.2 Oportunidades, desafios e perspectivas

3 Governança, estratégia e desempenho

- 3.1 Plano Estratégico
- 3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRE/
PB de gerar valor
- 3.3 Resultados e desempenho da gestão

3.3.1 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

3.3.2 Resultados das principais áreas de atuação

Gestão de Pessoas

Gestão de custos

Gestão orçamentária e financeira

Gestão de licitações e contratos

Infraestrutura e gestão patrimonial

Gestão de tecnologia da informação e comunicação

Sustentabilidade socioambiental

4 Demonstrações Contábeis

4.1 Demonstrações contábeis

4.2 Notas explicativas

5 Outras informações relevantes

Tratamento de determinações e recomendações do TCU
Auditorias e consultorias internas

Anexos e apêndices

Glossário



Mensagem do Presidente

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba



Joás de Brito Pereira Filho

Mensagem do Presidente

A presente mensagem inaugura o relatório de gestão do exercício 2021 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), elaborado na forma de relato integrado e que sintetiza a atuação do TRE/PB no ano de 2021, expondo à sociedade os resultados das ações empreendidas na busca pelo cumprimento da missão institucional de “garantir a legitimidade do processo eleitoral”.

Após o imenso desafio de ter realizado o pleito de 2020 sob o impacto da pandemia da COVID-19, o ano de 2021 foi de aprendizado, crescimento e aperfeiçoamento dos procedimentos internos, tendo sempre como horizonte nossa missão de futuro de “ser referência na credibilidade, transparência e eficiência do processo eleitoral”.

Ainda sob os efeitos da pandemia, no ano de 2021 foi possível concluir a digitalização de todos os nossos processos judiciais físicos e evoluir no relacionamento com o público externo, com a instituição da ferramenta balcão virtual que possibilita o atendimento remoto das partes e advogados de forma síncrona, bem como com o projeto de universalização de atendimento ao eleitor, que permite que o cidadão eleitor seja atendido em qualquer Zona do Estado, independentemente de seu domicílio eleitoral.

No âmbito organizacional, foi instituído o Plano Estratégico 2021-2026 e avançou-se na discussão de mecanismos de integridade, que resultou, no início de 2022, na instituição do Programa de Integridade do TRE-PB, demonstrando o compromisso deste Tribunal com a mudança cultural de nosso país, através do enaltecimento da ética, um dos valores abraçados pela Justiça Eleitoral Paraibana.

No primeiro grau, foi elaborado novo regulamento interno das Zonas Eleitorais e, com o advento do trabalho à distância, foi priorizada a recomposição da força de trabalho das Zonas Eleitorais, com a vinculação dos servidores removidos aos respectivos cartórios de origem.

Ainda na preparação para os novos desafios, notadamente quanto à segurança cibernética, foram iniciadas as tratativas que redundaram na reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação com ênfase à Governança e Gestão de TIC e Segurança da Informação e Proteção de Dados, com o intuito de dar efetividade à Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário.

Da mesma forma, foi possível avançar na reestruturação da Escola Judicial Eleitoral, que, além de ser responsável pela capacitação dos servidores e juízes eleitorais, tem papel relevante no combate à desinformação, outro risco crítico ao processo

eleitoral de 2022, notadamente nas questões que envolvem a confiabilidade do sistema de votação brasileiro.

Sob a perspectiva de resultados, este Tribunal obteve selo Prata no prêmio CNJ de Qualidade 2021, com 82,93% no resultado final, pontuação superior à anteriormente alcançada e a melhor entre os que atingiram tal premiação.

Feita essa breve apresentação, finalizo assegurando, como Presidente do TRE/PB e responsável pela governança deste Órgão, a integridade (fidedignidade, precisão e completude) deste relatório, destacando que é fruto do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação. Reconheço, ainda, o compromisso deste Tribunal com a conformidade exigida nos termos estabelecidos pela Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Por fim, renovo os compromissos de trabalho e dedicação na busca por soluções inovadoras e criativas para enfrentar as dificuldades do pleito de 2022 que, desde logo, se anteveem complexas.



DES. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO
PRESIDENTE DO TRE-PB

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

1.1 Referencial Estratégico

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é um órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsão do art. 118, inciso II, da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e arts. 23 a 25 do [Regimento Interno](#) (Resolução TRE/PB nº 09/2015).

A missão do TRE/PB consiste em “garantir a legitimidade do processo eleitoral”, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado. Assim, realiza, no âmbito do Estado da Paraíba, o planejamento, a execução e a apuração das eleições federais, estaduais e municipais, a administração do Cadastro Nacional de Eleitores e o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade, investindo em tecnologia, infraestrutura e treinamento de servidores e colaboradores.

Compete, também, ao Tribunal, julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes e Juntas Eleitorais do Estado, bem como os processos originários e administrativos do próprio Tribunal; registrar os partidos e candidatos a cargos eletivos de Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, assim como analisar a prestação de contas dos mesmos, prestadas ao final de cada campanha estadual; analisar as prestações de contas anuais dos órgãos regionais dos partidos políticos; elaborar e fiscalizar o calendário estadual de propaganda eleitoral; proceder à anotação e cancelamento dos

diretórios estaduais e municipais dos partidos políticos; julgar as impugnações relativas aos pedidos de registros de candidaturas, as arguições de inelegibilidade e designar os juízes titulares das Zonas Eleitorais do Estado da Paraíba.

O referencial estratégico do TRE-PB está previsto no seu Plano Estratégico Institucional. Além da missão do órgão, ele é composto pela visão de futuro de “Ser referência na credibilidade, transparência e eficiência do processo eleitoral” e pelos seguintes valores: “Acessibilidade, Agilidade, Ética, Imparcialidade, Inovação, Segurança Jurídica e Sustentabilidade”, conforme figura seguinte:



Figura 01: Referencial Estratégico

1.2 Estrutura Organizacional

O [Regulamento Interno](#) da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi aprovado por meio da Resolução TRE/PB nº 14/2019. Dispõe sobre a organização administrativa, a competência das unidades integrantes, as atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções comissionadas, dos cargos efetivos que constituem seu quadro de pessoal, normatiza seus institutos e princípios disciplinares e determina o regime jurídico de seus servidores. A estrutura organizacional da Secretaria do TRE-PB poderá ser conhecida através do link [Estrutura Organizacional do TRE-PB](#).

Além das unidades administrativas da Secretaria, o TRE-PB compõe-se de 68 (sessenta e oito) Zonas Eleitorais, através das quais exerce a sua jurisdição em todo o Estado da Paraíba, conforme distribuição no mapa abaixo:

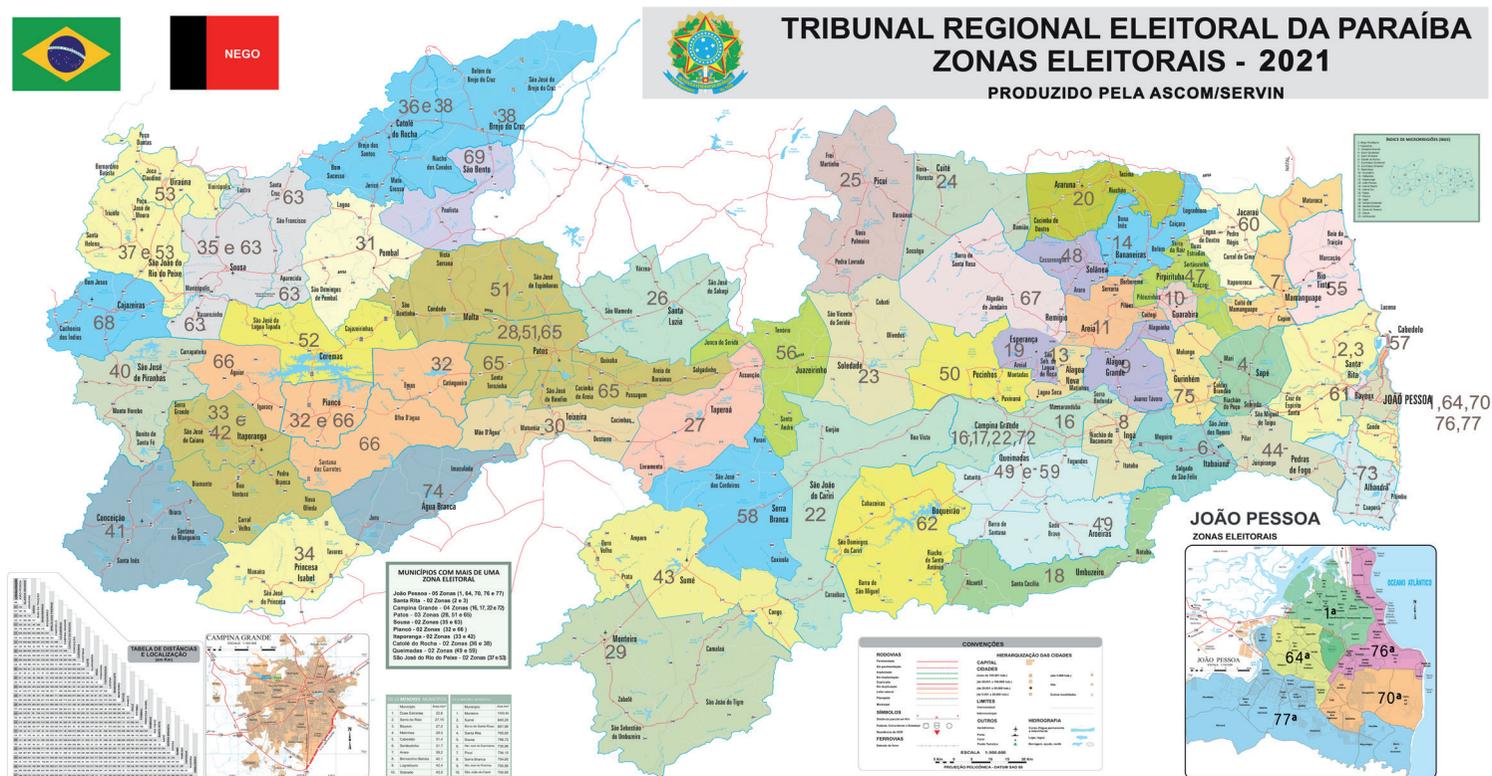


Figura 02: Mapa das Zonas Eleitorais

1.3 Estrutura de Governança

O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba está normatizado na [Resolução nº 10/2017 - TRE/PB](#). Compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas, iniciativas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba. Oportuniza maior alinhamento entre as políticas institucionais, o planejamento e a sistemática de aferição dos resultados.

Busca proporcionar a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. Foi elaborado com base nos princípios de governança pública, disseminados pelo Tribunal de Contas da União: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability. Estabelece mecanismos que favorecem a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional.

A representação gráfica ao lado apresenta as principais instâncias de governança do TRE-PB demonstrando, de forma estruturada, os diversos atores que exercem funções de governança e gestão do órgão e como se relacionam para a realização de sua Missão e alcance de sua Visão.

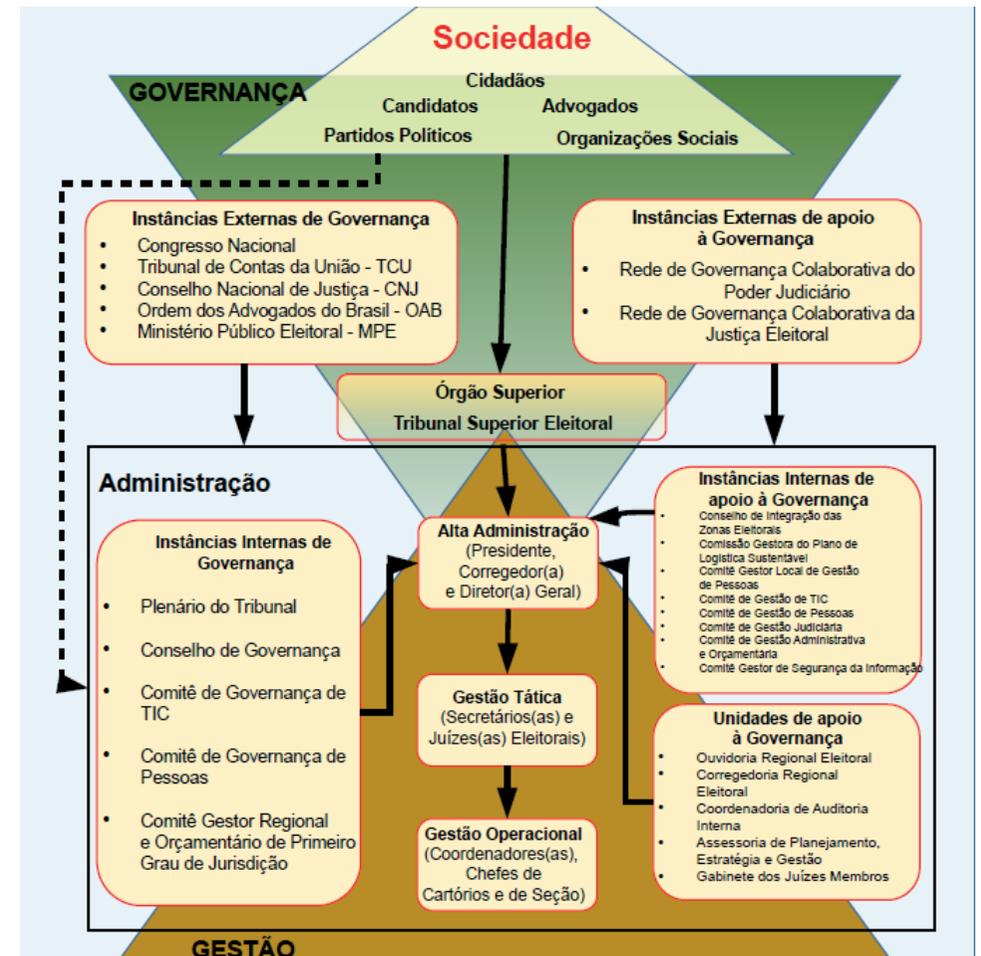


Figura 03: Estrutura de Governança

1.4 Modelo de Negócio

O modelo de negócio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba representa o sistema de transformação de seus recursos, através dos seus processos de trabalho, em produtos e serviços para a sociedade, gerando valor e cumprindo sua missão institucional. Em 2021, realizou-se a atualização da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos institucionais, tendo havido modificação em alguns processos de trabalho. Apresenta-se, abaixo, o modelo de negócio do TRE/PB:

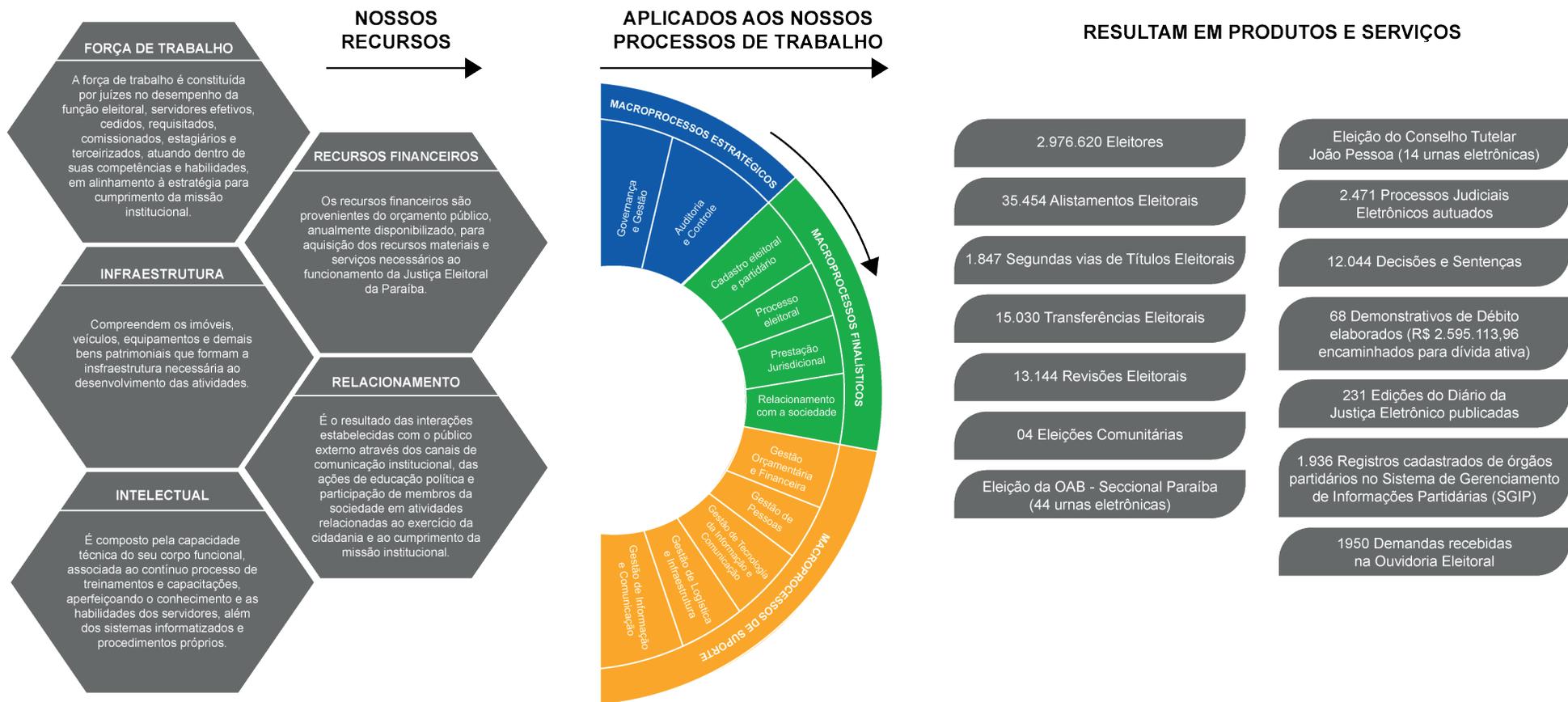


Figura 04: Modelo de Negócio

1.5 Cadeia de Valor

A [Cadeia de Valor do TRE/PB](#), aprovada pela Portaria nº 1003/2015 – PTRE/ASPLAN e revisada no exercício 2021, representa a visualização ordenada e integrada do funcionamento do conjunto dos principais processos de trabalho (Macroprocessos), reunidos por categoria, que são executados para satisfação das necessidades dos clientes dos produtos e serviços do Tribunal, agregando valor.

Os Macroprocessos que formam a Cadeia de Valor apresentam a seguinte classificação: Estratégicos, Finalísticos e de Suporte.

Os Macroprocessos Estratégicos compreendem os processos de trabalho ligados à estratégia, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão da organização, necessários à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. São Macroprocessos Estratégicos: Governança e Gestão, Auditoria e Controle.

O conjunto de processos indispensáveis à gestão efetiva do Tribunal, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos diversos subsistemas, garantindo o suporte operacional adequado aos processos finalísticos formam os Macroprocessos de Suporte. São eles: Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Logística e Infraestrutura e Gestão da Informação e Comunicação.

Os Macroprocessos Finalísticos compreendem os processos de trabalho que geram valor público através da entrega de produtos e serviços à sociedade. São Macroprocessos Finalísticos: Cadastro Eleitoral e Partidário, Relacionamento com a Sociedade, Processo

Eleitoral e Prestação Jurisdicional.

O TRE-PB possui, ainda, um relatório, resultado de um estudo sobre a classificação dos seus processos de negócio em relação aos níveis de criticidade e sistemas informatizados que os sustentam, disponível no endereço [Relatório - processos críticos](#).



Figura 05: Cadeia de Valor do TRE-PB

1.6 Relacionamento com a Sociedade

Canais de Comunicação

Redes Sociais

As redes sociais do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba representam um importante instrumento de comunicação com o público externo. Além da página do órgão na internet, acessada por meio do endereço tre-pb.jus.br, o TRE-PB também realiza a publicação das decisões, informações e orientações de interesse da sociedade através dos seguintes canais:



[Youtube](#)



[Facebook](#)



[Instagram](#)



[Twitter](#)



[Tiktok](#)

Ao longo do exercício de 2021, a Assessoria de Comunicação (ASCOM), unidade responsável pela gestão das redes sociais institucionais, realizou a publicação dos seguintes quantitativos de matérias e postagens:

- 290 matérias no site
- 488 postagens no Instagram
- 488 postagens no Facebook
- 501 postagens no Twitter
- 46 postagens no TikTok

Ouvidoria

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi criada pela Resolução TRE/PB N.º 08/2010 e regulamentada pela Resolução TRE/PB N.º 13/2011, com as alterações da Resolução TRE/PB 27/2020. Através dessa unidade, o cidadão pode demandar suas denúncias, reclamações, sugestões e solicitações a este Regional de Justiça Especializada, utilizando a rede mundial de computadores por meio do link <https://www.tre-pb.jus.br/o-tre/ouvidoria-eleitoral/ouvidoria-eleitoral-do-estado-da-paraiba>. Ao demandante também é facultado encaminhar comunicação para o e-mail ouvidoria@tre-pb.jus.br, acessar a conta da Ouvidoria no Instagram (@ouvidoria_tre_pb) ou pelos telefones (83) 3512.1381, 3512.1450 e 3512.14.51. Em 2021, a unidade passou a receber demandas, ainda, pelo aplicativo WhatsApp (fone: 83.996383615). O pedido também pode ser recebido pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos correios (Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João pessoa PB) e, em todos os casos, serão lançadas no sistema SEI-Ouvidoria, sendo criado um processo para cada demanda.

Nos gráficos ao lado, detalha-se o quantitativo de atendimentos realizados através desse canal, no ano de 2021:



- Ouvidoria: Acesso à Informação
- Ouvidoria: Audiência Pública
- Ouvidoria: Concursos
- Ouvidoria: Consultas
- Ouvidoria: Crítica
- Ouvidoria: Demandas Internas
- Ouvidoria: Denúncia
- Ouvidoria: Elogio
- Ouvidoria: Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- Ouvidoria: Providências
- Ouvidoria: Reclamação
- Ouvidoria: Sugestão

Processos com tramitação no período:

Órgão	Tipo	Quantidade
TRE-PB	Ouvidoria: Acesso à Informação	426
TRE-PB	Ouvidoria: Atendimento ao cidadão	6
TRE-PB	Ouvidoria: Audiência Pública	3
TRE-PB	Ouvidoria: Concursos	14
TRE-PB	Ouvidoria: Consultas	1.093
TRE-PB	Ouvidoria: Crítica	3
TRE-PB	Ouvidoria: Demandas Internas	4
TRE-PB	Ouvidoria: Denúncia	19
TRE-PB	Ouvidoria: Elogio	3
TRE-PB	Ouvidoria: Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	13
TRE-PB	Ouvidoria: Providências	250
TRE-PB	Ouvidoria: Reclamação	105
TRE-PB	Ouvidoria: Sugestão	11
TOTAL:		1.950

Figura 06: SISTEMA SEI OUVIDORIA
Demandas recebidas em 2021

Pesquisa de Satisfação do usuário

Com o intuito de aprimoramento dos serviços prestados, assim como de busca por um atendimento diferenciado, o TRE-PB disponibiliza aos seus usuários um questionário de pesquisa de satisfação acerca do atendimento recebido em qualquer unidade. Quadrimestralmente, a Ouvidoria encaminha esses dados ao Conselho Nacional de Justiça, através da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - ASPLAN. A pesquisa é parametrizada em três itens de aferição: cortesia no atendimento, qualidade da resposta recebida e tempo para recebimento da resposta. O questionário pode ser acessado no link da “transparência” do Tribunal [Pesquisa de Satisfação](#).

Nas Zonas Eleitorais, a pesquisa é feita através de cédulas em papel e encaminhadas à Ouvidoria, através do formulário google.docs, para consolidação dos dados. Em face da pandemia, o atendimento nas Zonas Eleitorais, em 2021, continuou a ser realizado predominantemente de forma remota. Assim, nessas unidades, o preenchimento da pesquisa em cédulas de papel ficou prejudicado. Dessa forma, temos, abaixo, apenas os dados oriundos daqueles usuários que, tendo recebido a cédula on line (disponibilizada pelo sistema SEI-OUVIDORIA), fizeram o preenchimento e o encaminhamento de sua opinião.

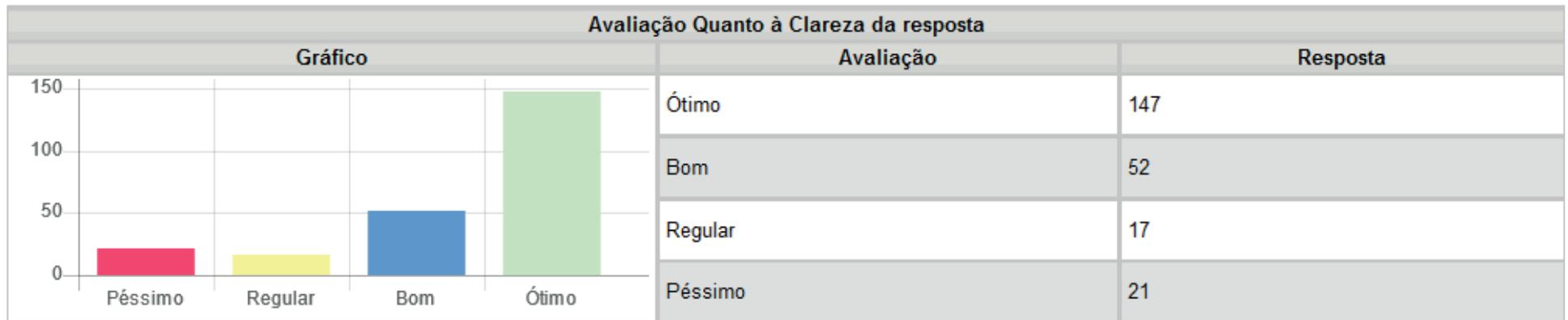


Figura 07: Avaliação quanto a clareza da resposta
Fonte: Sistema SEI-Ouvidoria

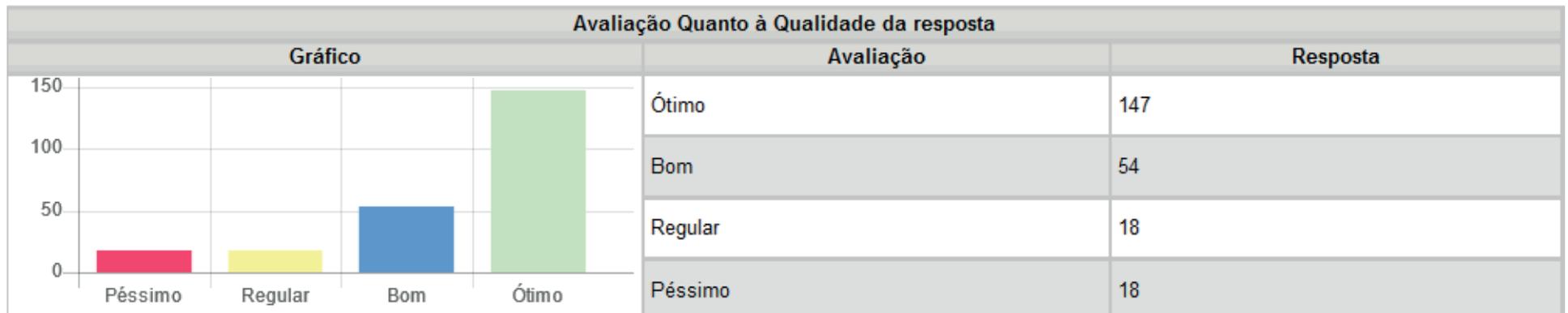


Figura 08: Avaliação quanto a qualidade da resposta
 Fonte: Sistema SEI-Ouvidoria

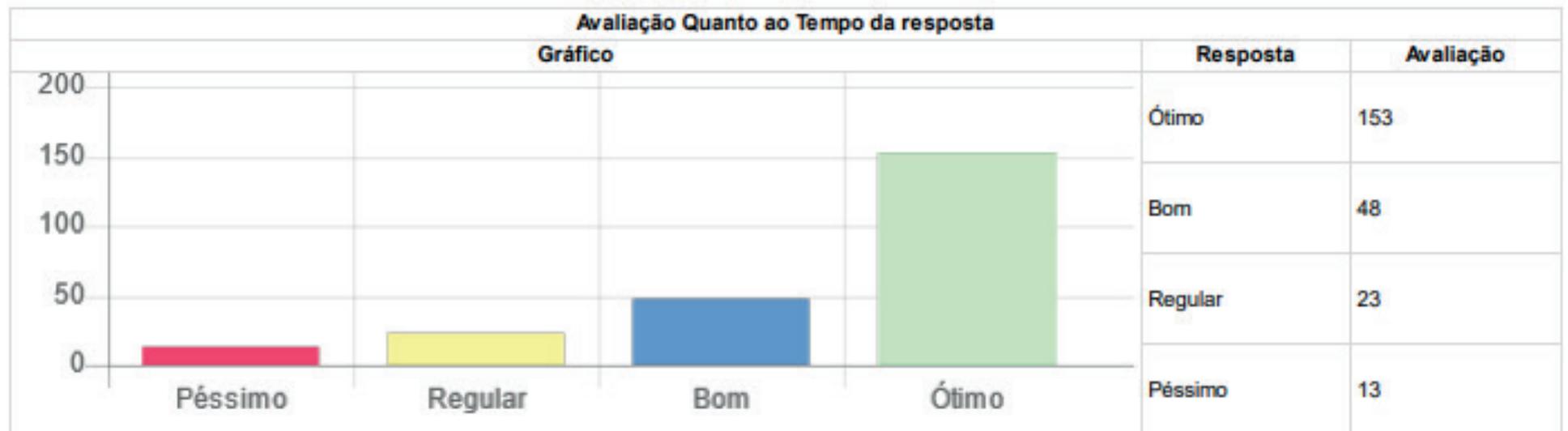


Figura 09: Avaliação quanto ao tempo da resposta
 Fonte: Sistema SEI-Ouvidoria

Carta de Serviço ao Cidadão

A Carta de Serviços é um documento elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com o objetivo de divulgar os serviços prestados ao cidadão por intermédio de suas Zonas Eleitorais, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de eficiência e qualidade de atendimento ao público, para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade. O acesso poderá ser realizado através do seguinte link: [Carta de Serviços ao Cidadão Zonas Eleitorais](#)

Transparência

Em 2021, foi realizado o aprimoramento da página correspondente à área de “Transparência e Prestação de Contas” no Portal do TRE-PB na Internet, disponível no endereço <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

Os itens de menu mais relevantes ao controle social foram transformados em links e dispostos ao longo dessa página. Com isso, tornaram-se de mais fácil localização e ainda possibilitaram a realização de busca textual com os navegadores web. Foram, também, criadas, atualizadas e aprimoradas páginas com informações referentes às gestões orçamentária, financeira, estratégica, patrimonial, socioambiental, documental, administrativa, quadro de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias, informações contábeis, ouvidoria, auditoria, produtividade de serventias e magistrados, dentre outras.

Além disso, mais de 900 (novecentas) páginas do Portal passaram por análise quanto à necessidade de permanência, atualização, adequação à flexão de gênero, acessibilidade, entre outros itens.

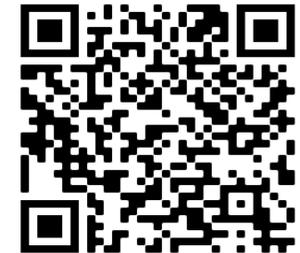


Figura 10: QR CODE -
Transparência e Prestação de
Contas

Além disso, mais de 900 (novecentas) páginas do Portal passaram por análise quanto à necessidade de permanência, atualização, adequação à flexão de gênero, acessibilidade, entre outros itens.



Figura 11: 900 páginas analisadas

A busca constante de aperfeiçoamento na transparência da informação à sociedade se coaduna com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, estabelecido pelas Nações Unidas, através do cumprimento da meta “16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”.



Figura 12: Objetivos de desenvolvimento sustentável

Visando promover a disseminação dos principais julgados desta Corte Regional Eleitoral, foram elaborados e disponibilizados, mensalmente, os [Informativos TRE-PB](#), contendo resumos das decisões institucionais. Adicionalmente, foi publicada a [Revista de Julgados 2021](#) que, além das principais decisões deste Tribunal, disponibilizou artigos de relevante valor jurídico. Por fim, foram revisados 2.630 (dois mil seiscentos e trinta) tipos de decisão na Base de Jurisprudência, com julgamento de 2007 a 2020, visando tornar mais precisa a busca dos Acórdãos e Decisões Monocráticas deste Tribunal, acessados na [Pesquisa de Jurisprudência](#).

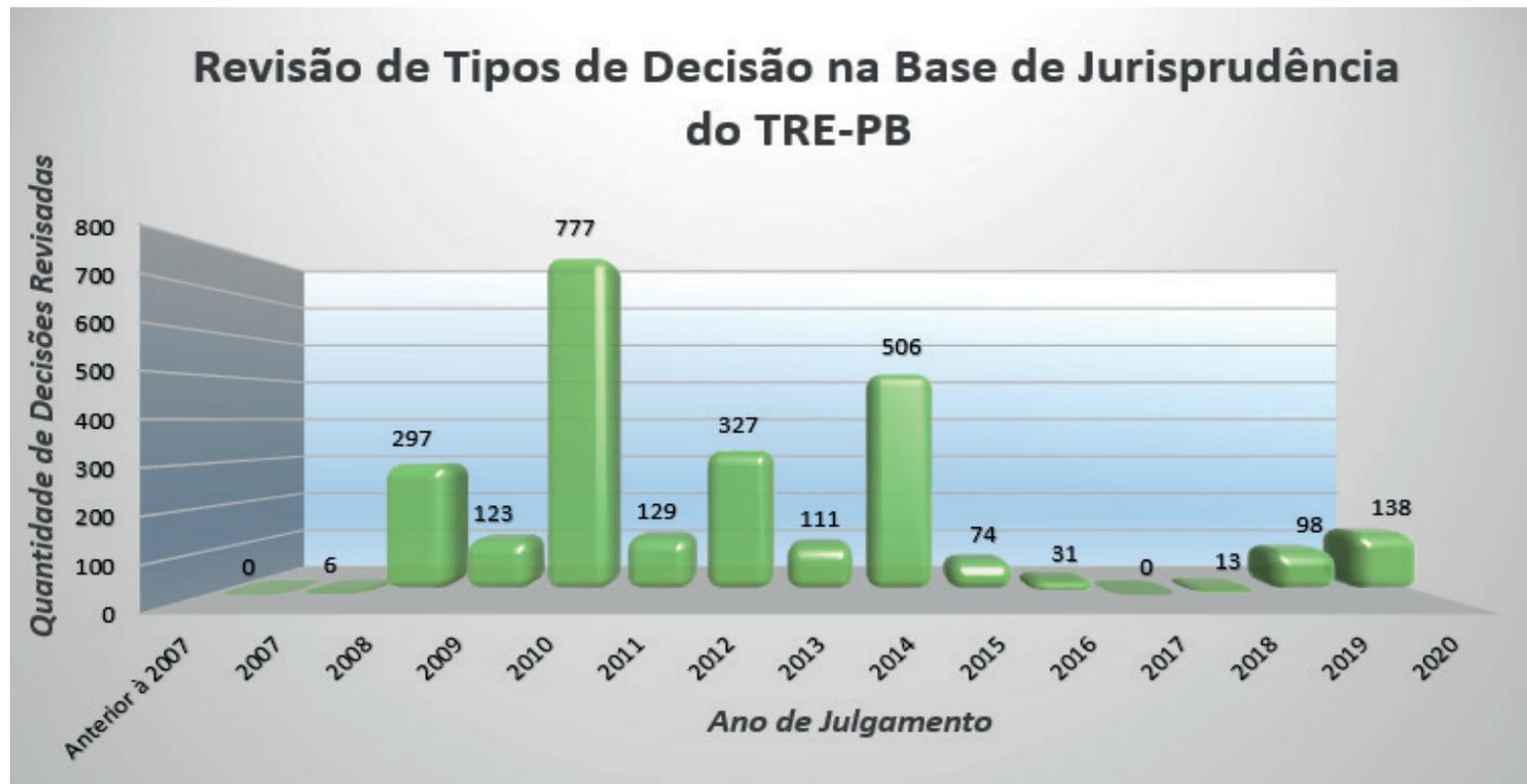


Figura 13: Revisão de Tipos de Decisão na Base de Jurisprudência do TRE-PB

A partir de 2021, o Portal do TRE-PB passou também a contar com uma página destinada a informar a sociedade sobre os recursos públicos distribuídos aos órgãos estaduais dos Partidos Políticos na Paraíba, conforme dados extraídos das Prestações de Contas dos respectivos Diretórios Nacionais. A página encontra-se disponível em [Fundo Partidário - recursos](#).

Por oportuno, pontua-se que a relação das cotas do Fundo Partidário do ano 2021 somente poderá ser disponibilizada após a entrega da prestação de contas anual dos partidos, cujo prazo final será 30 de junho de 2022, oportunidade em que a referida página será atualizada.

Além disso, foram confeccionadas e publicadas as atas de distribuição dos processos judiciais no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PB, que se encontra disponível do Portal do TRE/PB (1º semestre em: <blob:https://dje-consulta.tse.jus.br/e81ba958-c737-4864-a397-91adbe573fb6>, 2º semestre em: <blob:https://dje-consulta.tse.jus.br/0677f6b4-ebb5-4962-982e-bd5b49b79b6a>) e procedeu-se à anotação das decisões judiciais de 2º grau no sistema de informação de contas (SICO), também disponível para consulta pública <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/sistema-de-informacoes-de-contas-sico>, disponibilizando, ainda,

dados sobre as prestações de contas de campanha e de exercício financeiro em <https://www.tre-pb.jus.br/partidos/contas-partidarias/contas-partidarias>:

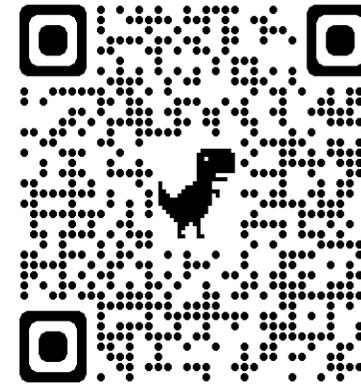


Figura 14: QR CODE Contas partidárias

Foram produzidos e publicados 231 edições de Diário de Justiça Eletrônico, disponível em [Diário de Justiça Eletrônico](#). Ainda, todas as suspensões de Órgãos Partidários foram anotadas em sistema próprio e estão à disposição dos interessados para consulta através do sistema SGIP, disponível em [Informações Partidárias](#).

Acessibilidade

Relacionamento com a sociedade

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, iniciou-se processo de criação do NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, para assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações;

Quanto à acessibilidade nos locais de votação, o Cadastro Nacional de Eleitores indica que, até dezembro de 2021, estavam aptos 2.976.620 eleitores no Estado da Paraíba, distribuídos em um universo de 10.192 seções eleitorais, funcionando em 1.827 locais de votação. Deste total, 1.273 locais de votação (69,68%) e 4.582 (44,96%) seções estão indicadas no Cadastro Nacional de Eleitores (Sistema ELO) como sendo acessíveis, contemplando um total de 1.350.223 eleitoras e eleitores atendidos por seções com acessibilidade;

Atualmente, apenas 15.659 (0,53%) estão cadastrados como pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida no Sistema ELO. Diante desse quadro, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba desenvolveu o sistema SOU PCD! com o intuito de atualizar a situação cadastral das eleitoras e eleitores com deficiência, considerando a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços prestados ao público em comento.

Acessibilidade nos prédios do TRE-PB

O TRE-PB também vem promovendo adaptações em suas instalações físicas, desde o ano de 2003, substituindo (sempre que possível), as escadas por rampas.

O órgão utiliza 55 prédios, distribuídos da seguinte forma:

Próprios: 31, sendo 21 (68%) acessíveis;

Cedidos: 11, sendo 05 (45%) acessíveis;

Locados: 13, sendo 05 (38%) acessíveis.

Total de prédios acessíveis: 31 prédios.

Quanto ao estacionamento externo, o edifício-sede do TRE-PB dispõe de 27 (vinte e sete) vagas rotativas para automóveis e 13 (treze) vagas rotativas para motocicletas, ficando reservadas 2 (duas) vagas rotativas para idosos (art. 41 da Lei nº 10.741/2003 – 5%) e 1 (uma) vaga rotativa para pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade (art. 47, § 1º, da Lei nº 13.146/2015 – 2%).

Acessibilidade na Tecnologia da Informação

O Portal do TRE-PB (<http://www.tre-pb.jus.br>) alcançou o percentual de 95,68% de acessibilidade (janeiro de 2022), segundo a ferramenta ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios, disponibilizada pelo Governo Federal (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>).

Outra ferramenta de inteligência artificial, Rybená, promove a inclusão digital de pessoas com deficiência, através da leitura, mediante voz sintética, por uma personagem virtual.

O Tribunal também fornece interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos eventos e vídeos publicados na Internet, bem como legenda e audiodescrição em suas manifestações públicas.

Registre-se a importância de todas as ações efetuadas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, com o intuito de garantir acessibilidade e inclusão, durante o cadastro eleitoral, nos prédios utilizados pelo TRE-PB e, ainda, no dia do pleito. Embora os desafios sejam imensos, o objetivo primordial é a implementação de medidas que eliminem quaisquer barreiras, sejam arquitetônicas ou atitudinais e tecnológicas, visando garantir os direitos das eleitoras e eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse sentido, o trabalho vem sendo desenvolvido, gradativamente, através da construção ou reforma de edifícios pertencentes à Justiça Eleitoral da Paraíba, com todos os requisitos de

acessibilidade, identificação do eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio do sistema SOU PCD! e, ainda, recursos de tecnologia assistiva, no portal do TRE-PB.

Cultura e Memória

Atividades do Memorial da Justiça Eleitoral

Em 2021, foram promovidas visitas mediadas ao Memorial Virtual da Justiça Eleitoral da Paraíba, através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa e outras instituições, alcançando 16 escolas e 580 participantes, entre professores e alunos. O objetivo do projeto é promover um circuito de ações educativas para divulgação da história da Justiça Eleitoral, assim como atuar na promoção da cidadania através da disseminação da informação e reflexão acerca da importância da Justiça Eleitoral para a democracia brasileira.

Com a publicação da Resolução TRE-PB nº 11/2021, em 01/07/2021, foi lançado o Programa de Gestão da Memória (PGM) 2, destinado a garantir a preservação, valorização e divulgação da história contida nos documentos, processos, arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, personalidades, objetos e imóveis do Poder Judiciário.

Além disso, merecem registro os seguintes projetos/ações de relevo no aspecto da interação com a sociedade:

1. Parceria com a TV Cabo Branco para produção de vídeo comemorativo dos 25 anos da urna eletrônica de votação;
2. Participação na 19ª Semana Nacional de Museus, com lançamento do vídeo “Urnas de votação ao longo da história”, produzido em parceria da Seção de Biblioteca e Memória Institucional (SEBMI) com a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) e publicado no canal Youtube do TRE-PB, em maio/2021;
3. Comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário, em 10/05/2021, com Roda de Diálogo e visita mediada ao Memorial Virtual com os alunos da Escola Luiz Ribeiro Limeira, Santa Rita, em maio/2021;
4. Participação na 15ª Primavera de Museus, cujo tema nacional foi “Museus: perdas e recomeços”, com ação educativa e cultural de divulgação da história, importância da Justiça Eleitoral, Memória institucional do TRE-PB em diálogo com a história do Brasil, com o propósito de fortalecer a democracia e promover a cidadania. Na ocasião, promoveu-se uma apresentação de relatório da parceria com a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, com a presença algumas de suas coordenadoras e professores, além de gestores do TRE-PB.

Atividades Literárias e Culturais da Biblioteca Procurador João Jurema

No que se refere às ações da Biblioteca do Tribunal, com acesso permitido a estudantes e ao público em geral para fins de consulta do acervo bibliotecário in loco, merecem realce as seguintes ações:

1. Renovação de assinatura e divulgação da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico;
2. Aquisição e divulgação da Plataforma Boletins Governet;
3. Aquisição de 72 livros impressos para atualização do acervo da biblioteca;
4. Coordenação da Campanha Papai Noel dos Correios no âmbito do TRE-PB, com adoção de 85 cartas;
5. Disponibilização e compilação de aproximadamente 100 normativos internas (Resolução, Instrução Normativa, Portaria, Provimento, etc), através do Sistema Normas (disponível em <https://www.tre-pb.jus.br/legislacao/normas-internas/normas-internas>):



Figura 15: QR CODE Sistema de Normas

Documentação/Arquivo

Em 2021, houve a aprovação, publicação e implantação do [Plano Geral de Classificação e Destinação de Dados, Informações e Documentos do TRE-PB](#), que trata dos instrumentos de gestão arquivística, disponibilizado em formato de e-book (ISBN 978-65-996041-0-2), garantindo o acesso e a democratização da informação.

1.7 Ambiente Externo

O ano de 2021 transcorreu marcado pela Pandemia da Covid-19, a qual foi o principal fator externo a impactar a gestão do TRE-PB. As medidas de isolamento social, bem como as grandes mudanças nos processos de trabalho da Instituição, iniciadas em 2020, precisaram ser mantidas.

Durante determinado período do ano, as atividades presenciais foram interrompidas, estabelecendo-se a modalidade de trabalho remoto para a maioria dos setores do tribunal e das zonas eleitorais. O retorno gradativo dos servidores ao trabalho presencial foi realizado através de um plano de retomada institucional. Tal como em 2020, grande parte das reuniões foram realizadas por meio de videoconferência.

A adequação da infraestrutura tecnológica viabilizou o trabalho

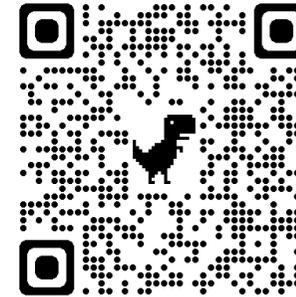


Figura 16: QR CODE Balcão Virtual

e a disponibilização, pela internet, de serviços informatizados necessários ao atendimento virtual dos usuários da Justiça Eleitoral. Assim, o serviço ao cidadão pôde continuar sendo prestado de forma ágil, efetiva e eficaz, de modo que não lhe causasse prejuízo.

Nesse sentido, em 2021, destaca-se a implantação do Balcão Virtual, possibilitando o atendimento remoto de partes e advogados por meio da rede mundial de computadores, sem necessidade de comparecimento presencial, usando, para tanto, a ferramenta “Zoom”.

Ademais, cumpre ressaltar que, por meio da sua Ouvidoria Eleitoral e demais canais de comunicação e redes sociais, o TRE atuou de forma ágil e eficaz na orientação e na prestação de informações quanto às decisões do Tribunal junto à sociedade.

Tecnologia da Informação e Comunicação

A Tecnologia da Informação e Comunicação tem se tornado cada vez mais presente na vida dos cidadãos, que esperam que o poder público ofereça seus serviços de forma ágil, prática e segura. Isso está refletido na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, que fomenta a inovação e a transformação digital como objetivos a serem alcançados.

Outros fatores importantes que impactam na área de TIC são:

- a variação cambial, que influencia diretamente nas soluções de TIC;
- o cenário de aumento do risco de segurança cibernética, apontado como um dos mais relevantes pelo Relatório Global de Riscos do Fórum Econômico Mundial;
- movimentos de desinformação contra o processo eleitoral brasileiro.

Combate à desinformação (Fake News)

Um fator importante que embasou as ações da Justiça Eleitoral paraibana foi a propagação de desinformação com intuito de afetar a credibilidade da Justiça Eleitoral, pondo em dúvida a confiabilidade da urna eletrônica e do processo eleitoral brasileiro.

As redes sociais e os aplicativos de mensagens facilitaram a difusão das fake news, enfrentadas através de campanhas de esclarecimento, ampliação de canais de comunicação e aprimoramento das formas de diálogos com a sociedade.

Nesse contexto, registra-se também, como norteadoras das ações do Tribunal, as exigências e Metas Específicas para a Justiça Eleitoral, estabelecidas pelo CNJ, com vistas a promover campanhas para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.

Restrições orçamentárias e de força de trabalho

As limitações orçamentárias e de força de trabalho são desafios permanentes que se impõem aos gestores na busca pela excelência na prestação do serviço público.

A restrição de provimento de cargos efetivos vagos, imposta pela Portaria TSE n.º 671/2017, é uma circunstância que continua a afetar a gestão do Tribunal, especialmente tendo em vista a evasão importante de servidores em decorrência de aposentadoria.

Ademais, o cenário de restrição orçamentária continua a desafiar a gestão do TRE-PB, assim como todo gestor público, a gerir as mesmas ou maiores demandas com cada vez menos recursos financeiros.

1.8 Determinação da materialidade das informações

A identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes apresentados no Relatório Integrado do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi originado de um processo de trabalho que envolveu a alta gestão. Os temas foram determinados adotando o modelo de negócios do TRE/PB como diretriz, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade. Registra-se que a estratégia utilizada para determinar a materialidade e definir os limites deste relatório teve como foco a integração entre as unidades, a participação da alta gestão e a conectividade das informações consideradas significativas para o cidadão, formalizadas em processo próprio, debatidas e avaliadas em reunião.

Quanto aos limites do relatório, ressalta-se que foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle. Buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos. Como resultado desse processo, destacaram-se os seguintes temas:



Figura 17: Temáticas abordadas no relatório

2. Riscos, oportunidades, desafios e perspectivas

2.1 Gestão de riscos e controles internos

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba é regulamentada pela Resolução TRE/PB nº 11/2017, cujo processo é conduzido de forma descentralizada pelos responsáveis das unidades administrativas, em seus respectivos escopos de atuação, durante a execução dos processos de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais.

O manual de gestão de riscos definiu quatro categorias de riscos: estratégicos, operacionais, de comunicação e de conformidade.

Link para o manual:

<https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/gestao-de-riscos/gestao-de-riscos>

As unidades organizacionais identificam, avaliam e tratam os riscos que podem comprometer a eficiência dos processos, o alcance dos objetivos estratégicos e a entrega de valor ao cidadão. Identificados os riscos, estes são analisados em termos de probabilidade versus impacto, conforme a matriz de “apetite a riscos”. Depois de avaliados, é verificada a existência de controles implementados que possam mitigá-los, bem como a sua eficácia. Com isso, obtém-se o risco residual, impulsionando o planejamento de ações preventivas ou de mitigação. Em seguida, é feito o monitoramento, análise crítica e comunicação.

O Tribunal adota o modelo de gerenciamento de riscos das “Três Linhas de Defesa”, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão.



Reguladores Externos
Congresso Nacional, TCU, CNJ, TSE



É responsável por:

- a. Instituir implementar e manter controles internos eficientes;
- b. implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles internos;
- c. identificar, mensurar, avaliar e mitigar riscos.

É responsável por:

Avaliar a eficácia da governança do gerenciamento de riscos e dos controles, incluindo a forma com a primeira e segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle

É responsável por:

- a. intervir, caso necessário, diretamente na primeira linha de defesa de modo a modificar e desenvolver os controles internos estabelecidos e os sistemas de riscos;
- b. estabelecer diversas funções, como fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos, facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e a conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar controles da primeira linha de defesa



Riscos

Efeito da incerteza sobre os objetivos estabelecidos pela Instituição

Figura 18: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa”

Com esse modelo, fortalece-se o sistema de controle interno da organização, pois cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema, de acordo com a estrutura organizacional.

No exercício 2021, os riscos mais significativos foram identificados e tratados no âmbito dos indicadores e projetos estratégicos. Os planos de riscos foram monitorados e comunicados ao Conselho de Governança, subsidiando as decisões, as medidas preventivas e proativas necessárias. Todavia, em razão da nova estratégia institucional ter sido aprovada no meio do exercício, os trabalhos de identificação e gestão dos riscos só serão concluídos em 2022 e farão parte do escopo do Plano de Integridade do Tribunal.

A relação ao lado apresenta os principais riscos relacionados à estratégia organizacional e as medidas de mitigação correlatas:

Descrição do Risco	Impacto na Estratégia	Medidas de Mitigação
Exploração de vulnerabilidades na infraestrutura de TIC.	OE8 – Aperfeiçoar a governança e gestão	Implementação de soluções de monitoramento e gestão de vulnerabilidades; Adoção de políticas mais rígidas de controle de acesso e uso de recursos tecnológicos.
Descontinuidade nos processos finalísticos do TRE em razão da pandemia da COVID-19.	OE1 – Fortalecer a cidadania OE2 – Promover a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Disponibilização de infraestrutura tecnológica para viabilizar o trabalho remoto dos colaboradores e o atendimento virtual dos usuários da Justiça Eleitoral. Instituição da ferramenta balcão virtual que possibilita o atendimento remoto das partes e advogados de forma síncrona.
Dificuldade de implementação das ações socioeducativas, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia.	OE1 – Fortalecer a cidadania.	Realinhamento das iniciativas socioeducativas para execução no plano virtual, bem como, aquisição de conhecimento das plataformas virtuais para possibilitar a execução.
Suspensão dos prazos processuais referentes aos processos e procedimentos físicos.	OE2 – Promover a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Digitalização de todos os processos judiciais físicos e migração para o Pje.

Descrição do Risco	Impacto na Estratégia	Medidas de Mitigação
Suspensão de atendimento presencial nas Zonas Eleitorais.	OE1 – Fortalecer a cidadania.	Adoção de atendimento remoto no âmbito da Zonas Eleitorais.
Interrupção dos serviços de processamento dos feitos, atendimento das demandas dos partidos políticos, advogados e cidadãos em geral, por conta da pandemia Covid	OE1 – Fortalecer a cidadania. OE2 – Promover a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Projeto de universalização de atendimento ao eleitor, que permite que o cidadão eleitor seja atendido em qualquer Zona do Estado, independentemente de seu domicílio eleitoral. Criação de e-mail institucional para compensar a dificuldade de atendimento presencial. Redirecionamento das ligações dos ramais telefônicos para os celulares dos servidores. Comparecimento de servidor, quando o atendimento da demanda não podia ser feita por teletrabalho.
Aumento de absenteísmo de servidores em razão da pandemia	OE6 – Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas	Adoção do trabalho remoto e atendimentos individualizados por parte da área de saúde ocupacional.

Tabela 01- Riscos

2.2 Oportunidades, desafios e perspectivas

O principal desafio enfrentado em 2021 foi a continuidade das restrições impostas pela pandemia, que modificou as formas de realizar as atividades do cotidiano laboral, trazendo a necessidade de elaboração de ações e de novos processos de trabalho, de tal maneira que não houvesse prejuízo no atendimento e serviço prestados à sociedade.

Foram implementadas ações de inovação tecnológica, promovendo o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho remoto e a utilização de ferramentas virtuais de modo a possibilitar a prestação satisfatória do serviço público.

Nesse aspecto, merece destaque a implantação do Balcão Virtual, através da Resolução TRE-PB nº 6/2021. Também foram disciplinadas a realização de audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência, bem como a comunicação eletrônica de atos.

Com tal medida, o Tribunal pretende gradualmente substituir as citações, notificações e intimações feitas por Correio ou oficial de justiça por comunicações realizadas por WhatsApp ou correio eletrônico, impactando favoravelmente na celeridade processual e nos custos financeiros do cumprimento das decisões judiciais.

Além disso, foi finalizada a migração dos processos físicos para o Processo Judicial Eletrônico/PJe. Atualmente, todos os processos judiciais do Tribunal são eletrônicos o que, também, concorre para a

tramitação célere e a redução de custos. Igualmente, viabilizou-se a solicitação de acesso para Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), via Portal, na página “Protocolo Digital”.

A experiência adquirida em 2020, primeiro ano da pandemia, demonstrou que os novos modelos de trabalho adotados se mostraram tão eficazes quanto os tradicionalmente utilizados e, em alguns casos, até mais efetivos e céleres.

O trabalho remoto, por exemplo, foi o grande propulsor das diversas modalidades de atividade on-line, motivando inúmeras ações de capacitação e de cidadania no formato telepresencial.

Assim, foram ministrados cursos em EAD e através de plataformas virtuais, palestras e debates por meio de lives e projetos sociais apresentados através de vídeos e podcasts. Destaca-se, aqui, um maior alcance do público interno e externo bem como significativa redução orçamentária.

De outra parte, a continuidade da forma de trabalhar e se interrelacionar à distância favoreceu situações de patologias como estresse e depressão, demandando a atuação da área de saúde ocupacional com atendimentos individualizados e a realização de ações de qualidade de vida no trabalho.

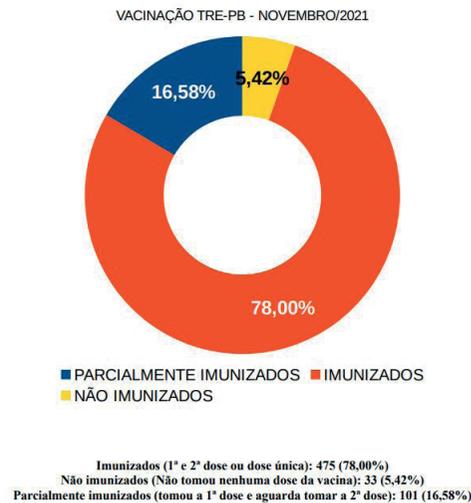


Gráfico 01: Índice de Vacinação TRE-PB - Novembro/2021

O cenário e os estudos têm indicado que a doença continuará circulando em todo o mundo, sendo improvável sua erradicação. A pandemia da COVID-19 tem imposto ao Tribunal o desafio de funcionar parcialmente de forma remota, preservando a qualidade dos serviços públicos prestados às partes, advogados e eleitores.

Dessa forma, o TRE precisará promover a transformação digital e ampliar a oferta de serviços ao cidadão em formato eletrônico, ao mesmo tempo em que são necessárias a manutenção das operações, da sua segurança e da proteção de dados pessoais, sem a perspectiva de ampliação das equipes de TIC.

Importante ressaltar que as diretrizes oriundas do Conselho

Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral muito contribuíram para que o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba pudesse continuar a prestar o melhor serviço com o menor custo.

Ademais, as metas instituídas pelo CNJ para todos os ramos do Poder Judiciário, que buscam impulsionar a celeridade na prestação jurisdicional, e os controles feitos pelo TCU, que estabelecem nortes para o aperfeiçoamento da gestão pública, direcionam e disciplinam a forma de atuação desta Justiça Eleitoral em benefício da sociedade.

Em 2021, foram viabilizadas, ainda, oportunidades no campo da infraestrutura predial. Houve a obtenção de importantes melhorias nos mais variados imóveis que compõem o acervo patrimonial da União, ora em uso especial pelo TRE/PB, com destaque para os Fóruns de Jacaraú, Sousa, São João do Rio do Peixe, Piancó, Campina Grande e o Anexo I no Distrito Industrial de João Pessoa.

Também foram executadas relevantes contratações voltadas à melhoria da segurança de quem busca os serviços da Justiça Eleitoral no edifício-sede. Foram celebrados contratos para a atualização do sistema de proteção e combate a incêndios, ampliação de guarda corpos e instalação de novos corrimãos nas escadas sociais e de incêndio, além da recuperação estrutural da laje de cobertura no sexto pavimento da edificação.

As principais oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo da instituição estão representadas no quadro abaixo:

Oportunidades	Ameaças
Eficácia dos novos processos de trabalho surgidos em decorrência da pandemia.	Pandemia.
Realização de ações de capacitação e de cidadania em formato tele presencial, permitindo maior alcance do público e redução de custos orçamentários.	Disseminação de notícias falsas sobre a segurança do processo eleitoral.
Experiência bem-sucedida das modalidades de trabalho remoto e trabalho híbrido.	Segurança cibernética.
Ferramentas tecnológicas.	Restrição legal para provimento de cargos vagos.
Inclusão digital.	Restrição orçamentária
Melhorias na infraestrutura predial.	

Tabela 02- Oportunidades e Ameaças

Nessa nova circunstância de trabalho remoto e teletrabalho, surge, por outro lado, a necessidade de desenvolvimento de ferramenta para aperfeiçoar o acompanhamento do desempenho e produtividade do servidor que não estiver em trabalho presencial.

Com relação ao panorama de médio prazo, destacam-se a permanência do enxugamento dos gastos públicos, aumento de demandas por parte dos órgãos de controle, necessidade de aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação, investimentos tecnológicos e combate à desinformação.

Outro desafio importante para os próximos exercícios será promover a transformação digital garantindo a necessária proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), dada a realidade da Justiça Eleitoral que, diariamente, precisa realizar o tratamento desse tipo de dado. No TRE-PB, a Ouvidoria foi designada como a unidade encarregada pela Proteção de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO).

Por último, importante destacar que as perspectivas para 2022 centralizam-se na execução do planejamento integrado das Eleições 2022 e na gestão da adaptação das rotinas funcionais à nova realidade advinda do alerta de ondas pandêmicas, a demandar alternância entre os modelos de trabalho presencial e remoto, bem como um maior empenho quanto à elaboração de alternativas para a execução dos objetivos estratégicos do Tribunal,

diante do desafio central de superar o distanciamento social através do incremento da aproximação digital em todos os processos de trabalho. Concomitantemente, enfrentar os movimentos de desinformação contra o processo eleitoral brasileiro, intensificando as ações educativas de prevenção e esclarecimento da segurança do processo eleitoral.

Perspectivas
Planejamento Integrado das Eleições 2022
Restrição orçamentária
Restrição de provimento de cargos
Regulamentação do Teletrabalho
Aperfeiçoamento das rotinas de trabalho
Aumento de serviços no formato digital
Novos mecanismos de segurança da informação
Implantação do Programa de Integridade

Tabela 03- Perspectivas do TRE-PB

3. Governança, estratégia e desempenho

3.1 Plano Estratégico

No exercício 2021 foi aprovado o novo Plano Estratégico Institucional - PEI (Resolução TRE-PB nº 9/2021) com vigência para o período de 2021 a 2026, alinhado às diretrizes, metas e iniciativas da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

O plano estratégico direciona o desenvolvimento de programas de qualidade, produtividade e modernização, além de avaliações periódicas dos serviços prestados, de modo a oferecer respostas cada vez mais adequadas às demandas apresentadas pela sociedade. Orienta a elaboração de todos os planos institucionais e a identificação de oportunidades de inovação a serem conduzidas no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba.

É formado por 08 (oito) objetivos estratégicos, 18 (dezoito) indicadores de desempenho e 49 (quarenta e nove) iniciativas estratégicas. Juntos, possibilitam que o TRE/PB cumpra a sua missão e alcance a visão de futuro.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados o tribunal promove, trimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), com a participação do Conselho de Governança. Nelas, além do monitoramento do desempenho e das ações, poderão ser apresentadas propostas de ajustes ao Plano Estratégico.

Ressalta-se, também, a existência dos seguintes planos que contribuem para a estratégia institucional: Plano de Logística

Sustentável, Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Anual de Contratações.

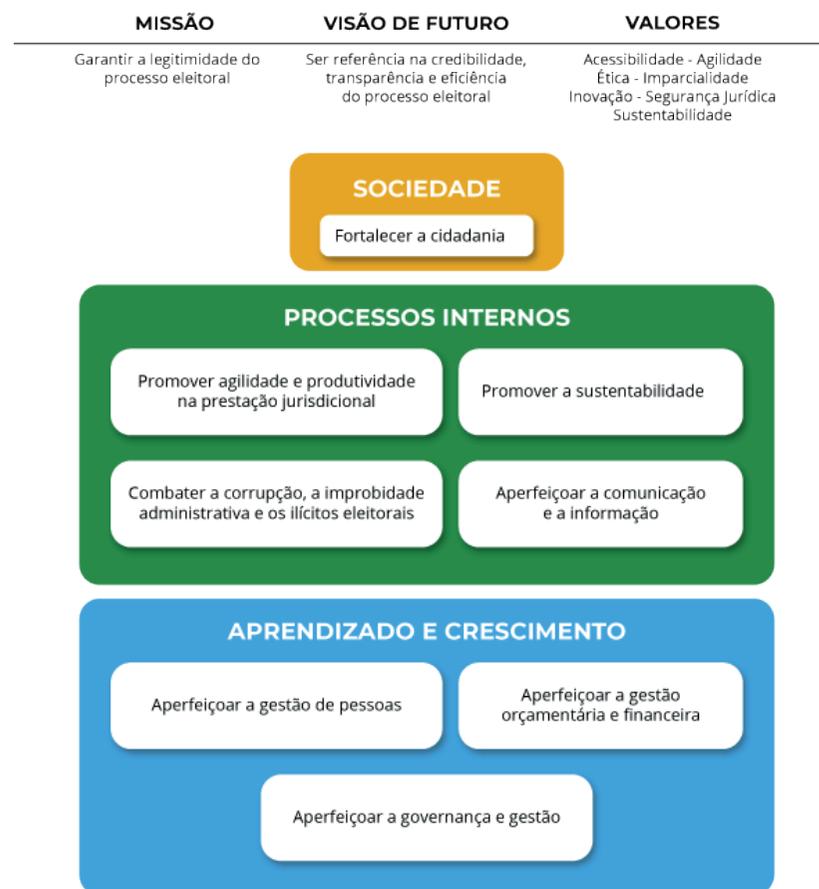


Figura 19: Planejamento Estratégico

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRE/PB de gerar valor

A estrutura de Governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composta por instâncias internas e de apoio. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. São elas:



Figura 20: Instâncias Internas de Governança

O Plenário do Tribunal é composto por Juízes Membros e, além das competências legais e regimentais estabelecidas, é responsável pela aprovação dos Planos Estratégicos Institucional, de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Gestão de Pessoas, além das políticas adotadas pelo Tribunal. Segue abaixo a composição do Tribunal Pleno no final do exercício 2021, Procuradora Regional Eleitoral e a Diretora-Geral:



João de Brito Pereira Filho
Presidente
09/03/2020 a 08/03/2022



Leandro dos Santos
Vice-Presidente e Corregedor
12/11/2020 a 11/11/2022



Bianor Arruda Bezerra Neto
Juiz Federal
09/09/2021 a 08/09/2023



Fabio Leandro de Alencar Cunha
Juiz de Direito
22/03/2021 a 21/03/2023



José Ferreira Ramos Junior
Juiz de Direito
08/06/2020 a 07/06/2022



Marcio Maranhão Brasilino da Silva
Jurista
27/11/2019 a 26/11/2021



Arthur Monteiro Lins Fialho
Jurista
19/10/2020 a 18/10/2022



Acácia Soares Peixoto Suassuna
Procuradora
01/10/2021 a 30/09/2023



Alexandra Maria Soares Cordeiro
Diretora Geral

O Conselho de Governança define as diretrizes gerais de gestão, acompanha e avalia os resultados da execução do Plano Estratégico Institucional, por meio das Reuniões de Análise da Estratégia, aprova o Orçamento Geral do Tribunal, os Planos de Contratações, o Planejamento Integrado de Eleições e exerce atividades de direcionamento e controle dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral da Paraíba.

As instâncias internas de apoio à governança são responsáveis por implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações.



Figura 21: Instâncias Internas de apoio a Governança

As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes.

Em relação às instâncias externas de apoio à governança, ressalta-se que são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

A composição e as atribuições de cada instância de governança poderá ser consultada na Resolução TRE-PB 10/2017, através do link: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/governanca-e-gestao-estrategica>

3.3 Resultados e desempenho da gestão

3.3.1 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

Execução da estratégia

O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba define objetivos, indicadores de desempenho, metas e estratégias com vistas à melhoria do desempenho e à excelência da gestão do processo eleitoral. A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de indicadores de desempenho e suas respectivas metas. Para o alcance das metas, as unidades executam iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados. O Portfólio das iniciativas está disponível em: [Iniciativas Estratégicas 2021-2026](#)

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico, o Tribunal promove Reuniões de Análise da Estratégia (RAE). As atas e apresentações podem ser acessadas no portal do TRE/PB, através do link: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico/resultados-estrategicos>

O desempenho da estratégia no ano de 2021 está demonstrado nos gráficos a seguir:

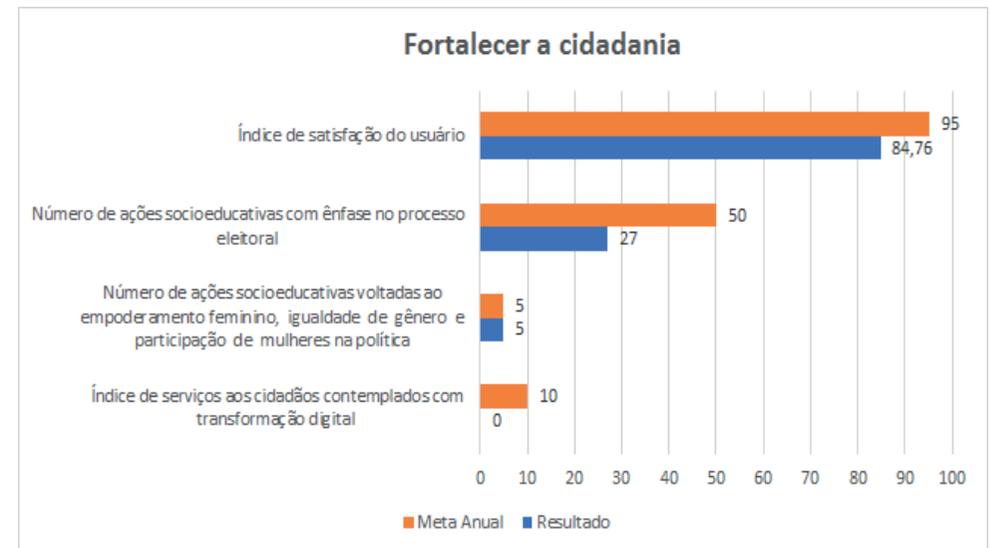


Gráfico 02: Desempenho da Estratégia

Refere-se ao desafio de fortalecer, no plano concreto, os direitos da cidadania e a consolidação da democracia.

Iniciativas estratégicas realizadas:

Objetivo	Indicador	Iniciativa Estratégica
Fortalecer a cidadania	1.1 Índice de satisfação do usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a logística de eleição com uma distribuição igualitária do eleitorado nas seções eleitorais; • Assegurar condições plenas de acesso aos serviços da Justiça Eleitoral e ao exercício do voto.
	1.2 Número de ações socioeducativas com ênfase no processo eleitoral.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral” (Visita guiada ao memorial, seja virtual ou presencial e roda de diálogo sobre cidadania e memória institucional); • Eventos (palestras, reuniões, lives etc.) sobre o Processo Eleitoral em escolas públicas e privadas da Paraíba; • Projeto “Eleitoras” (Incentivo à leitura para público externo e servidores).
	1.3 Número de ações socioeducativas executadas com foco na mulher, equidade de gênero e participação da mulher na política.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto “Mulheridade e Poder”; • Projeto “Podcast Mulheres Paraibanas em Foco”; • Projeto “Mulher - somos corpo, alma e poesia”.

Tabela 04- Iniciativas Estratégicas

As ações de cidadania realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral, através de campanhas, lives e Workshop, teve como foco o combate a desinformação (fake news) e segurança do processo eletrônico de votação, contribuindo para o objetivo “Fortalecer a Cidadania”.



Figura 22: Ações da Escola Judiciária Eleitoral

No que diz respeito ao indicador 1.4 Índice de serviços aos cidadãos contemplados com transformação digital não foi possível sua mensuração neste exercício, em razão do Plano de Transformação Digital da Justiça Eleitoral ainda estar em desenvolvimento pelo Tribunal Superior Eleitoral (Portaria TSE nº 547/2021).

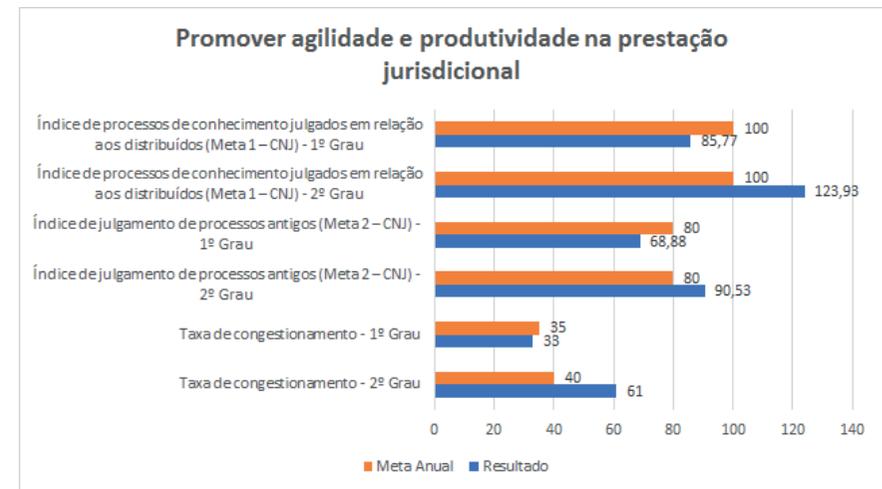


Gráfico 03: Promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

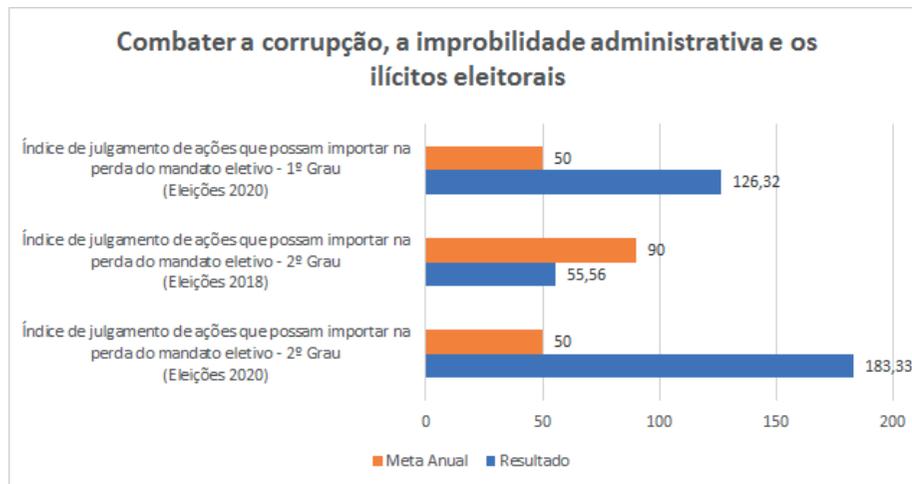


Gráfico 04: Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Corresponde ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba.

Iniciativas estratégicas executadas:

Objetivos	Indicador	Iniciativa Estratégica
Promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.	2.1 Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos. 2.2 Índice de julgamento de processos antigos. 2.3 Taxa de congestionamento.	<ul style="list-style-type: none"> Edição de normativo que regulamenta a elaboração de Plano de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais para melhorar o seu desempenho no cumprimento das Metas 1 e 2 (CNJ) e acompanhamento do seu trâmite até o julgamento, enviando relatório semestral à SOIC/CRE; Encaminhar informações à Diretoria-Geral, referentes aos processos pendentes de julgamento, que se enquadram nas Metas 1 e 2 do CNJ; Realização de Correição nas Zonas Eleitorais com maior acervo de processos da Meta 1 e 2; Mapear processos.
Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais.	3.1 Índice de julgamento de ações que possam importar na perda do mandato eletivo ou inelegibilidade.	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar informações à Diretoria-Geral, referentes aos processos pendentes de julgamento, que se enquadram na Meta 4 do CNJ.

Tabela 05- Iniciativas Estratégicas

A dificuldade de cumprimento, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, dos indicadores “2.1 Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos e 2.2 Índice de julgamento de processos antigos”, decorreu da suspensão de tramitação dos processos de prestação de contas das Eleições de 2020 (PCE), em março/2021, conforme Portaria TSE nº 111/2021. Os feitos em questão só voltaram a tramitar em agosto/2021 (Portaria TSE 506/2021). Além disso, foi necessário promover adequações, face a mudança de critério para cumprimento da Meta 2 do CNJ que reflete no indicador estratégico 2.2, em razão dos processos baixados sem registro de movimento de julgamento (hierarquia 193 TPU/CNJ) passarem a ser computados.

Importante registrar que os objetivos estratégicos finalísticos estão alinhados às metas nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assumidas como passos importantes à oferta de uma prestação jurisdicional mais efetiva, célere e de qualidade para a sociedade, direcionando ações que impactaram nos resultados dos indicadores estratégicos relacionados. O quadro a seguir apresenta as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral no ano de 2021:

Metas CNJ	Indicador Estratégico	Meta Estabelecida	Resultado
Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.	IE2.1 - Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos	100%	87,88%
Meta 2 - Julgar processos mais antigos	IE2.2 - Índice de julgamento de processos antigos	80%	79,25%
Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	IE3.1 - Índice de julgamento de ações que possam importar na perda do mandato eletivo	90% para processos das eleições 2018; 50% para processos das eleições 2020.	Eleições 2018: 55,56% Eleições 2020: 128,65%
Meta 9 - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	IE1.3 - Número de ações socioeducativas voltadas ao empoderamento feminino, igualdade de gênero e participação de mulheres na política.	100%	100%

Metas CNJ	Indicador Estratégico	Meta Estabelecida	Resultado
Meta 10 - Realizar exames periódicos de saúde em 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.	-	100%	100%
Meta Específica 1 – Ações para a educação eleitoral	IE1.2 - Número de ações socioeducativas com ênfase no processo eleitoral	70%	75%

Tabela 06- Metas Estabelecidas para Justiça Eleitoral no ano de 2021

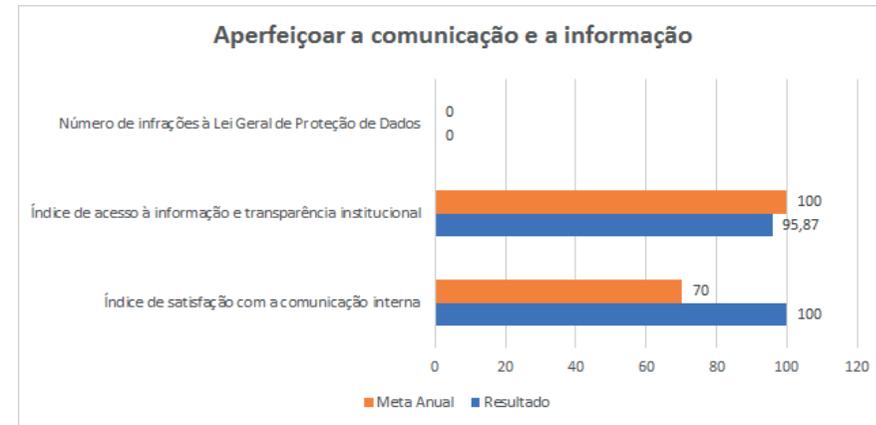


Gráfico 05: Aperfeiçoar a comunicação e a informação

Refere-se à adoção de procedimentos ágeis e em linguagem de fácil compreensão, que assegurem a transparência, comunicação, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Iniciativas estratégicas realizadas:

Objetivos	Indicador	Iniciativa Estratégica
Aperfeiçoar a comunicação e a informação.	4.1 Número de infrações à Lei Geral de Proteção de Dados.	<ul style="list-style-type: none"> Promover a adequação do TRE-PB à LGPD; Promover a cultura de privacidade e proteção de dados.
	4.2 Índice de acesso à informação e transparência institucional.	Monitoramento do cumprimento das demandas de transparência dos órgãos de controle externo junto aos gestores responsáveis pelas informações

Tabela 07- Iniciativas Estratégicas realizadas

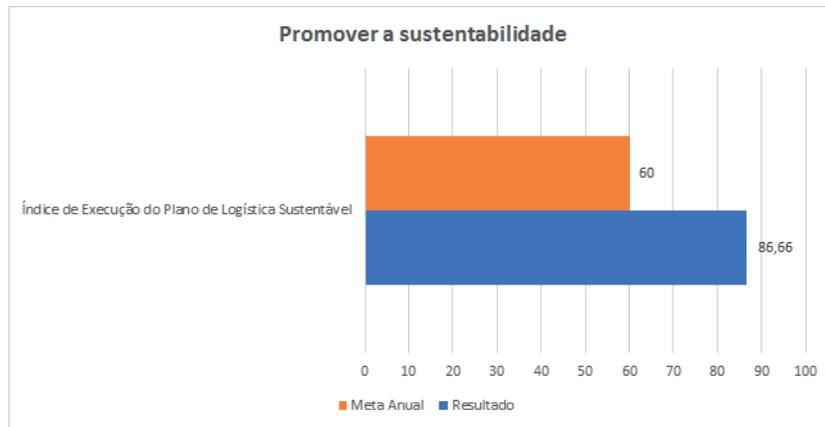


Gráfico 06: Promover a sustentabilidade

Corresponde ao aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

No exercício 2021 o TRE/PB elaborou o Plano de Logística Sustentável (PLS) para o período de 2021-2026, alinhado à Resolução CNJ nº 400/2021, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, planos de ação, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, de modo a estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade,

racionalização e qualidade de gestão, visando garantir mais eficiência no gasto público e na gestão dos processos de trabalho.

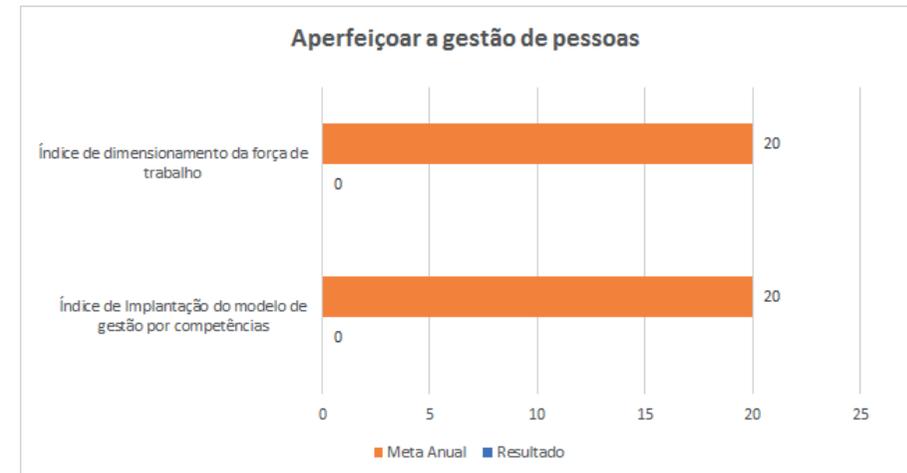


Gráfico 07: Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Em que pese a realização das iniciativas estratégicas

planejadas para o exercício, dificuldades operacionais de utilização do sistema do DFT retardaram o início de execução do indicador “6.1 Índice de dimensionamento da força de trabalho”. Do mesmo modo, foi necessário redimensionar o escopo do projeto de implantação da Gestão por Competências, cuja previsão de término foi adiada para julho de 2022.

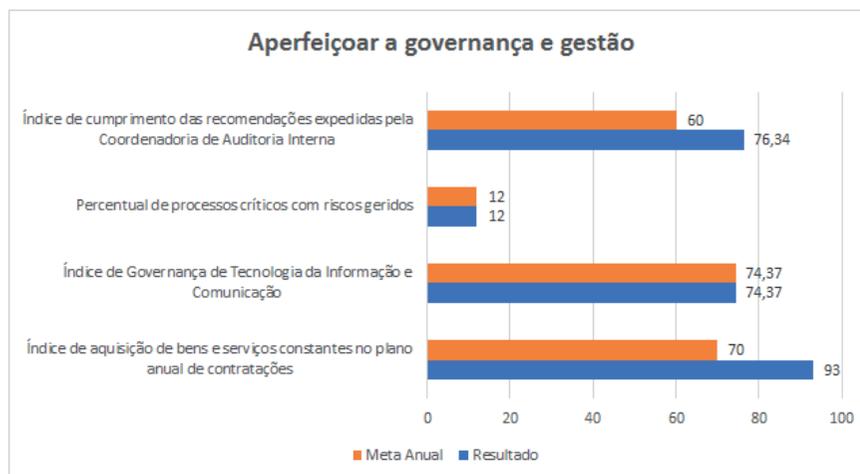


Gráfico 08: Aperfeiçoar a governança e gestão

Visa a formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias e iniciativas voltadas ao aprimoramento do processo decisório e a melhoria da gestão.

Em 2021 foram realizadas as seguintes iniciativas:

Objetivos	Indicador	Iniciativa Estratégica
Aperfeiçoar a governança e gestão.	8.1 Índice de cumprimento das recomendações expedidas pela Coordenadoria de Auditoria Interna.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões com as unidades auditadas, durante o monitoramento das recomendações, para verificar a existência de eventuais dificuldades no cumprimento, grau de desenvolvimento do plano de ação, bem como orientar as ações para cumprimento das recomendações; Promover a continuidade da elaboração dos boletins informativos trimestrais da COAUDI; Publicar benefícios decorrentes de auditorias e indicador de quantidade de benefícios por recomendação implementada (indicador constante do Programa de qualidade de auditoria).
	8.2 Percentual de processos críticos com riscos geridos.	<ul style="list-style-type: none"> Mapear os processos críticos.
	8.3 Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> Implementar melhorias em práticas de governança e gestão de TIC; Reduzir os níveis de risco de segurança da informação e proteção de dados; Aprimorar a gestão de serviços de TIC.
	8.4 Índice de aquisição de bens e serviços constantes no plano anual de contratações	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar formulário eletrônico e disponibilizar painel de monitoramento das contratações.

Tabela 08- Iniciativas Estratégicas realizadas em 2021

Esclarece-se que o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira” só será aferido no mês de abril, com a disponibilização dos dados pelo Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, foram executadas as seguintes iniciativas:

Objetivos	Indicador	Iniciativa Estratégica
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira.	7.1 Índice de Execução Orçamentária	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento dos processos de contratações de bens e serviços; • Produção e apresentação de relatório da execução orçamentária; • Reuniões com a Alta Administração para Avaliação da Execução Orçamentária.

Tabela 09- Iniciativas Estratégicas

Prêmio CNJ de Qualidade

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade 2021, Categoria Prata, em cerimônia promovida no XV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O desempenho dos órgãos da Justiça foi avaliado seguindo os critérios sistematizados em quatro eixos temáticos – Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia. Para cada um dos requisitos, foi atribuído um valor de pontuação e os tribunais que alcançaram melhor colocação entre aqueles do mesmo ramo foram reconhecidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade.

O TRE-PB contabilizou 82,93% de alcance dos requisitos, com destaque para os eixos “Governança”, “Transparência” e “Dados e Tecnologia”, resultando na classificação geral de 19º colocado entre os 89 Tribunais do país (todos os ramos), obtendo o melhor desempenho entre tribunais de justiça especializada e comum da Paraíba.

O resultado foi fruto de um trabalho integrado entre servidores e magistrados, direcionado e monitorado pelo Conselho de Governança.



Figura 23: Selo Prata CNJ de Qualidade 2021

Eleições

Para a realização da sua Missão Institucional: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral”, a Justiça Eleitoral da Paraíba elaborou o Planejamento Integrado das Eleições 2022, reunindo os projetos, processos e modelo de gestão, onde foram identificadas as atividades necessárias para a preparação e a execução do próximo pleito, com a participação dos gestores e aprovação pelo Conselho de Governança.

No total, foram aprovados 11 (onze) projetos e 9 (nove) processos, contemplando informações relevantes ao desenvolvimento dos trabalhos, como gestor responsável, objetivos, benefícios, premissas, restrições, cronograma, custos, riscos e áreas/unidades impactadas. Elaborou-se, ainda, o modelo de gestão, definindo o formato de comunicação, o monitoramento e a avaliação do planejamento integrado.

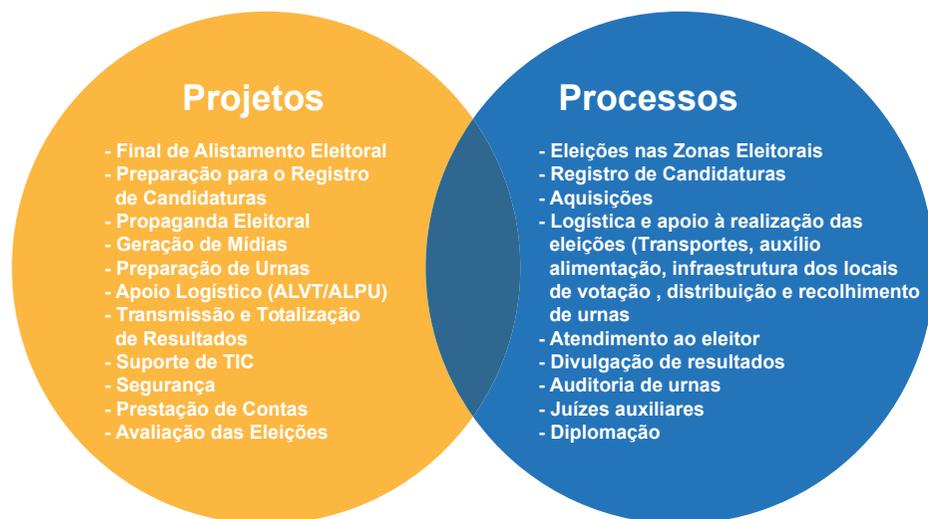


Figura 24: Projetos e Processos

No mesmo exercício, em 12 de setembro, foi realizada eleição suplementar no município de Gado Bravo, para os cargos de prefeito e vice-prefeito. Dos 7.107 eleitores aptos a votar, 6.034 compareceram às urnas e o resultado foi divulgado às 17:28 horas.



Figura 25: Seu voto tem poder

Produtividade

Produtividade processual referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021:



Figura 26: Produtividade

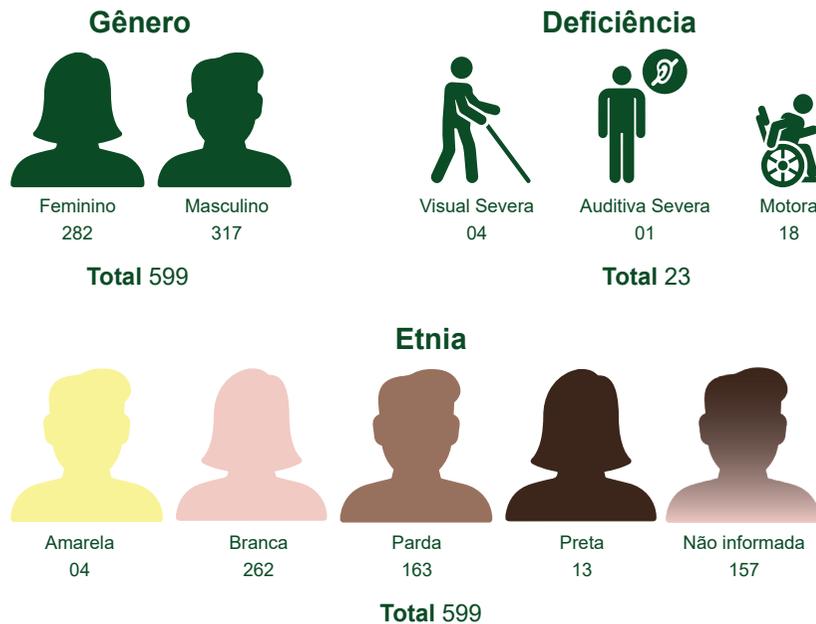
3.3.2 Resultados das principais áreas de atuação

Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa as normas oriundas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Há também o acompanhamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas questões de pessoal que impactem no seu quadro de servidores.

Avaliação da Força de Trabalho



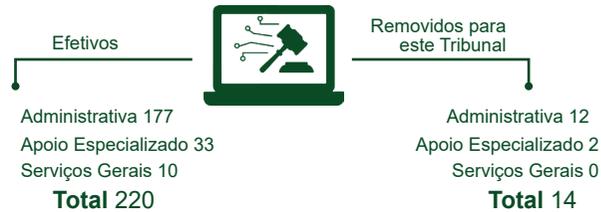
Faixa Etária	Quantidade
Acima de 60 anos	43
51 a 60 anos	163
41 a 50 anos	216
31 a 40 anos	145
Até 30 anos	32
Total	599

Tabela 10- Faixa etária dos servidores do TRE-PB

Situação Funcional	Quantidade
Efetivo	366
Exercício Provisório	8
Removidos para este Tribunal	34
Requisitado	191
Total	599

Tabela 11- Situação Funcional dos servidores do TRE-PB

Técnico Judiciário



Analista Judiciário



Cargo de Servidores em exercício provisório



Técnico
4



Analista
4

Situação Funcional dos servidores requisitados

	Orgãos de Esfera Federal 21
	Orgãos de Esfera Estadual 51
	Orgãos de Esfera Municipal 119
	Total 191

Unidades de exercício	
Secretaria	297
Zona Eleitoral	302
Total	599

Tabela 12- Unidade de exercício dos servidores do TRE-PB

Ocupação de funções comissionadas	
Servidores do Judiciário Federal	257
Servidores de Outras Carreiras	37
Total de funções ocupadas	294
Total de funções vagas	2
Total de funções no TRE-PB	296

Tabela 13- Ocupação de funções comissionadas do TRE-PB

Ocupação de cargos em comissão	
Servidores do Judiciário Federal	29
Servidores de Outras Carreiras	1
Total de funções ocupadas	30
Total de funções vagas	0
Total de funções no TRE-PB	30

Tabela 14- Ocupação de cargos em comissão do TRE-PB

Ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas		
	Cargos em comissão	Funções comissionadas
Efetivos	28	232
Exercício Provisório	0	3
Removido para este Tribunal	1	21
Requisitado/ Cedido	1	38
Total	30	294

Tabela 15- Ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas do TRE-PB

Estratégias de seleção e alocação de pessoas

No tocante ao impacto referente às aposentadorias dos servidores do quadro efetivo, verificam-se 38 servidores em condições de aposentadoria, tendo como base o mês de dezembro de 2021, o que representa 9,5% da força de trabalho do tribunal, considerado o universo de 400 servidores do quadro efetivo e removidos para este tribunal.

As vacâncias decorrentes de aposentadorias não são imediatamente providas, tendo em vista a suspensão do provimento dos cargos efetivos na Justiça Eleitoral, mas vêm sendo autorizadas anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Foram providos cargos do quadro efetivo do Tribunal a partir de março de 2021, aproveitando-se os candidatos do concurso vigente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Com o aperfeiçoamento do trabalho remoto, foram identificadas possibilidades de apoio remoto às zonas eleitorais com déficit de servidores efetivos ou acúmulo ocasional de processos, designando-se servidores removidos de zonas eleitorais para a secretaria para atuarem junto a essas zonas eleitorais, ou ainda, junto à sua zona de origem, atenuando em parte o impacto laboral de seu deslocamento.

Detalhamento das despesas de pessoal e justificativas quanto ao seu aumento/diminuição

Gastos com pessoal em 2021 (proporção)		
Ativos	R\$ 99.740.668,28	66,05%
Obrigação patronal	R\$ 19.888.293,12	13,13%
Inativos	R\$ 14.257.234,09	9,41%
Autoridades	R\$ 9.458.177,36	6,25%
Pensionistas	R\$ 7.488.384,30	4,94%
Diárias	R\$ 318.691,9	0,21%
Diárias	R\$ 318.691,9	0,21%

Tabela 16- Gastos com pessoal em 2021

Tipos de remuneração para os servidores ativos e autoridades recebidos no ano de 2020	
Tipo de remuneração	Percentual
Vantagens fixas	23,17%
Gratificações fixas	28,83%
Gratificações natalinas	5,15%
Adicionais	12,08%
Abonos	0,88%
Benefícios	6,65%
Indenizações	0,15%
Serviço extraordinário	0,23%
Obrigação patronal	15,33%
Diárias	0,25%
Gratificação autoridades	7,29%

Tabela 17- Tipos de remuneração dos servidores ativos

Tipos de remuneração para os servidores inativos e pensionistas recebidos no ano de 2021		
Tipo de remuneração	Percentual inativos	Percentual Pensionistas
Vantagens fixas	89,60%	91,41%
Gratificações natalinas	7,44%	7,37%
Benefícios	2,96%	0,64%
Indenizações	0,00%	0,00%

Tabela 18- Tipos de remuneração dos servidores inativos e pensionistas

Evolução dos gastos com pessoal			
Item	2020	2021	Varição percentual
Ativos	R\$ 98.277.575,57	R\$ 99.740.668,28	+1,48%
Inativos	R\$ 14.399.137,51	R\$ 14.257.234,09	-0,98%
Pensionistas	R\$ 7.099.938,60	R\$ 7.488.384,30	+5,47%
Gratificações das autoridades	R\$ 9.685.501,66	R\$ 9.458.177,36	-2,34%
Diárias	R\$ 541.889,17	R\$ 318.691,94	-41,18%
Obrigação patrimonial	R\$ 19.347.783,76	R\$ 19.888.293,12	+2,79%
Serviço extraordinário	R\$ 4.536.777,99	R\$ 295.301,22	-93,49%

Tabela 19- Evolução dos gastos com pessoal

Justificativas: Os gastos com ativos, inativos, pensionistas e autoridades não apresentaram variações significativas. Em relação aos gastos com diárias, houve diminuição, em razão da limitação dos deslocamentos de servidores devido a pandemia. Houve diminuição significativa dos gastos com serviço extraordinário, por se tratar de ano não eleitoral, onde só ocorre pagamento de serviço extraordinário decorrente de reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, no entanto realizou-se a eleição suplementar do município de Gado Bravo/PB, com o pagamento das horas extras.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliações de estágio probatório	
Mês	Avaliações
Janeiro	---
Fevereiro	---
Março	7
Abril	2
Maio	1
Junho	---
Julho	---
Agosto	1
Setembro	2
Outubro	1
Novembro	---
Dezembro	---
Total	14

Tabela 20- Avaliações de estágio probatório

Progressão/ Promoção Funcional	
Mês	Avaliações
Janeiro	---
Fevereiro	3
Março	3
Abril	1
Maio	7
Junho	23
Julho	3
Agosto	5
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	3
Dezembro	4
Total	64

Tabela 21- Progressão/ Promoção funcional

Distribuição de faixas salariais		
Faixas salariais	Quantidade	Percentual
Até R\$ 1.200,00	32	6,54%
De 1.200,01 a R\$ 3.600,00	61	12,47%
De R\$ 3.600,01 a R\$ 7.200,00	6	1,23%
De 7.200,01 a R\$ 12.000,00	18	3,68%
De 12.000,01 a R\$ 18.000,00	171	34,97%
De 18.000,01 a R\$ 24.000,00	151	30,88%
Acima de R\$ 24.000,00	50	10,22%

* Folha de Ativos de dezembro de 2021.

Tabela 22- Distribuição de faixas salariais

Instrumento	Elemento	Valor Mensal por Estagiário	janeiro/ 2021		fevereiro/ 2021		março/ 2021		abril/ 2021		maio/ 2021		junho/ 2021	
			Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contrato Nº 43/2018	Bolsa de Estágio	R\$ 910,00	41	R\$ 37.310,00	31	R\$ 28.210,00	28	R\$ 25.480,00	27	R\$ 24.570,00	43	R\$ 39.130,00	46	R\$ 41.860,00
Contrato Nº 43/2018	Recesso Remunerado	R\$ 910,00	10	R\$ 9.100,00	3,08	R\$ 2.802,80	1,33	R\$ 1.213,33	0,83	R\$ 758,33	0	R\$ 0,00	1	R\$ 910,00
Contrato Nº 43/2018 (item 3.1, alínea O)	Vale Transporte	R\$ 190,90	41	R\$ 7.826,90	31	R\$ 5.917,90	28	R\$ 5.345,20	27	R\$ 5.154,30	43	R\$ 8.208,70	46	R\$ 8.781,40
Contrato Nº 43/2018 (item 9.1)	Taxa de Administração (Agente de Integração)	R\$ 70,70	41	R\$ 2.898,70	31	R\$ 2.191,70	28	R\$ 1.979,60	27	R\$ 1.908,90	43	R\$ 3.040,10	46	R\$ 3.252,20
Contrato nº 06/2017	Seguro de Vida dos Estagiários	R\$ 0,71	49	R\$ 34,79	49	R\$ 34,79	49	R\$ 34,79	49	R\$ 34,79	49	R\$ 34,79	49	R\$ 34,79
Valor Mensal por Estagiário		R\$ 2.082,31	41	R\$ 85.374,71	31	R\$ 64.551,61	28	R\$ 58.304,68	27	R\$ 56.222,37	27	R\$ 89.539,33	46	R\$ 95.786,26

Tabela 23- Programa de Estágio do TRE-PB

(A) Período Janeiro/2021 a Junho/2021 - Quantidade de Estagiários Ativos e Despesas por Mês

Instrumento	Elemento	Valor Mensal por Estagiário	julho/ 2021		agosto/ 2021		setembro/ 2021		outubro/ 2021		novembro/ 2021		dezembro/ 2021	
			Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contrato Nº 43/2018	Bolsa de Estágio	R\$ 910,00	50	R\$ 45.500,00	50	R\$ 45.500,00	48	R\$ 43.680,00	51	R\$ 46.410,00	50	R\$ 45.500,00	48	R\$ 43.680,00
Contrato Nº 43/2018	Recesso Remunerado	R\$ 910,00	5,42	R\$ 4.929,17	2,25	R\$ 2.047,50	0,92	R\$ 1.213,33	0,83	R\$ 834,17	2	R\$ 1.820,00	0	R\$ 0,00
Contrato Nº 43/2018 (item 3.1, alínea O)	Vale Transporte	R\$ 190,90	50	R\$ 9.545,00	50	R\$ 9.545,00	48	R\$ 9.163,20	51	R\$ 9.735,90	50	R\$ 9.545,00	48	R\$ 9.163,20
Contrato Nº 43/2018 (item 9.1)	Taxa de Administração (Agente de Integração)	R\$ 70,70	50	R\$ 3.535,00	50	R\$ 3.535,00	48	R\$ 3.393,60	27	R\$ 1.908,90	51	R\$ 3.605,70	48	R\$ 3.393,60
Contrato nº 06/2017	Seguro de Vida dos Estagiários	R\$ 0,71	50	R\$ 35,50	50	R\$ 35,50	49	R\$ 34,79	51	R\$ 36,21	50	R\$ 35,50	49	R\$ 34,79
Valor Mensal por Estagiário		R\$ 2.082,31	50	R\$ 104.115,50	50	R\$ 104.115,50	48	R\$ 99.950,88	27	R\$ 56.222,37	51	R\$ 106.197,81	48	R\$ 99.950,88

Tabela 24- Programa de Estágio do TRE-PB

(B) Período Julho/2021 a Dezembro/2021 - Quantidade de Estagiários Ativos e Despesas por Mês

Valor anual do Programa de Estágio	R\$ 627.232,13			
Valor mensal do Programa de Estágio	R\$ 1.172,31			
Valor mensal da Bolsa de Estágio	R\$ 910,00			
Valor Auxílio Transporte diário/ mensal	6,25%			
Pensionistas	R\$ 8,30 / R\$ 190,90			
Outros encargos	R\$ 71,41			
Valor Total gasto com Recessos Remunerados em 2021	R\$ 25.780,30	Valor Médio Mensal com Recesso Remunerado:	R\$ 2.148,36	(Equivale a 2,4 Bolsas/Mês)

Tabela 25- Programa de Estágio do TRE-PB
(C) Resumo de Gastos com o Programa de Estágio do TRE-PB

Capacitação, Estratégia e Números

Devido à pandemia do Coronavírus, surgiu a necessidade de adaptação à estrutura de capacitação dos servidores do Tribunal, buscando-se a realização de eventos de capacitação à distância nas diversas áreas de atuação. Os números relativos à capacitação são os seguintes:

Capacitações			
Item	2019	2020	2021
Cursos promovidos pela área de capacitação	31	39	30
Orçamento executado	R\$ 434.169,92	R\$ 356.233,93	R\$ 593.478,90
Servidores participantes dos eventos de capacitação (*)	372	787	1069
Custo capacitação/servidor	R\$ 904,52	R\$ 452,64	R\$ 555,17

(*) Número de capacitações realizadas, considerando que alguns servidores tiveram mais de uma capacitação

Tabela 26- Capacitações

Registre-se que o custo de capacitação per capita no ano de 2021 aumentou 22,65% em relação ao ano anterior, enquanto o número de participantes de eventos de capacitação aumentou 35,83%, demonstrando a economicidade das modalidades de capacitação à distância.

O Tribunal, através da Escola Judiciária Eleitoral, também

promoveu capacitações em matéria eleitoral para servidores, magistrados, membros do MPE, estagiários, além de outros interessados, merecendo destaque, as seguintes:

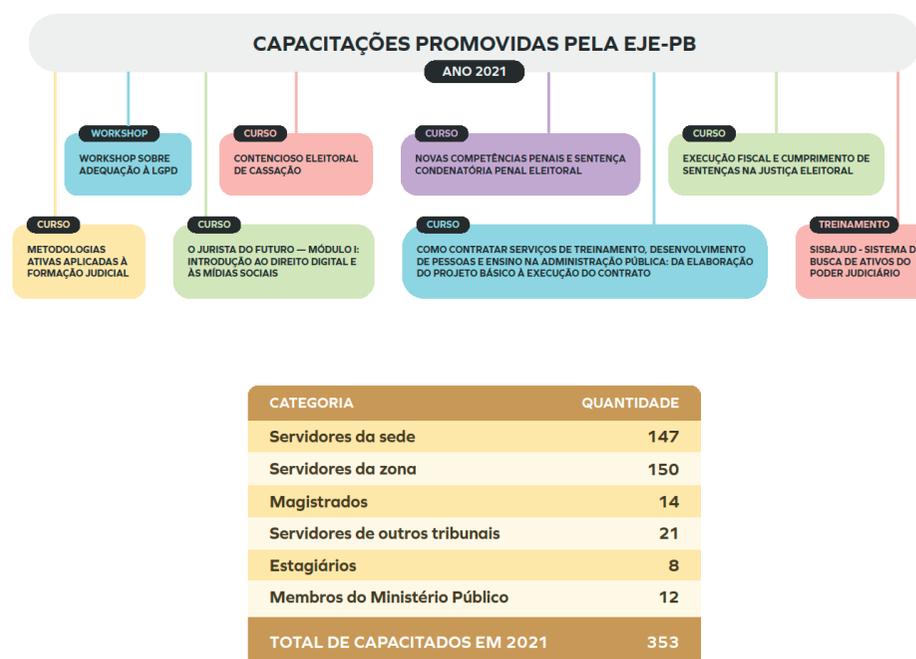


Figura 27: Capacitações promovidas pela EJE-PB

Ações de qualidade de vida no trabalho, ações solidárias e inclusão

A Justiça Eleitoral da Paraíba realizou diversas ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão.

Participação em ações de qualidade de vida	Total de participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.	2.415 (*)
Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	23
Participações em ações solidárias	Total de participações do corpo funcional em ações solidárias.	73
Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	02
Ações de inclusão	Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	02

(*) Do total das participações (2.415), aproximadamente 1.716 foram relativas às visualizações das lives e palestras no instagram e youtube.

Tabela 27- Ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão

Quantidade	Tipo da ação	Quantidade de Participantes
01	Palestra/live: O que todos precisam saber sobre o glaucoma e a fadiga visual	(31 visualizações no youtube) (60 participantes e 615 visualizações à gravação no instagram)
02	Palestra/live: Prevenção do Câncer Bucal e outras lesões	(15 visualizações no youtube) (31 participantes e 150 visualizações à gravação no instagram)
03	Palestra/live: O Sentido do trabalho	(105 visualizações no youtube)
04	Saúde mental da mulher e o resgate da autoestima	(201 visualizações no youtube)
05	Pressão arterial: quem se cuida vive mais (09/07/21)	11 participantes
06	Palestra: Tempos de mudança: desistir, resistir, insistir (04/08/21)	30 servidores
07	Oficina marmita saudável (21/02/21)	16 participantes
08	Entendendo a lidar com a ansiedade (20/04/21)	18 participantes
09	Plantões de escuta/Projeto de mãos dadas (CVV)	45 participantes 155 atendimentos
10	(Roda de conversa: setembro amarelo: De janeiro a Janeiro (CVV) (28/09/21) -	36 participantes
11	Informativos de Saúde	(07 artigos)
12	Capacitação em Clínica de Trabalho	15 servidores
13	Capacitação em Clínica de Trabalho (Gestores)	97 servidores convocados
14	Vacinação contra a gripe	73 doses foram aplicadas
15	Exames médicos periódicos:	Exames médicos periódicos:

16	Grupo Terapêutico Leve Mente	13 participantes
17	Projeto Mexa-se Servidores em ação: voltando a ativa	113 participantes
18	Ação dos cobertores (08 a 29/07/21) obs: Ação Solidária	Doação de 22 cobertores
19	Campanha Solidária : 'Doe um pacote de amor, doe fraldas geriátricas	20 servidores participantes (51 pacotes doados)
20	Palestra : Apresentação do PROJETO DE REPROGRAMAÇÃO DO ESTILO DE VIDA	191 visualizações no YouTube
21	"A Psicodinâmica do Trabalho: o que os Gestores têm haver com isso?"	72 gestores participantes
22	Palestra "A Jornada da Transformação	145 visualizações no YouTube
23	Palestra 'Projeto Sexta.com' - "O Sentido do Trabalho"	107 visualizações no YouTube
24	Palestra 'Valorização da Vida: Como Vai Você?'	156 visualizações no YouTube

Tabela 28- Ações promovidas

No eixo solidário, o TRE-PB, em ação capitaneada pelo juiz Diretor da EJE-PB, Dr. Arthur Fialho, em parceria com a Polícia Militar-PB, realizou a 5ª edição da Ação Solidária, com entrega de 200 cestas básicas a pessoas necessitadas do município de Bayeux-PB.



Figura 28: Ações ocorridas

A Comissão de Participação Feminina - COPFEM realizou um importante trabalho, com a realização de ações voltadas para a inclusão da mulher na política.

PRINCIPAIS AÇÕES EM 2021



Figura 29: Ações COPFEM

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do

Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

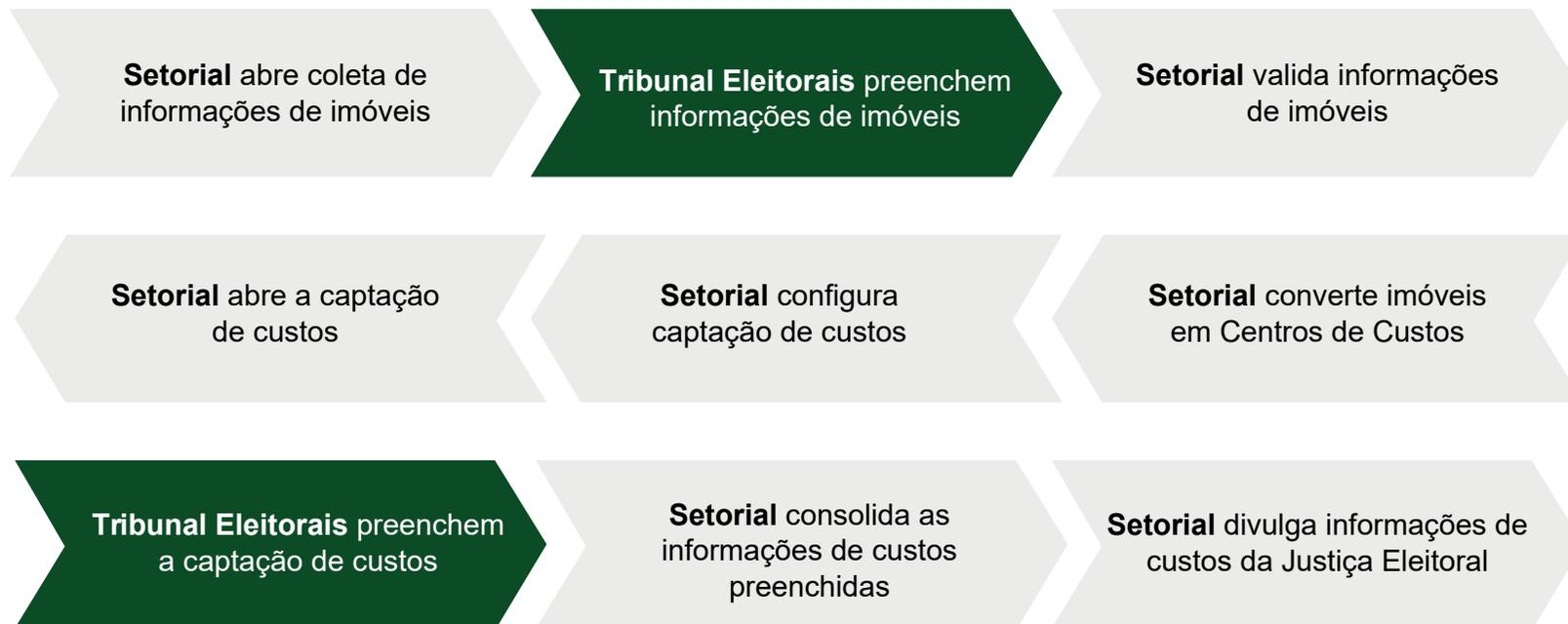


Figura 30: Fluxo do processo

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

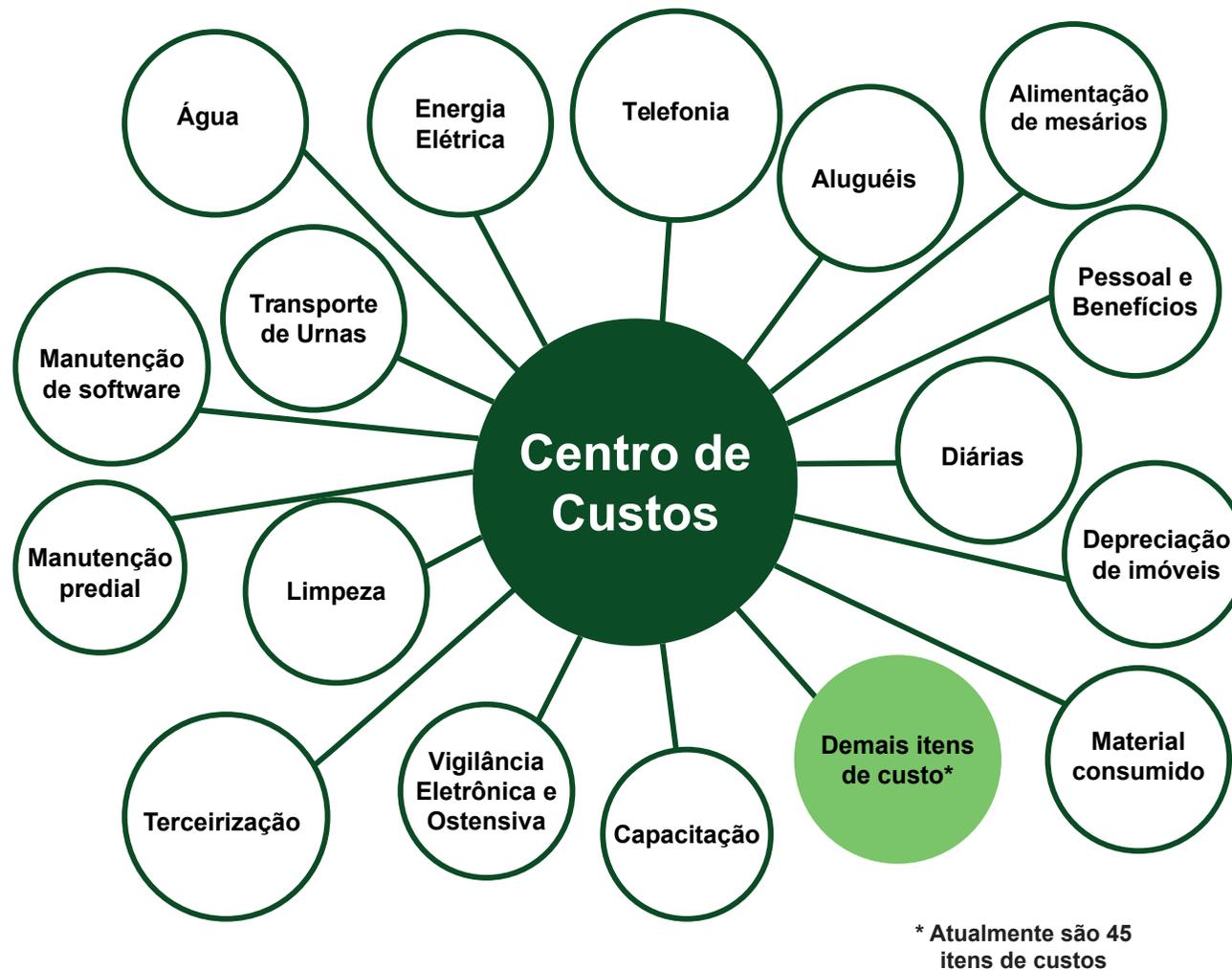


Figura 31: Apuração dos custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Figura 32: Custos atividades e serviços

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 455 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

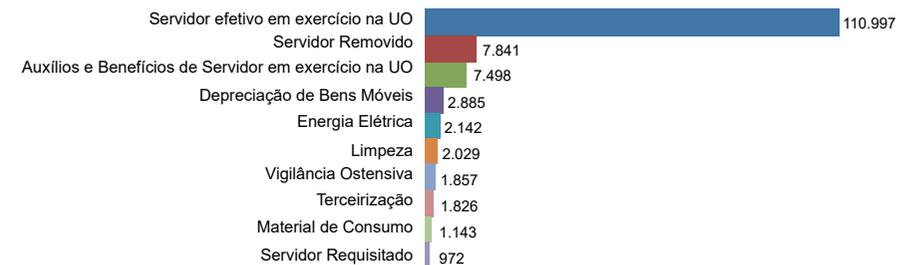


Gráfico 09: 10 maiores itens de custo

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

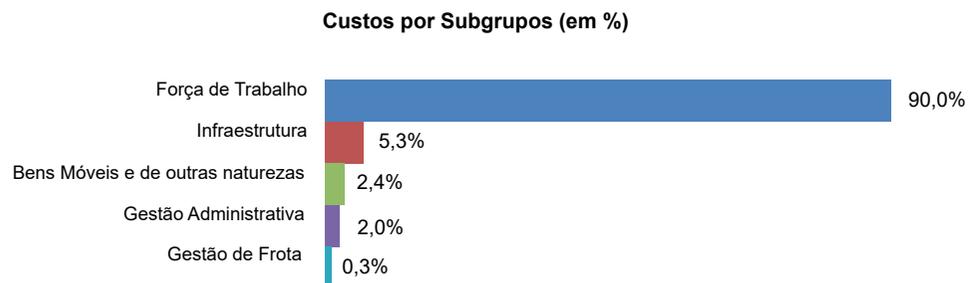


Gráfico 10: Custos em subgrupos

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Gráfico 11: Custos por atividades/ serviços

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)

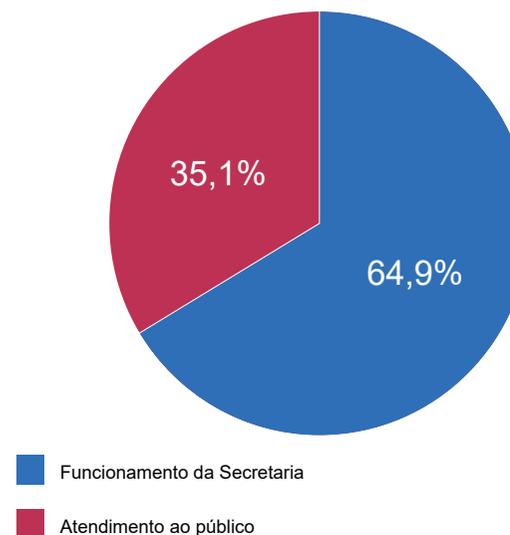


Gráfico 12: Funcionamento da secretaria x atendimento ao público

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotação Inicial

A Lei Orçamentária Anual de 2021 – LOA/2021 consignou para o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para atender as despesas do exercício 2021, o valor inicial de R\$ 169.985.999,00 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais), assim distribuído:

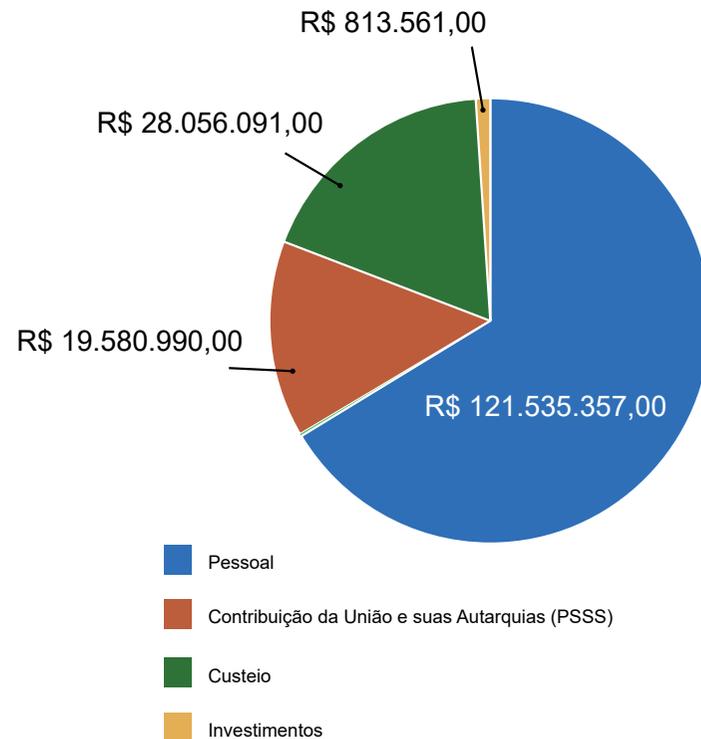


Gráfico 13: Distribuição da LOA/2021

Créditos Adicionais Suplementares

Durante o exercício ocorreram suplementações no montante de R\$ R\$ 2.831.846,00 distribuídos nos grupos:

Pessoal: R\$ 2.160.210,00

Custeios: R\$ 258.000,00

Investimentos: R\$ 413.636,00

Decrécimos

Ocorreram cancelamento de dotações no montante de R\$ 740.860,00, sendo R\$ 500.000,00 relativos a Custeios, R\$ 20.000,00 de Assistência Médica e Odontológica a servidores e R\$ 220.860,00 referente a Benefícios Obrigatórios (demais benefícios).

Descentralização de créditos

Ocorreram cancelamento de dotações no montante de R\$ 740.860,00, sendo R\$ 500.000,00 relativos a Custeios, R\$ 20.000,00 de Assistência Médica e Odontológica a servidores e R\$ 220.860,00 referente a Benefícios Obrigatórios (demais benefícios).

Execução

A dotação total autorizada foi de R\$ R\$ 172.061.781,45 e corresponde a dotação inicial na LOA (R\$ 169.985.999,00) + Suplementação (R\$ 2.831.846,00) - Movimentação Interna Líquida (R\$ 756.063,55).

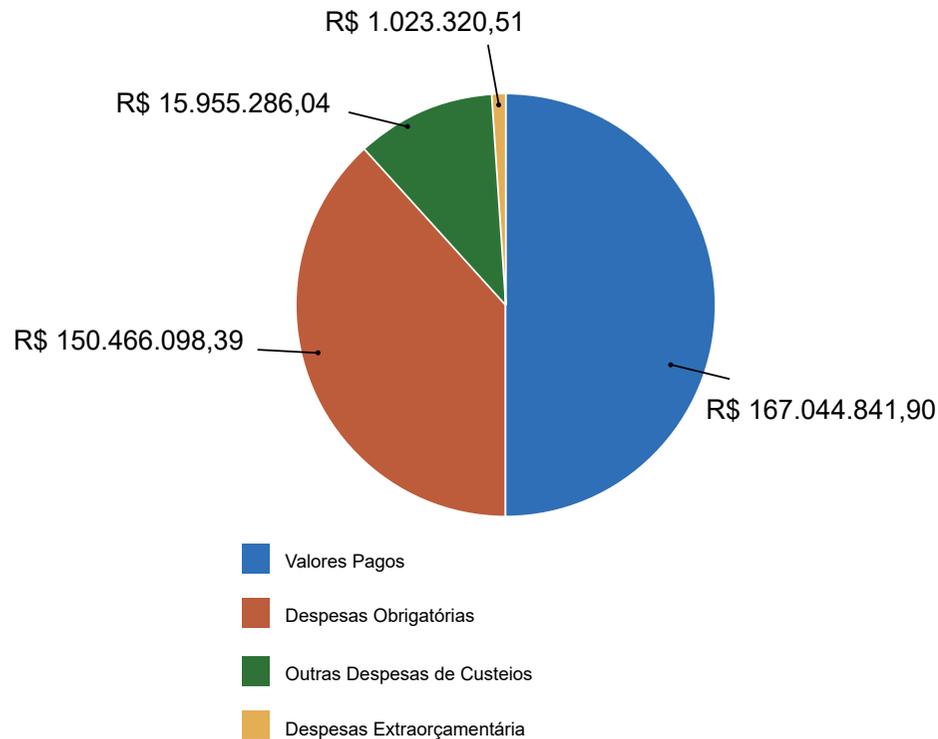


Gráfico 14: Dotação da LOA/2021



Gráfico 15: Execução - discriminação

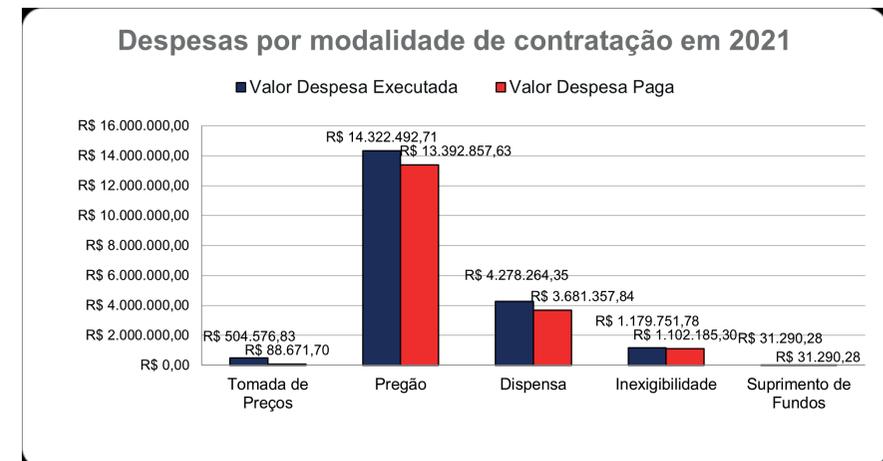


Gráfico 16: Despesas por modalidade de contratação em 2021

Despesas Extraorçamentárias

Restos a pagar	R\$ 565.647,66
Restos a pagar cancelados	R\$ 405.771,41
RP Não Processados a Liquidar	R\$ 31.981,88
RP Não Processados Liquidados a Pagar	R\$ 823,33
RP Processados a Pagar	R\$ 19.096,23
Total RP inscritos	R\$ 1.023.320,51

Tabela 29- Despesas Extraorçamentárias

Execução Financeira

A execução financeira é efetuada no SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Governo Federal), que consiste nos pagamentos aos fornecedores de bens e serviços (custeio e investimentos), diárias, ressarcimentos, reembolsos, folha de pagamento (ativos, inativos e pensionista), bem como todos os recolhimentos tributários e os recebimentos são acompanhados

no SISGRU (Sistema de Gestão do Recolhimento da União) das devoluções de valores em processos administrativos.

O quantitativo de documentos gerados nos pagamentos e recolhimentos de tributos e seus respectivos valores no período objeto do presente relatório foi o seguinte:

- 3.010 Ordens de Pagamentos/Ordens Bancárias (fornecedores, folha de pagamento, diárias, reembolso), no montante de R\$ 112.570.645,50;
- 1.208 DARF (Tributos Federais), no montante de R\$ 54.272.829,34;
- 389 GPS (INSS), no montante de R\$ 829.297,82;
- 414 DAR (ISS), no montante de R\$ 354.718,47;
- 420 GRU/RA (Recebimento de Recurso Financeiro em processos administrativos/Registro de Arrecadação), no montante de R\$ 592,957,73; e
- 8 GRU (Pagamentos a Instituições Públicas), no montante de R\$ 273,33.

Um ponto merecedor de destaque neste ano foi renovação da contração/assinatura do Sistema WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA – O referido sistema que oferece acesso a informações relevantes acerca da tributação de contratos, compreendendo todos os impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS) pois orienta o Substituto Tributário (ordenador de despesa TRE/PB) sobre tributos, alíquotas, legislação emitindo relatório analítico.

A SEFIN encaminha mensalmente à Coordenadoria de Pagamento (COPAG) as informações para a elaboração da GFIP

no que concerne as retenções de GPS dos contribuintes individuais, também encaminhamos anualmente informações à COPAG para a elaboração da Declaração das Informações das Retenções na Fonte (DIRF) dos fornecedores de bens e serviços das Pessoas Jurídicas (PJ) e das Pessoas Físicas (PF), bem como enviamos os comprovantes de retenções para dos fornecedores.

Realizamos atividade de assessoramento e orientações quando surgem dúvidas na operacionalização do SIAFI nas apropriações (liquidações) das despesas e também quanto às tributações incidentes nas contratações.

Também somos responsáveis por informar à Secretaria de Municipal de Tributação da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB dos serviços tomados por este TRE/PB, bem como dos tributos (ISSQN) recolhidos para aquele município.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

As licitações e contratos são regidos pela IN TRE/PB nº 01/2018 e a Lei nº 8.666/93, sendo que os principais mecanismo de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados correspondem à confecção de estudos preliminares capazes de identificar as diversas nuances da nova contratação, cujo modelo já vem sendo implementado, além da efetiva realização da gestão de risco, bem como a nomeação de gestores e fiscais de contrato com capacitação para gerenciar e fiscalizar a execução dos mesmos.

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos foram:

- Contratações de baixo valor (até R\$17.600,00): Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93;
- Licitação anterior vazia: Artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93;
- Serviço prestado por empresa pública: Artigo 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93;
- Inexigibilidade de Licitação: Artigo 25, da lei nº 8.666/93;
- Nota de empenho: Artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No exercício 2021, foram realizadas 174 (cento e setenta e quatro) contratações, no valor total de R\$ 5.904.311,25, sendo:

- 37 realizadas por dispensa de licitação, no valor de R\$ 641.748,75;
- 35 efetuadas por inexigibilidade de licitação, no montante de R\$ 730.158,02 e
- 02 originadas de licitação, no valor de R\$ 4.532.404,48.

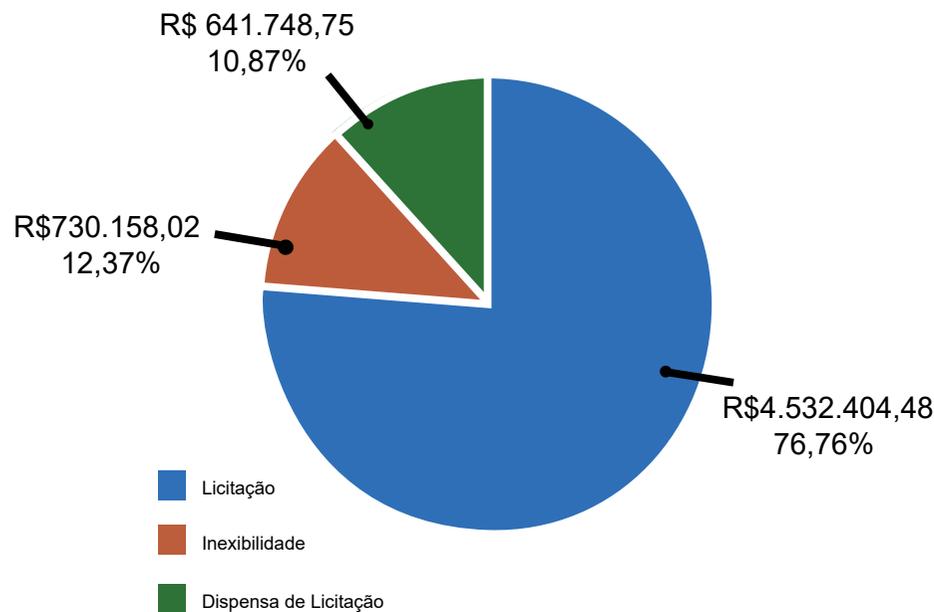


Gráfico 17- Tipos de contratações

A relação dos contratos está disponível no endereço: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/contratos-1/contratos-2021>

As contratações mais significativas estão elencadas no quadro abaixo:

Empresa	Contrato	Objeto	Valor
FHS CONSTRUTORA EIREL	38/2021	Execução do serviço de Modernização e Recuperação do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Edifício Sede do TRE-PB	R\$ 401.478,28
RADNOR ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA	37/2021	Locação de equipamentos, bem como a implantação, instalação e a manutenção de sistema de vídeo monitoramento (CFTV) e controle de acesso de veículos, para atender o Edifício Sede e outros anexos do TRE-PB	R\$ 299.888,76
ENGEAR - ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA	36/2021	Execução dos serviços de engenharia visando a adequação da altura do guarda-corpo do vão central e substituição dos corrimãos das escadas do edifício Sede do TRE-PB	R\$ 231.464,00
ECOS TURISMO LTDA	33/2021	Prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, alteração, marcação e remarcação e cancelamento de até 200 (duzentas) passagens aéreas nacionais	R\$ 400.000,00

Tabela 30- Contratações significativas

Empresa	Contrato	Objeto	Valor
APPROACH TECNOLOGIA LTDA	28/2021	Suporte oficial do fabricante para o modelo NX-8155-G6 – Dual Xeon 4114 (NX-8155-G6-HY), incluindo o suporte dos softwares Acropolis Ultimate e Prism Pro (RLIC-PRSPRO)	R\$ 484.000,00
JMARTINS ENGENHARIA EIREL	24/2021	Prestação do serviço especializado de engenharia, visando a recuperação estrutural, em parte da estrutura da cobertura do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	R\$ 235.714,28
EMPRESA K2 IT LTDA ME	16/2021	Prestação dos serviços de conservação do parque de urnas eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	R\$ 136.018,41
COMERCIAL CAMPO NOBRE EIRELI	09/2021	Prestação dos serviços de conservação do parque de urnas eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	R\$ 136.018,41
CRISERV COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI	07/2021	Prestação os serviços de Limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de gás GLP 13 kg, nos prédios onde funcionam o FÓRUM ELEITORAL, NVI e NSO de Campina Grande-PB	R\$ 220.805,64
BAM TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI	05/2021	Prestação os serviços de Limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de gás GLP 13 kg, nos prédios onde funcionam alguns Cartórios Eleitorais sediados no interior do Estado	R\$ 925.449,60

Tabela 30- Contratações significativas

Principais Gastos por Finalidade

Tecnologia da Infomação	
Custeio	R\$ 1.770.957,14
Investimento	R\$ 36.724,31
Total	R\$ 1.807.681,45

Tabela 31- Gastos com Tecnologia da Informação

Gastos com funcionamento administrativo	
Locação de imóveis	R\$ 395.725,21
Água	R\$ 284.251,45
Energia	R\$ 2.019.515,16
Vigilância ostensiva	R\$ 1.857.061,24
Limpeza, asseio, conservação e copeiragem	R\$ 2.404.281,91
Manutenção predial	R\$ 878.542,96
Aquisição de material de consumo	R\$ 1.412.887,29
Combustível	R\$ 187.148,39
Aquisição de bens permanentes	R\$ 2.813.164,89
Serviço de Motoristas	R\$ 452.786,27
Serviços de almoxarife, carga e descarga	R\$ 273.406,67
Serviços de recepção	R\$ 58.873,90

Tabela 32- Gastos com funcionamento administrativo

Contratações diretas

Como relatado, foram realizadas 72 contratações diretas, cujo valor contratado foi de R\$ 1.371.906,77, sendo esse montante, em sua grande maioria, correspondente ao(à):

- Fornecimento dos serviços de água e esgoto: R\$ 284.251,45;
- Fornecimento dos serviços de energia elétrica: R\$ 2.019.515,16
- Capacitação de servidores: R\$ 620.781,38
- Contrato com a empresa FHS Construtora EIRELI - Henatel visando a execução do serviço de Modernização e Recuperação do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Edifício Sede do TRE-PB: R\$ 401.478,28
- Contrato com a Editora Fórum Ltda para o fornecimento de 01 (uma) assinatura de biblioteca digital denominada Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico: R\$ 60.646,00.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Em nível estratégico, as aquisições de bens e serviços constantes no plano anual de contratações são monitoradas por meio de indicador, cujo resultado foi de 93% superando a meta estabelecida de 70%.

Quanto aos desafios, pode-se dizer que o principal deles, para este e o próximo exercício, diz respeito a utilização da nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021, que trouxe inovações a serem implementadas, a partir de 01.04.2023, tendo em vista que as Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2020 serão revogadas.

Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Conformidade Legal e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades.

Os atos da gestão patrimonial estão vinculados à Lei nº 8.666/93, ao Decreto 9.373/18, ao Manual SIAFI e à IN do TRE-PB nº 03/2016, bem como à orientação Normativa da SPU.

A realização de um inventário com novos instrumentos de controle vem possibilitando que a Unidade de Patrimônio gerencie o patrimônio e detecte as falhas existentes.

Além disso, pode-se elencar a existência do Manual de Manutenção Predial e Planos Mensais de Manutenção Predial, o Sistema próprio “OcoMon Manutenção Predial”, que permite aos diversos gestores a requisição de serviços, além da regular designação de fiscais de serviços em todas as intervenções que reclamam acompanhamento técnico, realização de obras e serviços de engenharia. Acrescenta-se, ainda, os Planos de Serviços de Engenharia, elaborados de acordo com a metodologia “GUT” (gravidade/tendência/Urgência) e os Planos de Obras.

Principais investimentos - avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Durante o exercício 2021, apesar das dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia de Covid 19, procurou-se manter quase que a totalidade das ações de manutenção predial, estudos e projetos de engenharia e logística de transportes, sem descuidar de todas as rotinas e protocolos de segurança traçados pelos Órgãos Estatais e normas internas do próprio Tribunal, em relação ao momento pandêmico então vivido.

Tal desenvoltura permitiu a obtenção de importantes melhorias nos mais variados imóveis que compõem o acervo patrimonial da União, ora em uso especial pelo TRE/PB, com destaque para os Fóruns de Jacaraú, Sousa, São João do Rio do Peixe, Piancó, Campina Grande e o Anexo I no Distrito Industrial de João Pessoa.

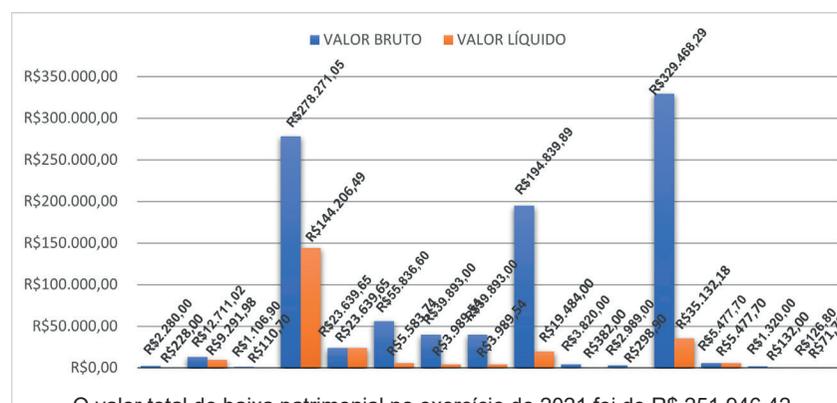
Também foi possível levar a efeito relevantes contratações voltadas ao aprimoramento da segurança e conforto de quem busca os serviços da Justiça Eleitoral no nosso edifício-sede, melhorando a infraestrutura imobiliária, pois foram celebrados contratos para a atualização do sistema de proteção e combate a incêndios, ampliação de guarda corpos e instalação de novos corrimãos nas escadas sociais e de incêndio, além da recuperação estrutural da laje de cobertura no sexto pavimento da edificação.

Por outro lado, tem-se buscado cumprir as metas voltadas à acessibilidade e sustentabilidade em todas as intervenções de obras, reparos construtivos e ações de manutenção predial.

Acredita-se que todas essas ações e intervenções impactaram no alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, sobretudo no que se refere ao Objetivo “Fortalecer a Cidadania”, tendo em vista que das ações elencadas têm buscado levar a efeito a iniciativa estratégica voltada a assegurar condições plenas de acesso aos serviços da Justiça eleitoral e ao exercício do voto.

Desfazimento de Ativos

O valor total de baixa patrimonial no exercício 2021 foi de R\$ 251.946,42, correspondente, principalmente, a equipamentos eletrônicos e de processamento de dados que não estavam mais em uso pelo TRE-PB, seja por ociosidade ou por já ter sua vida útil já finda, conforme rege o Decreto nº 9.373/2018, classificados como irrecuperáveis.



O valor total de baixa patrimonial no exercício de 2021 foi de R\$ 251.946,42, correspondente a mobiliários e equipamentos que não estavam mais em uso pelo TRE/PB, seja por ociosidade, seja porque já findaram sua vida útil e foram, como rege o Decreto nº 9.373/2018, classificados como irrecuperáveis, bem como a mudança de permanente para consumo de alguns bens.

Gráfico 18- Baixa Patrimonial

Locação de imóveis

Cidade	Finalidade	Proprietário	Aluguel mensal	Total 2021
Bayeux	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Bayers	Demóstenes Evangelista dos Santos Júnior	R\$ 6.202,08	R\$ 70.545,32
Esperança	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Esperança	Adeilson Torres Galdino	R\$ 1.500,00	R\$ 21.394,13
Gurinhém	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Gurinhém	Lissandra de Souza Almeida	R\$ 1.451,19	R\$ 17.017,69
Juazeirinho	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Juazeirinho	Francisco de Souza	R\$ 1.359,24	R\$ 15.029,34
Patos	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Patos	Margareth Leal Almeida Costa	R\$ 8.480,00	R\$ 80.369,36
Princesa Isabel	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Princesa Isabel	Antônio Fernandez Neto	R\$ 2.094,60	R\$ 23.662,66
Queimadas	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Queimadas	Osemar Angelio da Silva	R\$ 4.500,00	R\$ 41.891,36
Santa Rita	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Santa Rita	Kleber Ferreira da Silva	R\$ 1.109,26	R\$ 13.820,94
São Bento	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de São Bento	José Ferreira da Costa	R\$ 1.459,23	R\$ 16.861,80
Serra Branca	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Serra Branca	Reginaldo Trajano Rodrigues	R\$ 1.802,00	R\$ 20.661,11
Solânea	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Solânea	Flávio Souza de Azevedo	R\$ 2.000,00	R\$ 23.769,54
Soledade	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Soledade	Mona Lisa Ramos de Lima Oliveira Gouveia	R\$ 1.358,72	R\$ 17.371,62
Taperoá	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Taperoá	Gilson Trajano Rodrigues	R\$ 1.358,72	R\$ 16.074,42
Teixeira	Funcionamento do Cartório da Zona Eleitoral de Teixeira	Rennan Cássio Maia Oliveira	R\$ 1.331,76	R\$ 17.255,92
Valor Total com locação de imóveis			R\$ 395.725,21	

Tabela 33- Locação de Imóveis

Imóveis próprios, locados e cedidos

Próprios	55
Locados	17
Cedidos	10

Tabela 34- Imóveis próprios, locados e cedidos

Situação dos Imóveis próprios

Imóveis regularizados junto a SPU	28
Em fase de regularização	27

Tabela 35- Situação dos Imóveis Próprios

Gestão de frota de veículos

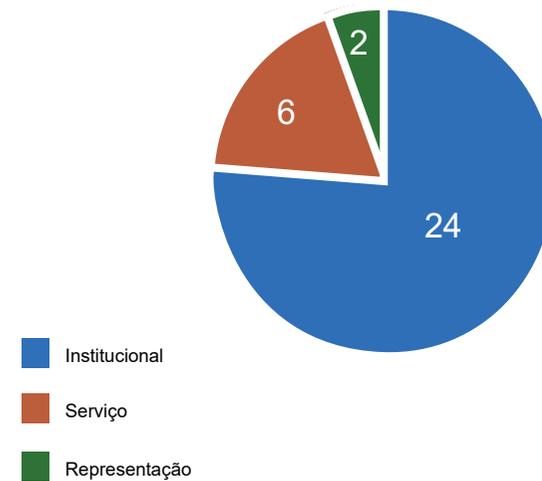


Gráfico 19- Gestão de frota de veículos

Gastos com combustíveis em 2021

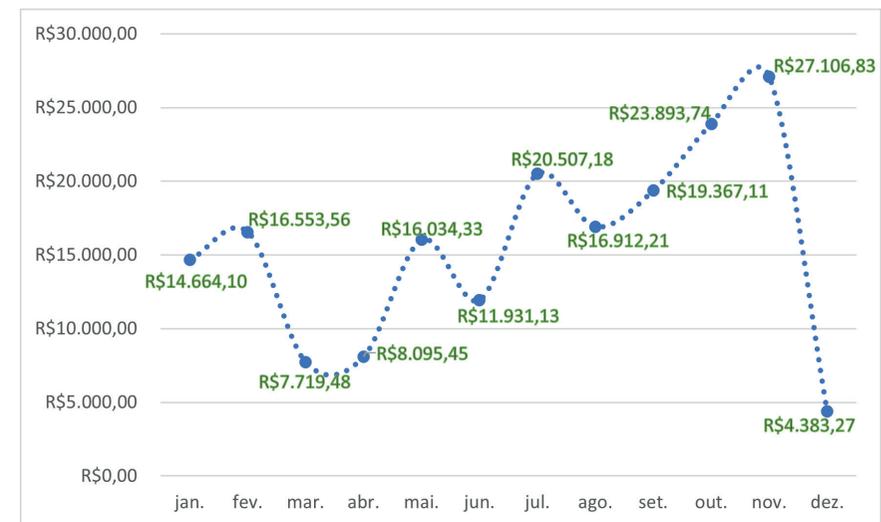


Gráfico 20- Gastos com combustíveis em 2021

Manutenção de veículos em 2021 com peças e serviços

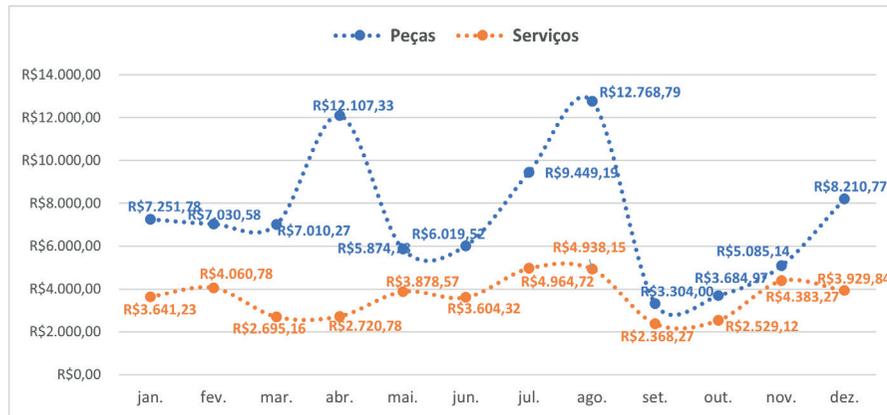


Gráfico 21- Manutenção dos veículos

Principais desafios e ações futuras

Diante dos acontecimentos geopolíticos dos últimos anos e crises diretamente relacionadas à saúde mundial, com reflexos diretos e graves nas economias de praticamente todos os Países do mundo, o que deve ocasionar em possíveis limitações de ordem orçamentária, representam, em última análise, os principais desafios não só para este Regional, mas para todas as instituições públicas e privadas do País.

Em razão da contratura econômica gerada pela pandemia e pela política econômica vigente, percebe-se uma tênue retração no interesse de participação das licitações pelas empresas, bem assim certa dificuldade de atendimento de algumas demandas pelos fornecedores/contratadas.

Diminuição de custos, enxugamento da máquina administrativa, redução no número de colaboradores, etc., que nos conduzirão a reformas administrativas e tributárias, revisão das atuais estruturas organizacionais e a necessária implementação de novos processos de trabalho e novos modelos de negócios, serão os temas frequentemente abordados pelas áreas estratégicas de todas as instituições. Isso reclamará uma mudança de paradigmas aos quais todos nós teremos que nos adaptar.

Com efeito, as dificuldades decorrentes dessas mudanças já são sentidas por aqueles que têm missões de gestão. Não há servidores suficientes e verifica-se uma aparente má distribuição dos poucos ainda disponíveis. Não há perspectivas de folgas orçamentárias, mas pelo contrário, de diminuição de recursos financeiros. Não há reconhecimento em face do trabalho das instituições públicas, mas sim ataques propositais voltados ao seu descrédito e destruição. A Justiça Eleitoral, lamentavelmente, tem sido nos últimos anos a bola da vez.

Assim, diante desse cenário, a conscientização de cada um dos integrantes da nossa instituição quanto aos respectivos papéis na preservação do Regime Democrático, certamente nos conduzirá ao sucesso da missão que constitucionalmente nos compete, a despeito de tantas dificuldades estruturais e políticas em nosso desfavor.

Gestão de Tecnologia da Informação e comunicação

Conformidade Legal

A atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TRE-PB ocorre alinhada à Resolução TRE-PB nº 9/2021, que estabelece a Estratégia do Órgão para o ciclo 2021-2026 e à Resolução CNJ nº 370/2021, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o mesmo período.

Na primeira, estão previstas as metas a serem alcançadas localmente pela área de TIC, enquanto a segunda apresenta requisitos a serem observados pelos Órgãos do Poder Judiciário no que concerne à tecnologia da informação e comunicação.

O aferimento dos requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD é realizado através do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2021, onde o TRE-PB obteve índice 0,7437, numa escala que varia de 0 a 1.

Modelo de Governança de TIC

O modelo de governança de TIC está inserido na governança institucional, estabelecido na Res. TRE- PB nº 10/2017. Como instância interna de governança, há o Comitê de Governança de TIC, responsável pelo monitoramento, avaliação e direcionamento das atividades e investimentos relacionados à matéria e formado por representantes da Diretoria Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Orçamento,

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Corregedoria Regional Eleitoral. Como instância interna de apoio à governança, há o Comitê de Gestão de TIC, formado pelo Secretário e Coordenadores de TIC, responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar os planos táticos e operacionais, além de acompanhar os processos, projetos e riscos da área.

Montante de recursos aplicados em TIC

Em 2021, foram aplicados R\$ 2.473.324,13 em TIC.

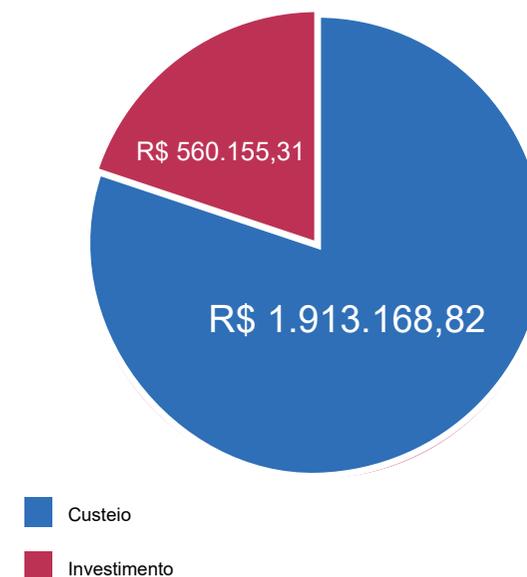


Gráfico 22- Recursos aplicados em TICS

Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Solução	Valor
Backbone secundário (links de dados zonas eleitorais)	R\$ 491.007,11
Renovação Suporte Nutanix (hiperconvergência)	R\$ 484.000,00
Expansão da rede sem fio para os Cartórios Eleitorais	R\$ 372.892,00
Renovação suporte licenciamento datacenter	R\$ 259.510,80
Upgrade dos microcomputadores (instalação SSD e memórias)	R\$ 246.525,90
Solução registro de ponto biométrico	R\$ 157.500,00

Tabela 36- Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TIC

Iniciativas	Descrição
Monitoramento de infraestrutura para segurança	Implementação de solução de monitoramento de eventos de segurança da infraestrutura de TIC e gestão de vulnerabilidades.
Manutenção preventiva de equipamentos de TIC	Manutenção preventiva dos microcomputadores, kits biométricos, impressoras e nobreaks das zonas eleitorais.
Manutenção preventiva de urnas	Manutenção preventiva das urnas para utilização nas Eleições 2022.
Sou PCD	Aplicação para permitir a atualização cadastral de eleitores com deficiência da Paraíba.

Tabela 37- Principais Iniciativas

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), contemplando todas as ações e projetos planejados para o biênio 2020-2021, pode ser acessado através do link <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-tecnologia-da-informacao/planos-diretores-de-tic>.

Segurança da informação

Em 2021, foi publicada a Res. CNJ nº 396, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Com ela, novas diretrizes foram estabelecidas e o TRE-PB tem trabalhado para a implementação dos protocolos de:

- Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário;
- Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário;
- Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário.

Principais atividades desempenhadas:

- Adequação dos principais ativos de TIC do tribunal para integração com a ferramenta de gestão de vulnerabilidades;
- Implantação de ferramenta para centralização e correlacionamento de logs;

- Instituição de normativo para gestão de vulnerabilidades;
- Elaboração de minuta de normativo para controle de acesso físico;
- Orientações de segurança da informação para novos servidores.

Empréstimo de Urnas Eletrônicas

Como forma de aproximar a sociedade do processo eleitoral e servi-la com seus recursos, o TRE-PB realizou 4 empréstimos do sistema eletrônico de votação para a realização de eleições por entidades, com destaque para as eleições da Ordem dos Advogados do Brasil e para escolha de Conselheiros Municipais da Participação Popular de João Pessoa.

Resultados Estratégicos

Em 2021, o TRE-PB objetivava alcançar a nota 0,97 no Índice de Governança de TIC do Poder Judiciário - IGovTIC-JUD (indicador estratégico 8.3 do TRE-PB). No entanto, apesar das atividades desempenhadas com esse foco, obteve o resultado 0,7437. A mudança na forma de cálculo por parte do CNJ, resultado da nova Estratégia Nacional de TIC, além do não cumprimento de alguns requisitos impactaram no resultado alcançado.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Conforme mencionado anteriormente, a Tecnologia da Informação e Comunicação tem se tornado cada vez mais presente na vida dos cidadãos, que esperam que o poder público ofereça seus serviços de forma ágil, prática e segura. Isso está refletido na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, que fomenta a inovação e a transformação digital no poder judiciário como objetivos a serem alcançados.

Destacam-se, abaixo, fatores importantes que impactam na área de TIC:

A variação cambial, que influencia diretamente nas soluções de TIC;

O cenário de aumento do risco de segurança cibernética, apontado como um dos mais relevantes pelo Relatório Global de Riscos do Fórum Econômico Mundial;

Movimentos de desinformação contra o processo eleitoral brasileiro.

Assim, conclui-se que, se por um lado o TRE precisará ampliar a oferta de serviços ao cidadão em formato eletrônico, de outra parte, a manutenção das operações, da sua segurança e da proteção de dados pessoais, sem a perspectiva de ampliação das equipes de TIC, constituem os principais desafios a serem enfrentados pela área.

Sustentabilidade Socioambiental

A sustentabilidade socioambiental no TRE-PB é conduzida através do Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-PB) instituído pela Portaria nº 240/2021/TRE-PB, para o triênio 2021-2023. Através do PLS busca-se estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade de gestão, visando garantir mais eficiência no gasto público e na gestão dos processos de trabalho. O Plano pode ser consultado através do link: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/gestao-socioambiental>

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O Tribunal dispõe de Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Compras e Contratações, que pode ser acessado [aqui](#). Trata-se de ferramenta auxiliar para a consolidação de práticas de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços, junto com a capacitação de servidores na área de compras, visando o cumprimento da legislação pertinente.

Ações para redução do consumo de recursos naturais e resultados alcançados

Papel

Verificou-se expressiva redução no consumo de papel em 2021 em relação ao ano anterior, principalmente em razão da manutenção do trabalho remoto devido ao prolongamento da pandemia de COVID-19.



Redução de 38,67% em relação ao ano anterior

Copo descartável



Houve uma redução da ordem de 18,93% no consumo de copos descartáveis em comparação com o ano de 2020. Concorreram para essa diminuição, além do trabalho remoto, um maior controle de seu uso que passou a ser restrito ao público externo, conforme determinado na Portaria TRE-PB nº 827/2019.

Redução de 18,93% em relação ao ano anterior

Energia

Houve redução no consumo de energia elétrica quase 5 vezes acima da meta traçada de 3%, em virtude da pandemia de Covid-19, que impôs o trabalho remoto em vários períodos ao longo do ano.



Foram planejadas iniciativas como campanha de conscientização dos servidores para o uso racional de energia, e ações para adequação da iluminação interna em relação à presença de luz natural.

Redução de 14,68% em relação a 2019

Água



Apesar de ter havido redução do consumo de água e superação da meta estabelecida, a queda não foi tão expressiva quanto no período anterior.

Para esse indicador foram estabelecidas duas iniciativas: a substituição gradual de descargas sanitárias por modelos mais eficientes, e campanhas de sensibilização para a redução do consumo de água.

Redução de 2,92% em relação ao ano anterior

Combustível

Ao longo de 2021 houve redução significativa do consumo de combustível, ultrapassando, assim, a meta anual estabelecida.

Implementou-se a iniciativa de controle de saída da frota veicular, com orientações aos usuários para dar preferência a viagens compartilhadas.

Outras iniciativas estão, a exemplo de ações para racionalização do uso de veículos em deslocamentos para manutenção predial, implantação de bicicletário com vestiário e incentivo à adoção de bicicleta como meio de locomoção ao trabalho.



Redução de 19,63% em relação a 2019

Redução de resíduos poluentes

O TRE-PB possui uma gestão de resíduos sólidos relativamente consolidada. Desde 2012 é realizada regularmente a coleta seletiva solidária na sede do Tribunal, em parceria com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 5.940/2006. Nas Zonas Eleitorais do interior são feitas coletas seletivas locais. Apenas resíduos de papel, de natureza documental, são enviados à Capital e doados a entidades catadoras, com destino à reciclagem, em razão da necessidade de descaracterização do conteúdo.

A pandemia de Covid-19 proporcionou significativa redução

na produção de resíduos poluentes no TRE-PB, classificados como perigosos (Classe I), segundo a ABNT NBR 10004.

Pilhas e pequenas baterias

Produzidas em quantidades relativamente pequenas, são recolhidas por servidores das unidades que as utilizam e depositadas em pontos de coleta espalhados na cidade, tais como supermercados, lojas de eletrônicos e aparelhos celulares.



Resíduos hospitalares



Produzidos na unidade de assistência à saúde (gabinetes odontológicos e de clínica médica), são coletados, mediante contrato de prestação de serviço, por empresa especializada. Em 2021 foram recolhidos 114,7 quilos desses resíduos, correspondendo à metade do quantitativo produzido em 2019, período este anterior à pandemia.

Lâmpadas Fluorescentes

Foi realizada a coleta, transporte e destinação final de 1.079 lâmpadas fluorescentes usadas, mediante contrato firmado com a empresa CRIL, especializada em soluções ambientais. Atualmente são utilizadas lâmpadas fluorescentes em escala bastante reduzida, uma vez que são substituídas por lâmpadas de LED em cada troca realizada.



Tôner



Em 2021 os cartuchos de tóner usados tiveram dois destinos, em razão de sua origem. Foram devolvidos ao fabricante 298 cartuchos de tóner originais da marca Samsung, através do Programa HP Planet Partners. Nesse período também foram destinados ao descarte controlado 1.488 quilos de cartuchos de tóner genéricos ou similares às marcas originais de impressoras adotadas pelo TRE-PB. Esse quantitativo, que corresponde a cerca de 1.140 cartuchos de tóner de aquisições anteriores à exigência contratual da logística reversa, foi entregue à empresa CRIL, especializada em soluções ambientais, mediante contrato de prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final.

Bateria automotiva

Em 2021 os cartuchos de tóner usados tiveram dois destinos, em razão de sua origem. Foram devolvidos ao fabricante 298 cartuchos de tóner originais da marca Samsung, através do Programa HP Planet Partners. Nesse período também foram destinados ao descarte.



Baterias no-break



Devolvidas ao fornecedor, conforme cláusula contratual de logística reversa. Quando não é possível devolver ao fornecedor, são doadas a cooperativas de catadores de recicláveis. Não houve descarte de baterias em 2021.

4. Demonstrações contábeis

4.1 Demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial

Ativo Especificação	NE	2021	2020
Ativo circulante		2.869.186,13	2.873.628,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	682.969,82	787.330,25
Créditos a Curto Prazo		326.649,89	202.784,15
Demais Créditos e Valores		326.649,89	202.784,15
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	2	927.747,35	1.077.461,41
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		931.819,07	806.052,46
Ativo não circulante		47.016.875,00	46.152.468,99
Ativo Realizável a Longo Prazo		429.782,79	-
VPDs Pagas Antecipadamente		429.782,79	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	3	42.966.702,26	42.568.803,35
Bens Móveis		20.411.581,37	19.601.842,80

Tabela 38- Balanço Patrimonial

Ativo Especificação	NE	2021	2020
Bens Móveis		43.214.796,90	40.884.342,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-22.803.215,53	-21.282.500,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		22.555.120,89	22.966.960,55
Bens Imóveis		25.977.766,31	26.288.683,85
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-3.422.645,42	-3.321.723,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	4	3.620.389,95	3.583.665,64
Softwares		3.620.389,95	3.583.665,64
Softwares		3.620.389,95	3.583.665,64
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
Total do ativo		49.886.061,13	49.026.097,26

Tabela 38- Balanço Patrimonial - Ativo

Passivo Especificação	NE	2021	2020
Passivo circulante	5	3.101.011,10	12.328.393,96
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		3.009.091,61	12.236.751,43
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		29.723,15	91.642,53
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		62.196,34	-
Passivo não circulante		47.016.875,00	46.152.468,99
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Total do passivo exigível		3.101.011,10	12.328.393,96

Tabela 39- Balanço Patrimonial- Passivo

Patrimônio Líquido			
Especificação	NE	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados	6	46.785.050,03	36.697.703,30
Resultado do Exercício		-1.333.020,27	-8.125.051,75
Resultados de Exercícios Anteriores		36.697.703,30	44.581.628,26
Ajustes de Exercícios Anteriores		11.420.367,00	241.126,79
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		46.785.050,03	36.697.703,30
Total do Passivo e patrimônio Líquido		49.886.061,13	49.026.097,26

Tabela 40- Patrimônio Líquido

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes					
Especificação Ativo	2021	2020	Especificação Passivo	2021	2020
Ativo Financeiro	682.969,82	787.330,25	Passivo Financeiro	2.365.660,00	1.023.320,51
Ativo Permanente	49.203.091,31	48.238.767,01	Passivo Permanente	2.858.328,32	12.298.753,71
			Saldo Patrimonial	44.662.072,81	35.704.023,04

Tabela 41- Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

Quadro de Compensações - Ativo		
Especificação/ Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020
Saldo dos atos potenciais ativos	3.962.854,74	3.668.322,60
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	3.962.854,74	3.668.322,60
Reservas de Capital	3.962.854,74	3.668.322,60
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Total	3.962.854,74	3.668.322,60

Tabela 42- Quadro de compensações- Ativo

Quadro de Compensações - Passivo		
Especificação/ Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020
Saldo dos atos potenciais passivos	26.991.031,11	26.695.928,92
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	26.991.031,11	26.695.928,92
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	26.991.031,11	26.695.928,92
Demais Reservas	-	-
Total	26.991.031,11	26.695.928,92

Tabela 43- Quadro de compensações- Passivo

Variações Patrimoniais Quantitativas			
Especificação	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		168.755.216,51	178.987.674,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	50,00
Impostos		-	-
Taxas		-	50,00
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		11.430,36	10.511,21
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		11.430,36	10.511,21
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		180,03	73,93
Juros e Encargos de Emprést. e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		180,03	73,93

Tabela 44- Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Quantitativas			
Transferências e Delegações Recebidas	7	167.604.512,23	177.157.291,18
Transferências Intragovernamentais		167.477.647,17	176.104.944,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas		126.865,06	1.052.346,28
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	8	46.655,18	252.313,69
Ganhos com Incorporação de Ativos		46.655,18	252.313,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.092.438,71	1.567.434,31
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.092.438,71	1.567.434,31

Tabela 44- Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas			
Especificação	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas		170.088.236,78	187.112.726,07
Pessoal e Encargos	9	125.213.557,37	134.281.825,18
Remuneração a Pessoal		99.153.673,55	108.294.862,10
Encargos Patronais		19.938.919,56	19.413.747,46
Benefícios a Pessoal		5.918.909,86	6.256.565,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		202.054,40	316.650,57

Tabela 45- Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas			
Especificação	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas		170.088.236,78	187.112.726,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		20.829.008,70	21.117.145,23
Aposentadorias e Reformas		13.837.773,60	14.023.745,56
Pensões		6.931.277,98	7.019.731,14
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		59.957,12	73.668,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10	21.474.184,09	27.534.763,12
Uso de Material de Consumo		1.380.529,76	3.076.744,02
Serviços		16.162.514,20	19.629.381,57
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.931.140,13	4.828.637,53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.735,72	152,09
Juros e Encargos de Mora		6.062,21	152,09
Variações Monetárias e Cambiais		659,51	-
Descontos Financeiros Concedidos		14,00	-
Transferências e Delegações Concedidas		1.604.204,39	2.870.578,81
Transferências Intragovernamentais		1.122.582,51	1.577.673,66

Tabela 45- Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas			
Especificação	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas		170.088.236,78	187.112.726,07
Outras Transferências e Delegações Concedidas		481.621,88	1.292.905,15
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos		189.187,21	445.893,79
Perdas Involuntárias		696,40	45.988,75
Desincorporação de Ativos		188.490,81	399.905,04
Tributárias		197.518,06	160.192,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.529,22	35.421,02
Contribuições		167.988,84	124.771,58
Custo-Mercadorias, Produtos Vend. e Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		573.841,24	702.175,25
Premiações		-	4.730,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		573.841,24	697.445,25
Resultado Patrimonial do Período		-1.333.020,27	-8.125.051,75

Tabela 45- Variações Patrimoniais Diminutivas

Balanço Orçamentário

Receita					
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Recorrentes		-	-	-	-
Receitas de Capital		-	-	-	-
Subtotal de Receitas		-	-	-	-
Refinanciamento		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento		-	-	-	-
Deficit		-	-	169 296 404,12	169 296 404,12
Total				169 296 404,12	169 296 404,12
Créditos Adicionais Abertos		-	2.090.986,00	-	2.090.986,00
Créditos Cancelados		-	2.090.986,00	-	-

Tabela 46- Receita

Despesa							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Recorrentes		169.172.438,00	170.849.788,00	168.152.605,32	166.100.640,92	166.090.837,33	2.697.182,68
Pessoal e Encargos Sociais		141.116.347,00	143.276.557,00	141.867.581,39	141.644.032,37	141.644.032,37	1.408.975,61
Outras Despesas Correntes		28.056.091,00	27.573.231,00	26.285.023,93	24.456.608,55	24.446.804,96	1.288.207,07
Despesas de Capital		813.561,00	1.227.197,00	1.143.798,80	954.004,57	954.004,57	83.398,20
Investimentos		813.561,00	1.227.197,00	1.143.798,80	954.004,57	954.004,57	83.398,20
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		-	-	-	-	-	-
Subtotal das despesas		169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.054.645,49	2.780.580,88
Amortização da Dívida/ Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.044.841,90	2.780.580,88
Total		169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.044.841,90	2.780.580,88

Tabela 47- Despesa

Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados

Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	20.507,79	881.139,10	498690,19	497.866,86	370.974,82	32.805,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	27.800,00	12.394,98	12.394,98	15.405,02	141.644.032,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras despesas Correntes	20.507,79	853.339,10	486.295,21	485.471,88	355.569,80	32.805,21
Despesas de Capital	-	92.033,37	61.464,37	61.464,37	30.569,00	0,00
Investimentos	-	92.033,37	61.464,37	61.464,37	30.569,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	20.507,79	973.172,47	559.331,23	559.331,23	401.543,82	32.805,21

Tabela 48- Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados

Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados não processados liquidados

Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados não processados liquidados					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras despesas Correntes	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23

Tabela 49- Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados não processados liquidado

Balanço Financeiro

Ingressos		
Especificação	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária Transferências Financeiras Recebidas	167.477.647,17	176.104.944,90
Resultantes da Execução Orçamentária	167.431.537,81	175.603.765,13
Sub-repasse Recebido	167.431.537,81	175.603.765,13
Independentes da Execução Orçamentária	46.109,36	501.179,77
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.394,98	500.000,00
Demais Transferências Recebidas	4.237,70	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	29.476,68	1.179,77
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3.761.404,80	3.184.512,15

Tabela 50- Ingressos

Ingressos		
Especificação	2021	2020
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.803,59	29.640,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.241.758,63	973.172,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	420.974,45	602.061,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.088.868,13	1.579.638,01
Arrecadação de Outra Unidade	1.088.868,13	1.578.065,95
Demais Recebimentos	-	1.572,06
Saldo do Exercício Anterior	787.330,25	129.685,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	787.330,25	129.685,71
Total	172.026.382,22	179.419.142,76

Tabela 50- Ingressos

Dispêndios		
Especificação	2021	2020
Receitas Orçamentárias	169.296.404,12	175.880.629,06
Ordinárias	143.181.538,59	150.066.336,28
Vinculadas	26.114.865,53	25.814.292,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.616.008,06	3.647.915,18
Previdência Social (RPPS)	20.726.384,44	19.587.372,64
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.772.473,03	2.579.004,96
Transferências Financeiras Concedidas	1.122.582,51	1.578.245,72
Resultantes da Execução Orçamentárias	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.122.582,51	1.578.245,72
Movimentos de Saldos Patrimoniais	1.122.582,51	1.578.245,72
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	924.425,77	1.171.937,73
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	6.316,43	0,00
Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados	559.331,23	555.780,11

Tabela 51- Dispêndios

Dispêndios		
Especificação	2021	2020
Depósitos Restituídos e Valores Vinculados	358.778,11	616.157,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	682.969,82	787.330,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	682.969,82	787.330,25
Total	172.026.382,22	179.419.142,76

Tabela 51- Dispêndios

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	911.108,51	1.866.451,47
Ingressos	168.987.489,75	178.286.644,33
Outros Ingressos Operacionais	168.987.489,75	178.286.644,33
Ingressos Extraorçamentários	420.974,45	602.061,42
Transferências Financeiras Recebidas	167.477.647,17	176.104.944,90
Arrecadação de Outra Unidade	1.088.868,13	1.578.065,95
Demais Recebimentos	-	1.572,06
Desembolsos	-168.076.381,24	-176.420.192,86
Pessoal e Demais Despesas	-147.073.119,75	-155.219.465,98
Judiciário	-126.221.036,30	-134.195.239,85
Previdência Social	-20.784.218,55	-20.996.762,64
Encargos Especiais	-67.864,90	-27.463,49
Transferências Concedidas	-19.521.900,87	-19.005.323,54
Intragovernamentais	-19.521.900,87	-19.005.323,54
Outros Desembolsos Operacionais	-1.481.360,62	-2.195.403,34

Tabela 52- Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	911.108,51	1.866.451,47
Dispêndios Extraorçamentários	-358.778,11	-616.157,62
Transferências Financeiras Concedidas	-1.122.582,51	-1.579.245,72
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	-1.015.468,94	-1.208.806,93
Ingressos	-	-
Desembolsos	-1.015.468,94	-1.208.806,93
Aquisição de Ativo Não Circulante	-978.744,63	-394.802,04
Outros Desembolsos de Investimentos	-36.724,31	-814.004,89
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento	-	-
Ingressos	-	-
Desembolsos	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes	-104.360,43	657.644,54
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	787.330,25	129.685,71
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	682.969,82	787.330,25

Tabela 52- Demonstração de Fluxo de Caixa

4.2 Notas Explicativas

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende os valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e na Caixa Econômica Federal, representando os recursos necessários ao pagamento das obrigações imediatas do TRE-PB. Os recursos financeiros depositados na Caixa Econômica Federal referem-se aos depósitos de caução, de titularidade das empresas prestadoras de serviços contratadas, para prestação de garantia contratual. Mensalmente é efetuada a programação financeira junto à COFIC/ TSE para o recebimento dos recursos financeiros com o objetivo de realizar os pagamentos das obrigações mensais do TRE-PB.

Especificação	2021	2020	AH (%)
Ativo Circulante	2.869.186,13	2.873.628,27	-0,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	682.969,82	787.330,25	-13,25

Tabela 53- Caixa e equivalente de Caixa

Nota 2 – Estoques

Os estoques correspondem aos bens de consumo necessários ao atendimento das demandas mensais das unidades do TRE-PB. Conforme demonstrado, houve uma redução de 13,90% dos estoques disponíveis no exercício de 2021, quando comparados ao exercício de 2020. Tal redução pode ser explicada, principalmente, em razão da realização das Eleições 2020, evento que demanda maior uso dos materiais constantes nos estoques.

Especificação	2021	2020	AH (%)
Ativo Circulante	2.869.186,13	2.873.628,27	-0,15
Estoques	927.747,35	1.077.461,41	-13,25

Tabela 54- Estoques

Nota 3 - Imobilizado

As contas contábeis de Bens Móveis e Bens Imóveis representam os investimentos do TRE-PB necessários à consecução dos seus objetivos institucionais.

Os bens móveis do TRE-PB são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, ficando sujeitos à depreciação quando seus elementos tiverem vida útil econômica limitada.

A metodologia de cálculo da depreciação é a das cotas constantes, por ser mais adequada à realidade do TRE-PB. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é a definida na Macrofunção SIAFI nº 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe destacar que no exercício de 2021, procedeu-se o ajuste de atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas (modelos de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015), nos termos do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 TSE, resultando no registro de depreciação no valor de R\$ 1.569.847,70 e em um ganho com a atualização do valor patrimonial no montante de R\$ 3.849.016,62, o que ocasionou um acréscimo patrimonial no valor de R\$ 2.279.168,92. Tal ocorrência justifica o acréscimo de 5,70% encontrado na comparação entre os exercícios de 2021 e 2020 na conta Bens Móveis.

Especificação	2021	2020	AH(%)
Ativo Não Circulante	47.016.875,00	46.152.468,99	1,87
Imobilizado	42.966.702,26	42.568.803,35	0,93
Bens Móveis	20.411.581,37	19.601.842,80	4,13
	43.214.796,90	40.884.342,80	5,70
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.803.215,53	-21.282.500,00	7,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	22.555.120,89	22.966.960,55	-1,79
Bens Imóveis	25.977.766,31	26.288.683,85	-1,18
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.422.645,42	-3.321.723,30	3,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	

Tabela 55- Imobilizado

Vida útil e valor residual dos Bens Móveis

Código	Descrição	Vida útil (anos)	Vida Residual (%)
12311.01.01	Aparelho de Medição e Orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipam/ Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	15	20%
12311.01.04	Aparelho e Equipamentos p/ Esportes e Diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
12311.01.18	Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
12311.01.25	Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
12311.03.01	Aparelho e Utensílios Domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%

Tabela 56- Vida útil e valor residual dos Bens Móveis

12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
12311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
12311.05.01	Veículos em Geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Macrofunção SIAFI n.º 020330

Tabela 56- Vida útil e valor residual dos Bens Móveis

Depreciação Acumulada dos Bens Móveis

A seguir, quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando os exercícios de 2020 e 2021, por conta contábil.

Código	Conta	2021	2020
12311.01.01	Aparelho de Medição e Orientação	22.184,68	19.834,78
12311.01.02	Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	158.893,19	134.608,22
12311.01.03	Equipam/ Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	61.137,87	52.673,01
12311.01.04	Aparelho e Equipamentos p/ Esportes e Diversões	63,62	63,54
12311.01.05	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	208.876,47	199.558,00
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	510.970,06	492.922,43
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	25.692,28	23.094,18
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	9.828,17	9.323,19

Tabela 57- Depreciação acumulada dos Bens Móveis

Código	Conta	2021	2020
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	8.717,16	9.386,76
12311.01.18	Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	8,28	81,08
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	5.435,42	5.344,74
12311.01.25	Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	241.900,27	229.146,99
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	16.430.286,70	15.510.547,56
12311.03.01	Aparelho e Utensílios Domésticos	620.454,47	536.554,25
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	7.161,76	6.879,21
12311.03.03	Mobiliário em Geral	2.847.409,99	2.649.509,44
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	62.639,39	52.270,37
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	366.079,88	323.755,13
12311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	720,00	650,00
12311.05.01	Veículos em Geral	8.446,00	7.601,80
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	1.080.572,76	899.765,30
12311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	89.016,94	82.968,43
12311.99.10	Material de Uso Duradouro	36.720,17	35.962,59
Totais		22.803.215,53	21.282.500,00

Tabela 57- Depreciação acumulada dos Bens Móveis

Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

O TRE-PB possui 28 (vinte e oito) imóveis próprios, de uso especial, sendo 2 (dois) para sua sede e uma unidade administrativa em João Pessoa, e 26 (vinte e seis) unidades em cidades do interior, já registrados no sistema SPIUNET, sendo portanto considerados como base para os lançamentos de depreciação. Os bens imóveis do TRE-PB ainda não tiveram concluídos os procedimentos de reavaliação, com os efeitos patrimoniais reconhecidos contabilmente. Tal atribuição está a cargo da Secretaria de Patrimônio da União – SPU do Poder Executivo Federal.

O TRE-PB possui ainda 27 (vinte e sete) imóveis de uso especial que ainda não foram registrados no sistema SPIUNET, os quais, nessa situação, não têm os seus valores considerados como base para os lançamentos de depreciação.

O lançamento mensal da depreciação de bens imóveis é feito pela UG 170999 – Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/STN. A apuração da depreciação dos bens imóveis é de responsabilidade da mencionada Secretaria, com base nos valores constantes do Sistema SPIUNET. Os bens imóveis da União são gerenciados pela Secretaria de Patrimônio da União, por meio do SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 03, de 10/12/2014. Os critérios para mensuração, atualização e reavaliação dos bens imóveis são descritos na citada Portaria.

Objetivando oferecer informações capazes de atender o princípio da transparência, são relacionados na sequência os dados relativos aos bens imóveis pertencentes ao TRE-PB.

Bens Imóveis não registrados no SPIUNET				
Conta contábil	Última avaliação	Local do Imóvel	Valor R\$	Depreciação 2021
	30/06/2012	Alhandra	82.629,96	390,01
	30/06/2012	Bananeiras	145.910,88	758,10
	08/08/2012	Caiçara	266.853,41	1.308,33
	30/06/2012	Cajazeiras	69.618,38	283,15
	25/06/2014	Conceição	392.117,12	1.088,29

Tabela 58- Depreciação acumulada dos Bens Imóveis

Bens Imóveis não registrados no SPIUNET				
Conta contábil	Última avaliação	Local do Imóvel	Valor R\$	Depreciação 2021
Edifícios 12321.01.02	09/02/2010	Cuité	193.693,19	1.290,21
	30/06/2012	Gurinhém	260.743,41	959,34
	10/02/2010	Ingá	221.308,34	1.419,19
	30/06/2012	Jacaraú	191.564,34	885,88
	30/06/2012	João Pessoa	15.356.660,64	87.659,81
	10/03/2011	Malta	225.005,64	1.260,38
	30/06/2012	Mamanguape	163.327,04	763,86
	30/06/2012	Remígio	282.778,41	1.009,99
	27/05/2020	Alagoa Grande	62.577,00	-
	08/08/2012	Araruna	16.972,80	-
	30/06/2016	Areia	30749,47	-
	30/06/2016	Coremas	36.125,60	-
	Terrenos/Glebas 12321.01.03	06/09/2011	Esperança	42.000,00
03/12/2014		Guarabira	537.400,00	-
30/06/2012		Piancó	8.670,68	-
30/06/2012		Pombal	6.799,83	-
30/06/2012		Pombal	6.799,83	-
03/07/2013		Rio Tinto	19.872,00	-
08/08/2012		Santa Luzia	60.000,00	-
30/06/2016		Santa Rita	105.171,80	-

Tabela 58- Depreciação acumulada dos Bens Imóveis

Bens Imóveis não registrados no SPIUNET				
Conta contábil	Última avaliação	Local do Imóvel	Valor R\$	Depreciação 2021
Terrenos/Glebas 12321.01.03	30/06/2016	São José de Piranhas	7.091,43	-
	30/06/2016	Teixeira	9.090,51	-
Armazéns/Galpões 12321.01.04	30/06/2016	João Pessoa	274.410,37	668,16
	19/03/2014	Campina Grande	42.274,36	-
	19/03/2014	Pombal	307.169,65	-
	19/03/2014	Teixeira	67.392,02	-
	19/03/2014	João Pessoa	766.855,08	-
	19/03/2014	Santa Rita	316.354,61	-
	19/03/2014	Sapé	324.020,88	-
	19/03/2014	Guarabira	749.730,16	-
	19/03/2014	Areia	414.016,02	-
	19/03/2014	Esperança	159.781,21	-
	19/03/2014	Araruna	238.481,80	-
	19/03/2014	São João de Cariri	152.275,66	-
	19/03/2014	Piancó	114.813,06	-
	30/10/2019	Catolé do Rocha	434.654,37	-
Edifícios 12321.02.02	19/03/2014	São João do Rio do Peixe	96.860,71	-
	19/03/2014	Brejo do Cruz	171.158,82	-
	19/03/2014	São José de Piranhas	73.952,90	-

Tabela 58- Depreciação acumulada dos Bens Imóveis

Bens Imóveis não registrados no SPIUNET				
Conta contábil	Última avaliação	Local do Imóvel	Valor R\$	Depreciação 2021
Edifícios 12321.02.02	19/03/2014	Conceição	247.709,70	-
	19/03/2014	Pirpirituba	163.000,19	-
	19/03/2014	Coremas	73.426,11	-
	19/03/2014	Rio Tinto	69.627,27	-
	19/03/2014	Cabedelo	99.835,27	-
	29/10/2019	Boqueirão	453.969,57	-
	19/03/2014	Campina Grande	655.482,07	-
	19/03/2014	Sousa	165.846,89	-
	19/03/2014	Patos	134.149,77	-
	19/03/2014	João Pessoa	295.813,90	-
	19/03/2014	Santa Luzia	113.172,08	-

Tabela 58- Depreciação acumulada dos Bens Imóveis

No quadro a seguir encontra-se demonstrada a evolução da depreciação acumulada dos bens imóveis nos exercícios de 2020 e 2021.

Código	Conta	2021	2020
12321.01.02	Edifícios	3.400.114,79	3.299.860,83
12321.01.04	Armazéns/Galpões	22.530,63	21.862,47
Total		3.422.645,42	3.321.723,30

Tabela 59- Evolução da depreciação acumulada dos bens imóveis nos exercícios de 2020 e 2021.

Nota 4 – Intangível

Especificação	2021	2020	AH(%)
Ativo Não Circulante	47.016.875,00	46.152.468,99	1,87
Intangível	3.620.389,95	3.583.665,64	1,02
Softwares	3.620.389,95	3.583.665,64	1,02
Softwares	3.620.389,95	3.583.665,64	1,02
(-)Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-

Tabela 60- Intangível

Ativo intangível do TRE-PB constitui-se das aquisições e renovações de licenças de uso de softwares necessários ao desenvolvimento dos sistemas operacionais de tecnologia da informação. No exercício de 2021 houve um acréscimo de apenas 1,02% em relação ao ano de 2020, não havendo nesse grupo componentes patrimoniais com vida útil definida, de modo que não há registro de amortização.

Nota 5 – Passivo Circulante

Especificação	2021	2020	AH(%)
Passivo Circulante	3.101.011,10	12.328.393,96	-74,85
Obrigações Trab., Prev. e Assis t. a Pagar Curto Prazo	3.009.091,61	12.236.751,43	-75,41
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29.723,15	91.642,53	-67,57
Demais Obrigações a Curto Prazo	62.196,34	-	

Tabela 61- Passivo Circulante

O grupo de contas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar registrou no final de 2021 o montante de R\$ 3.009.091,61, com decréscimo de 75,41% em relação a 2020. Essa variação decorre do fato de que desse valor, apenas R\$ 92.260,84 refere-se à constituição da provisão de férias e do terço constitucional de férias, ao passo que no exercício anterior a referida provisão somava R\$ 9.493.846,59.

Destaca-se que em ano de eleição, como é o caso de 2020, existe restrição para concessão de férias neste Regional.

Cabe o esclarecimento de que, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, através da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento, em atendimento ao Acórdão nº 1322/2018, do TCU/Plenário, a partir do exercício de 2018 houve a adequação dos critérios de constituição das provisões de férias e abono constitucional de férias, em consonância com o regime de competência. Assim, a provisão mensal de férias passou a ser calculada considerando o valor do abono constitucional de férias, na proporção de 1/3 (um terço) acrescido do salário correspondente ao mês de férias.

Nota 6 – Resultados Acumulados

Especificação	2021	2020	AH(%)
Resultados Acumulados	46.785.050,03	36.697.703,30	27,49
Resultado do Exercício	-1.333.020,27	-8.125.051,75	83,59
Resultados de Exercícios Anteriores	36.697.703,30	44.581.628,26	-17,68
Ajustes de Exercícios Anteriores	11.420.367,00	241.126,79	4.636,25
Total do Patrimônio Líquido	46.785.050,03	36.697.703,30	27,49
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	49.886.061,13	49.026.097,26	1,75

Tabela 62- Resultados acumulados

O resultado do exercício de 2021 apresenta um déficit na ordem de R\$ 1.333.020,27, com redução de 83,59%, se comparado ao exercício anterior. O item Resultados Acumulados, de R\$ 46.785.050,03 sofreu uma variação positiva de 27,49% em relação ao ano anterior em razão do déficit do exercício ter sido menor, quando comparado ao exercício anterior. A ocorrência é justificada, em sua maior parte, pela existência, em 2020, de utilização de bens e materiais de consumo necessários à realização das Eleições 2020, tais com urnas eleitorais, equipamentos relacionados e materiais de consumo. Soma-se a isso o reconhecimento de provisões de férias, constituição de depreciações dos bens móveis e imóveis, bem como das amortizações dos bens intangíveis.

Nota 7 – Transferências e Delegações Recebidas Concedidas

Variações Patrimoniais Concedidas			
Especificação	2021	2020	AH(%)
Variações patrimoniais aumentativas	168.755.216,51	178.987.674,32	-5,72
Transferências e Delegações Recebidas	167.604.512,23	177.157.291,18	-5,39
Transferências Intragovernamentais	167.477.647,17	176.104.944,90	-4,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas	126.865,06	1.052.346,28	-87,94
Variações patrimoniais diminutivas	170.088.236,78	187.112.726,07	-9,10
Transferências e Delegações Concedidas	1.604.204,39	2.870.578,81	-44,12
Transferências Intragovernamentais	1.122.582,51	1.577.673,66	-28,85
Outras Transferências e Delegações Concedidas	481.621,88	1.292.905,15	-62,75

Tabela 63- Transferências e Delegações Recebidas Concedidas

As Transferências e Delegações Recebidas representam variações patrimoniais aumentativas, ou seja, os recursos financeiros recebidos pelo TRE-PB e doações de bens recebidas, bem como movimentação de urnas eletrônicas entre os Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral. Destaca-se a conta Transferências Intragovernamentais na ordem de R\$ 167.477.647,17. Cabe esclarecer que o TRE-PB não possui receita própria, isto é, não realiza arrecadação para cobrir os gastos com suas atividades. O mencionado montante representa os recursos financeiros recebidos pelo TRE-PB do Tesouro Nacional, via Sub-Repasse do TSE, para dar suporte aos pagamentos de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e das despesas contratuais necessárias ao cumprimento de seu objetivo institucional. As Transferências e Delegações Concedidas representam as variações patrimoniais diminutivas, compostas por saldos patrimoniais decorrentes de recolhimento de multas eleitorais e ressarcimentos ao Tesouro Nacional, bem com desincorporação de ativos por doação ou transferências a outros Regionais.

Nota 8 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos x Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

Variações Patrimoniais Quantitativas			
Especificação	2021	2020	AH(%)
Variações patrimoniais aumentativas	168.755.216,51	178.987.674,32	-5,72
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	46.655,18	252.313,69	-81,51
Ganhos com Incorporação de Ativos	46.655,18	252.313,69	-81,51
Variações patrimoniais diminutivas	170.088.236,78	187.112.726,07	-9,10
Transferências e Delegações Concedidas	1.604.204,39	2.870.578,81	-44,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	189.187,21	445.893,79	-57,57
Perdas Involuntárias	696,40	45.988,75	-98,49
Desincorporação de Ativos	188.490,81	399.905,04	-52,87

Tabela 64: Variações Patrimoniais Quantitativas

Na análise das operações que envolvem essas contas, o evento mais significativo verificado foi o desfazimento de 533 equipamentos de informática que se encontravam na situação de lixo eletrônico, classificados com irre recuperáveis pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens de Informática - CPABI, na instrução do processo SEI 0002049-15.2021.6.15.8000, ao amparo artigo 3º ,inciso I, do Decreto 9.373/2018.

Nota 9 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Variações Patrimoniais Quantitativas			
Especificação	2021	2020	AH(%)
Variações patrimoniais diminutivas	170.088.236,78	187.112.726,07	-9,10
Pessoal e Encargos	125.213.557,37	134.281.825,18	-6,75
Remuneração a Pessoal	99.153.673,55	108.294.862,10	-8,44
Encargos Patronais	19.938.919,56	19.413.747,46	2,71
Benefícios a Pessoal	5.918.909,86	6.256.565,05	-5,40
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas- Pessoal e Encargos	202.054,40	316.650,57	-36,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.829.008,70	21.117.145,23	-1,36
Aposentadorias e Reformas	13.837.773,60	14.023.745,56	-1,33
Pensões	6.931.277,98	7.019.731,14	-1,26
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.957,12	73.668,53	-18,61

Tabela 65: Variações Patrimoniais Quantitativas (2)

O grupo de contas Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais representa as variações patrimoniais diminutivas com pessoal ativo, aposentadorias e pensões dos servidores. Nos itens de despesas relativos a Pessoal e Encargos a Pessoal, observa-se que houve decréscimo em relação ao exercício de 2020, motivado pelo fato da ocorrência de eleição no ano anterior. A redução observada no item Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais pode ser explicada pela ocorrência em menor montante do pagamento feito pelo TRE-PB a título de auxílio-funeral aos dependentes de servidores falecidos.

Nota 10 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Quantitativas			
Especificação	2021	2020	AH(%)
Variações patrimoniais diminutivas	170.088.236,78	187.112.726,07	-9,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.474.184,09	27.534.763,12	-22,01
Uso de Material de Consumo	1.380.529,76	3.076.744,02	-55,13
Serviços	16.162.514,20	19.629.381,57	-17,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.931.140,13	4.828.637,53	-18,59
Tributárias	197.518,06	160.192,60	23,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.529,22	35.421,02	-16,63
Contribuições	167.988,84	124.771,58	34,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	573.841,24	702.175,25	-18,28
Premiações	-	4.730,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	573.841,24	697.445,25	17,72

Tabela 66: Variações Patrimoniais Quantitativas (3)

Esse grupo de contas retrata as variações patrimoniais diminutivas decorrentes dos gastos necessários à manutenção das atividades operacionais do TRE-PB. Corresponde às despesas com materiais de consumo imediato e para estoque, concessão de bolsa de estágios, serviços de assistência médico-hospitalar para os servidores, serviços de capacitação, manutenção predial das instalações utilizadas pelas unidades administrativas e cartórios eleitorais da capital e do interior, serviços de conservação e limpeza, serviços de portaria, motoristas, serviços de comunicação de dados, serviços de telefonia, água e esgoto, energia elétrica, serviços de correios, locação de imóveis para os cartórios eleitorais do interior, dentre outros.

O item Uso de Material de consumo, no montante de R\$ 1.380.529,76, registrou um decréscimo de 55,13% em relação ao exercício de 2020. Essa alteração é justificável, uma vez o exercício de 2020 foi ano eleitoral, em que os gastos são maiores que aqueles observados em anos não eleitorais. No período eleitoral o TRE-PB recebe dotação orçamentária nas ações específicas para a realização das eleições.

Nota 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Patrimônio Líquido			
Especificação	2021	2020	AH(%)
Resultados Acumulados	46.785.050,03	36.697.703,30	27,49
Resultado do Exercício	-1.333.020,27	-8.125.051,75	83,59
Resultados de Exercícios Anteriores	36.697.703,30	44.581.628,26	-17,68
Ajustes de Exercícios Anteriores	11.420.367,00	241.126,79	4.636,25
Total do Patrimônio Líquido	46.785.050,03	36.697.703,30	27,49
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	49.886.061,13	49.026.097,26	1,75

Tabela 67: Patrimônio Líquido

Evidencia o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Conforme demonstrado, houve um incremento de 4.636,25% no saldo da conta Ajustes de Exercícios Anteriores no ano de 2021, quando comparado ao exercício de 2020. O aumento pode ser justificado, principalmente, em razão dos ajustes efetuados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH no sentido de viabilizar a apuração da Remuneração no Período de Férias, definida no Manual SIAFI Código 021142 - Folha de Pagamento, a qual representa o valor correspondente ao salário recebido pelos servidores em gozo de férias, na proporção dos dias gozados e permitir a baixa do passivo representado pelas obrigações com Férias a Pagar registrados na forma da Orientação SOF/TSE Nº 10/2018, nas competências de 2018 a 2020. Os registros de baixa, no valor de R\$ 7.969.043,78, foram efetuados em 13 de julho de 2021.

Outro fato que contribuiu para a variação no saldo da conta foi a reclassificação dos efeitos contábeis e patrimoniais decorrentes da reavaliação de urnas eletrônicas (modelos de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015), nos termos do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 TSE, resultando no registro de depreciação no valor de R\$ 1.569.847,70 e em um ganho com a atualização do valor patrimonial no montante de R\$ 3.849.016,62.

5. Outras Informações importantes

Tratamento das determinações e recomendações do TCU

Seguem, abaixo, as informações acerca dos acórdãos do TCU direcionados ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba:

1. Ofício 65393/2020 - TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica o Acórdão nº 12.268/2020 - TCU - 2ª Câmara (Processo SEI nº 0000184-54.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: promovido o destaque de parcela(s) de quintos incorporada(s) e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

2. Ofício 68410/2020 - TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 13433/2020 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0000210-52.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: exclusão da verba “opção”, promovido o destaque de parcela(s) de quintos incorporada(s) e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

3. Ofício 27201/2021 - TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 7899/2021 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0000210-52.2021.6.15.8000).

Negado provimento a recurso relacionado a ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: restabelecida a decisão anterior que estava com efeitos suspensos em razão do recurso.

4. Ofício 66166/2020 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 12374/2020 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0000195-83.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: exclusão de verba de quintos e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

5. Ofício TCU 0211/2021 - Sefti, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU (Processo SEI nº 0002435-45.2021.6.15.8000).

Comunica avaliação da adequação das organizações públicas federais à Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Solicita preenchimento de questionário eletrônico.

CUMPRIDO - adotadas as providências solicitadas.

6. Ofício 11741/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 3544/2021 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0002678-86.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: exclusão de verba, destaque de parcela de quintos e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

7. Ofício 11556/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 3672/2021 - TCU - 2ª Câmara (Processo SEI nº 0002644-14.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: destaque de parcela de quintos e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

8. Ofício 12842/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 4074/2021 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0002825-15.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: redução do percentual de anuênios e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

9. Ofício 20134/2021 - TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU (Processo SEI nº 0003826-35.2021.6.15.8000).

Trata da coleta de dados sobre governança organizacional e gestão pública de suas organizações jurisdicionadas (IGG) em cumprimento ao item 9.5.6 do Acórdão TCU 588/2018 Plenário.

CUMPRIDO: adotadas as providências, com o preenchimento e envio do questionário ao Tribunal de Contas da União.

10. Ofício 18609/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 6317/2021 - TCU - 1ª Câmara (Processo SEI nº 0003572-62.2021.6.15.8000).

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor(a).

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: destaque de parcela de quintos incorporados, redução do percentual de anuênios e emitido novo ato no sistema e-Pessoal.

11. Ofício 22196/2021 - TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU (Processo SEI nº 0004183-15.2021.6.15.8000).

Trata do Acórdão 565/2021 - TCU - Plenário representação formulada

com objetivo de regularizar o pagamento da remuneração do cargo em comissão (“opção” do art. 193 da Lei 8.112/1990) aos aposentados, e aos que venha a se aposentar, bem como aos beneficiários de pensão decorrente de aposentadoria nas mesmas condições.

AGUARDA JULGAMENTO DE RECURSO: o Tribunal de Contas da União conheceu pedido de reexame e suspendeu os efeitos de itens do Acórdão 565/2021 - TCU - Plenário.

12. Ofício 1/2021 TCU/Diaup/Sefip, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU (Processo SEI nº 0004859-60.2021.6.15.8000).

Comunica 7º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento.

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO: atualmente este Tribunal vem cumprindo rotineiramente a determinação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB, apurado e prestado os devidos esclarecimentos em indícios apresentados pelo TCU.

13. Ofício 33306/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão nº 1421/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0005452-89.2021.6.15.8000)

Trata da Representação autuada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) com a finalidade de examinar possíveis irregularidades na cessões e requisições de servidores públicos no âmbito do Poder Judiciário.

CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese: envio das informações e documentos solicitados pelo Tribunal de Contas da

União.

14. Ofício 30639/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU (Processo SEI nº 0005212-03.2021.6.15.8000).

Trata do cumprimento pelos órgãos e unidades do sistema de controle interno ao art. 21, II, da Instrução Normativa TCU 84/2021. CUMPRIDO: adotadas as providências, em síntese, envio dos documentos solicitados pelo Tribunal de Contas da União: relatório e certificado de auditoria.

15. Ofício 43732/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão 1.109/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0014792-91.2020.6.15.8000)

Trata da auditoria com vistas a avaliar a efetividade dos procedimentos de backup das organizações públicas federais.

EM CUMPRIMENTO: ciência e cotejamento dos relatórios para verificar a eventual necessidade de aprimoramento. Adoção de providências para identificar práticas adotadas.

16. Ofício 42336/2021-TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdãos 128/2021-TCU-Plenário e 2973/2019-TCU-2ª Câmara (Processo SEI nº 0007968-82.2021.6.15.8000).

Trata de julgamento de contas e ciência da decisão ao recorrente e ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB. O TCU decidiu julgar irregulares as contas do ora recorrente, Sr. Luiz Carlos Peixoto, para condená-lo em débito e aplicar-lhe multa. CUMPRIDO: Foi dada ciência ao servidor (1119929) e encaminhado esclarecimentos ao TCU (Ofício 154 - 1130959).

17. Ofício 57664/2021-TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão 16715/2021-TCU-2ª Câmara (Processo SEI nº 0008164-52.2021.6.15.8000).

Trata de Decisão do TCU ACÓRDÃO Nº 16715/2021- 2ª Câmara que julgou ilegal o ato de Aposentadoria de Ana Lúcia Furtado de Almeida Cavalcante determinado o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE e caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato. CUMPRIDO: O TRE-PB notifica o TCU acerca do cumprimento (1133440).

18. Ofício 58241/2021-TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão 15554/2021-TCU-Primeira Câmara (Processo SEI nº 0008271-96.2021.6.15.8000).

Trata-se de Decisão do TCU que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Paulo José Martins Lacerda determinando o destaque das parcelas excedentes de “quintos” incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros. CUMPRIDO: O TRE-PB notifica o TCU acerca do cumprimento (1123167).

19. Ofício 58236/2021-TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica Acórdão 16526/2021 - TCU - 2ª Câmara (Processo SEI nº 0008313-48.2021.6.15.8000).

Trata-se de Decisão do TCU que considerou ilegal o ato de aposentadoria de João Eudes da Silva Barbosa determinando o

destaque das parcelas excedentes de “quintos” incorporados pelo interessado entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros e faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela opção ora impugnada. CUMPRIDO: O TRE-PB notifica o TCU acerca do cumprimento (1135436).

20. Ofício 48523/2021-TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica o Acórdão 11303/2021 - TCU - Primeira Câmara (Processo SEI nº 0006983-16.2021.6.15.8000).

Trata-se de Decisão do TCU que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Maria do Socorro Leite Dantas determinando o destaque das parcelas excedentes de “quintos” incorporados pelo interessado entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros. CUMPRIDO: O TRE-PB notifica o TCU acerca do cumprimento (1123079).

21. Ofício n. 71698/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunica o Acórdão 2976/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0010138-27.2021.6.15.8000).

Trata-se de decisão do TCU que monitora as decisões nos Acórdãos 199/2011, 1.229/2014 e 2.617/2016, todos do Plenário, prolatados nos autos do TC-014.770/2009-9 (os dois primeiros) e do TC-014.541/2016-5, que visaram, em síntese, verificar a regularidade dos atos de requisição de pessoal no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais. EM CUMPRIMENTO: O TRE-PB foi cientificado e adota providências para cumprimento da determinação.

22. Ofício n. 69732/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal

de Contas da União - TCU, em que notifica o TRE-PB acerca do Acórdão 2686/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0009982-39.2021.6.15.8000)

Trata-se de acompanhamento do cumprimento do Acórdão TCU 1441/2021 - Plenário (que estabeleceu medidas para o recadastramento no sistema e-pessoal dos atos existentes no sistema Sisac que contassem com até 9,5 anos do encaminhamento ao TCU). CUMPRIDO: O TRE-PB foi cientificado e já havia realizado o recadastramento dos atos.

23. Ofício n. 69731/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca do Acórdão 2628/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0009896-68.2021.6.15.8000)

Trata-se de acompanhamento do cumprimento do Acórdão TCU 1441/2021 - Plenário (que estabeleceu medidas para o recadastramento no sistema e-pessoal dos atos existentes no sistema Sisac que contassem com até 9,5 anos do encaminhamento ao TCU). CUMPRIDO: O TRE-PB foi cientificado e já havia realizado o recadastramento dos atos.

24. Ofício n. 69445/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca do Acórdão 2829/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0009899-23.2021.6.15.8000)

Trata-se de monitoramento das determinações ajustadas do Acórdão 2780/2016 - TCU Plenário pelas novas diretrizes exaradas pelo Acórdão 2175/2020-TCU-Plenário, o qual fixou novo entendimento acerca dos critérios de legalidade de pensões outorgadas a filhas

maiores solteiras com base na Lei 3.373/1958. EM CUMPRIMENTO: O TRE-PB foi cientificado e adota providências para cumprimento da determinação.

25. Ofício n. 53979/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que comunica fiscalização para obter dados e avaliar a adoção, pelas organizações públicas federais, de controles críticos para a gestão de Segurança Cibernética (Processo SEI nº 0007718-49.2021.6.15.8000)

CUMPRIDO: Os dados solicitados foram encaminhados por meio do preenchimento do formulário eletrônico.

26. Ofício n. 38960/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que comunica que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, em 16/6/2021, foi determinado que atos de pessoal do sistema Sisac registrados tacitamente com entrada no TCU há menos de 9,5 anos devem ser cadastrados pelo Gestor de Pessoal no sistema e-Pessoal no prazo de 60 dias (Processo SEI nº 0005915-31.2021.6.15.8000)

CUMPRIDO: Os 5 (cinco) atos de pessoal indicados pelo TCU foram cadastrados, conforme determinado.

27. Ofício n. 38961/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que comunica que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, em 16/6/2021, foi determinado que atos de pessoal do sistema Sisac registrados tacitamente com entrada no TCU há menos de 9,5 anos devem ser cadastrados pelo Gestor de Pessoal no sistema e-Pessoal no prazo de 60 dias (Processo SEI nº 0005915-31.2021.6.15.8000)

CUMPRIDO: Os 5 (cinco) atos de pessoal indicados pelo TCU foram

recadastrados, conforme determinado.

28. Ofício n. 583/2021 TCU/Sefit, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que comunica levantamento para conhecer o estágio atual da utilização de tecnologias de Inteligência Artificial nas organizações da Administração Pública Federal (Processo SEI nº 0004692-43.2021.6.15.8000)

CUMPRIDO: Os dados solicitados foram encaminhados por meio do preenchimento do formulário eletrônico.

29. Ofício n. 26334/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca do Acórdão 1055/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº 0004613-64.2021.6.15.8000), que trata do acompanhamento da atuação de 603 órgãos e entidades federais no tratamento de indícios de irregularidades em suas folhas de pagamento, realizado no âmbito do sexto ciclo de fiscalização contínua em folha de pagamento.

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - após análise e tratamento pelo TRE dos indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal. Foi verificada a demonstração de que se tem importado os arquivos da folha de pagamento de maneira tempestiva no sistema e-Pessoal (até o dia 15 do mês subsequente ao da folha respectiva), e tem-se resolvido de maneira célere os indícios apresentados pelo TCU para o TRE/PB.

30. Ofício n. 24674/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca de despacho admitindo recurso e suspendendo itens do Acórdão 565/2021 - TCU - Plenário (Processo SEI nº

0004183-15.2021.6.15.8000).

AGUARDA JULGAMENTO DE RECURSO: o Tribunal de Contas da União conheceu pedido de reexame e suspendeu os efeitos de itens do Acórdão 565/2021 - TCU - Plenário.

31. Ofício n. 13195/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca do Acórdão 4454/2021 - TCU - Segunda Câmara (Processo SEI nº 0000195-83.2021.6.15.8000); O TCU prorrogou por mais 15 dias o prazo para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 12374/2020-TCU- 1ª Câmara.

32. Ofício 7071/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que informa este TRE-PB para providências quanto à suspensão dos efeitos dos itens 9.1, 9.3, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão 13.433/2020-TCU-1ª Câmara, considerando pedido de reexame interposto naquele Tribunal de Contas pela servidora interessada (Processo SEI nº 0000210-52.2021.6.15.8000).

CUMPRIDO: conforme determinação.

33. Ofício n. 052/2021 TCU/SecexAdmin, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, comunicando que foi autorizada a realização de levantamento na Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), com os objetivos de “induzir o aprimoramento da governança” e a “(...) disponibilidade e a confiabilidade de informações na Administração Pública” (Processo SEI nº 0000602-89.2021.6.15.8000).

Após adotadas providências para responder ao levantamento, ele foi cancelado: a reunião agendada pelo TCU não foi realizada, assim

como o questionário de levantamento de dados da Estratégia Nacional do Poder Judiciário foi cancelado, conforme comunicação feita por e-mail (0967040), no sentido de que “Ficam revogados a solicitação e o prazo veiculado nos ofícios de requisição dirigidos aos órgãos”.

34. Ofício n. 436/2021 TCU/Seproc, oriundo do Tribunal de Contas da União - TCU, em que notifica este TRE-PB acerca do Acórdão 1345/2020 - TCU - Plenário, por meio do qual o Tribunal de Contas da União apreciou o Processo TC 025.106/2019-8, considerando-o improcedente quanto a alegada inadequação da Resolução-TSE 23.523/2017 e da Portaria - TSE 671/2017, e restituiu os autos à SecexAdmin para apurar e diligenciar junto aos Tribunais Regionais Eleitorais a aderência aos critérios e limites definidos na citada resolução TSE.

CUMPRIDO: as informações solicitadas pelo TCU foram encaminhadas tempestivamente.

35. Instrução Normativa (IN) TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa (DN) TCU nº 187/2020 (Processo SEI nº 0012032-72.2020.6.15.8000).

A DN 187 estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações e da IN TCU nº 84/2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - o trabalho encontra-se em andamento, inclusive a auditoria financeira, e passou a ser permanente.

36. Apuração e/ou tratamento de 14 indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal.

- 1 (um) no processo 0001752-08.2021.6.15.8000;
- 1 (um) no processo 0002200-78.2021.6.15.8000;
- 1 (um) no processo 0003383-84.2021.6.15.8000;
- 1 (um) no processo 0003511-07.2021.6.15.8000;
- 2 (dois) no processo 0003683-46.2021.6.15.8000;
- 1 (um) no processo 0005831-30.2021.6.15.8000;
- 5 (cinco) no processo 0005915-31.2021.6.15.8000 (novos atos de pessoal);
- 1 (um) no processo 0006865-40.2021.6.15.8000 (novo ato de pessoal);
- 1 (um) processo 0009366-64.2021.6.15.8000;

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - após análise e tratamento pelo TRE dos indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal.

No caso dos atos de pessoal, foi realizado novo cadastro no sistema e, em alguns casos, nova análise e novo envio ao TCU eletronicamente.

37. Envio mensal ao TCU, até o dia 15 de cada mês, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - Atualmente este Tribunal vem cumprindo rotineiramente a determinação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB.

Auditorias e Consultorias internas

A Resolução TRE/PB nº 26/2018 disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE/PB, chamada de Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI). Essa unidade administrativa, vinculada administrativamente ao Presidente e funcionalmente ao Plenário do Tribunal, instância de apoio a governança, é responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

Os resultados dos trabalhos de auditoria e consultoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Eles estão disponíveis no menu Transparência e Prestação de Contas: Relatórios de Auditorias e Consultorias.

A COAUDI também quantifica e divulga os benefícios advindos pelas recomendações implementadas: Benefícios concretizados de auditorias.

Quanto ao item relativo às Informações orçamentárias, financeiras e contábeis informa-se que não houve contratação de empresa de auditoria independente.

A COAUDI em números - 2021

Equipe COAUDI



Supervisor
01

Audidores
05

Auditorias e Consultorias

5 Auditorias

- Acessibilidade Digital;
- Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos;
- Auditoria de Monitoramento de recomendações;
- Auditoria Financeira e certificação das contas em andamento;
- Auditoria nas contratações de TICs.

5 Consultorias

- Consultoria no Aperfeiçoamento do processo de trabalho no recebimento de Acórdãos do TCU;
- Consultoria na elaboração do programa de integridade do Tribunal;
- Consultoria na análise da Resolução do CNJ que trata da Governança de Aquisições;
- Consultorias informais/ Ad hoc.

Achados e Recomendação

47

Achados da Auditoria

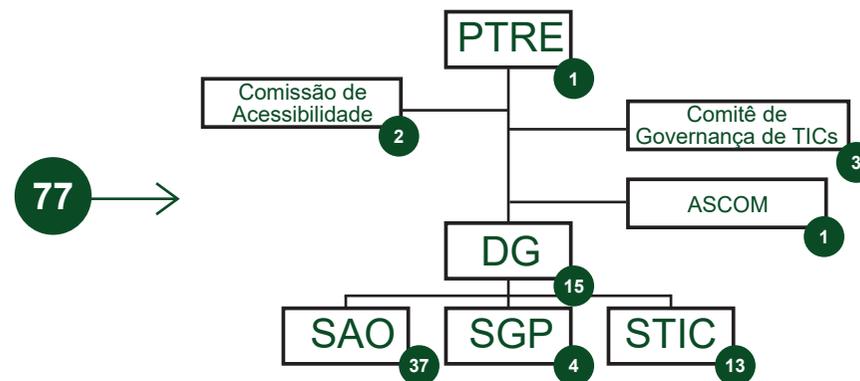
77

Recomendações da Auditoria

Achados por unidade funcional



Recomendações por unidade funcional



Relatório de monitoramento	
Relatório de monitoramento das recomendações	20
Recomendações atendidas no exercício 2021	27
Recomendações em andamento	19
Relatório anual de atividades ao plenário	1

Tabela 68: Relatório de monitoramento

Análises mandatórias	
Admissões	1
Aposentadorias	12
Pensão civil	5
Análise de processos com Acórdãos emitidos pelo TCU	17

Tabela 69: Análises Mandatórias

Ações de capacitação



Cursos

45

Horas de treinamento recebidas por auditores

05

Boletim informativo COAUDI	04
Reuniões internas gerenciais	39
Reuniões com unidades cliente (monitoramento)	03
Relatório geral de monitoramento	02

Evolução do indicador estratégico nº 8.1

Índice de cumprimento das recomendações expedidas



Jun 2021

78,29%

Meta 60%

Dez 2021

76,34

Meta 60%

Oportunidades, ameaças e desafios da Unidade de Auditoria Interna:

Oportunidades:

- aprimorar os conhecimentos com o estudo dos diversos materiais sobre auditoria;
- estimular que os auditores internos sejam certificados;
- criar indicador de desempenho individual de auditores.

Ameaças:

- possibilidade do Presidente modificar de forma considerável a equipe de auditores;
- possibilidade da administração do Tribunal diminuir a estrutura da unidade de auditoria interna;
- não existir muita maturidade de gestores e servidores do Tribunal acerca da importância de cumprir as recomendações estruturantes de auditoria e, após isso, continuar tratando riscos e estabelecendo e/ou aperfeiçoando controles.

Desafio(s):

- consolidar o processo de avaliação da qualidade das auditorias e consultorias, para agregar o maior valor possível ao Tribunal.

Anexos e Apêndices

Lista de Figuras

- Figura 01: Referencial Es5 estratégico – pag 7
- Figura 02: Mapa das Zonas Eleitorais – pag 8
- Figura 03: Estrutura de Governança – pag 9
- Figura 04: Modelo de Negócio – pag 10
- Figura 05: Cadeia de Valor do TRE-PB – pag 11
- Figura 06: SISTEMA SEI OUVIDORIA - Demandas recebidas em 2021 – pag 13
- Figura 07: Avaliação quanto a clareza da resposta – pag 14
- Figura 08: Avaliação quanto a qualidade da resposta – pag 15
- Figura 09: Avaliação quanto ao tempo da resposta – pag 15
- Figura 10: QR CODE - Transparência e Prestação de Contas – pag 16
- Figura 11: 900 páginas analisadas – pag 17
- Figura 12: Objetivos de desenvolvimento sustentável – pag 17
- Figura 13: Revisão de Tipos de Decisão na Base de Jurisprudência do TRE-PB – pag 18
- Figura 14: QR CODE Contas partidárias – página 19
- Figura 15: QR CODE Sistema de Normas – página 22
- Figura 16: QR CODE Balcão Virtual – página 23
- Figura 17: Temáticas abordadas no relatório – página 25
- Figura 18: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa” – página 27
- Figura 19: Planejamento Estratégico – página 34
- Figura 20: Instâncias Internas de Governança – página 35
- Figura 21: Instâncias Internas de apoio a Governança – página 36
- Figura 22: Ações da Escola Judiciária Eleitoral – página 39
- Figura 23: Selo Prata CNJ de Qualidade 2021 – página 46
- Figura 24: Projetos e Processos – página 47
- Figura 25: Seu voto tem poder – página 47
- Figura 26: Produtividade – página 47
- Figura 27: Capacitações promovidas pela EJE-PB – página 57
- Figura 28: Ações ocorridas – página 59
- Figura 29: Ações COPFEM – página 60
- Figura 30: Fluxo do processo – página 62
- Figura 31: Apuração dos custos – página 63
- Figura 32: Custos atividades e serviços – página 64

Lista de Tabelas

- Tabela 01- Riscos – página 28
- Tabela 02- Oportunidades e Ameaças – página 32
- Tabela 03- Perspectivas do TRE-PB – página 33
- Tabela 04- Iniciativas Estratégicas – página 38
- Tabela 05- Iniciativas Estratégicas – página 40
- Tabela 06- Metas Estabelecidas para Justiça Eleitoral no ano de 2021 – página 42
- Tabela 07- Iniciativas Estratégicas realizadas – página 42
- Tabela 08- Iniciativas Estratégicas realizadas em 2021 – página 45
- Tabela 09- Iniciativas Estratégicas – página 46
- Tabela 10- Faixa etária dos servidores do TRE-PB – página 48
- Tabela 11- Situação Funcional dos servidores do TRE- PB – página 48
- Tabela 12- Unidade de exercício dos servidores do TRE-PB – página 49
- Tabela 13- Ocupação de funções comissionadas do TRE-PB – página 49
- Tabela 14- Ocupação de cargos em comissão do TRE-PB – página 49
- Tabela 15- Ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas do TRE-PB – página 50
- Tabela 16- Gastos com pessoal em 2021 – página 50
- Tabela 17- Tipos de remuneração dos servidores ativos – página 51
- Tabela 18- Tipos de remuneração dos servidores inativos e pensionistas – página 51
- Tabela 19- Evolução dos gastos com pessoal – página 51
- Tabela 20- Avaliações de estágio probatório – página 52
- Tabela 21- Progressão/ Promoção funcional – página 53
- Tabela 22- Distribuição de faixas salariais – página 53
- Tabela 23- Programa de Estágio do TRE-PB - (A) Período Janeiro/2021 a Junho/2021 - Quantidade de Estagiários Ativos e Despesas por Mês – página 54
- Tabela 24- Programa de Estágio do TRE-PB - (B) Período Julho/2021 a Dezembro/2021 - Quantidade de Estagiários Ativos e Despesas por Mês – página 55
- Tabela 25- Programa de Estágio do TRE-PB - (C) Resumo de Gastos com o Programa de Estágio do TRE-PB – página 56
- Tabela 26- Capacitações – página 57
- Tabela 27- Ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão – página 58
- Tabela 28- Ações promovidas – página 59
- Tabela 29- Despesas Extraorçamentárias – página 68
- Tabela 30- Contratações significativas – página 70
- Tabela 31- Gastos com Tecnologia da Informação – página 71
- Tabela 32- Gastos com funcionamento administrativo – página 72
- Tabela 33- Locação de Imóveis – página 75
- Tabela 34- Imóveis próprios, locados e cedidos – página 76
- Tabela 35- Situação dos Imóveis Próprios – página 76
- Tabela 36- Contratações mais relevantes de recursos de TIC – página 79
- Tabela 37- Principais Iniciativas – página 79
- Tabela 38- Balanço Patrimonial- Ativo – página 85
- Tabela 39- Balanço Patrimonial- Passivo – página 87
- Tabela 40- Patrimônio Líquido – página 88
- Tabela 41- Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes – página 89
- Tabela 42- Quadro de compensações- Ativo – página 89

Tabela 43- Quadro de compensações- Passivo – página 90	Tabela 66: Variações Patrimoniais Quantitativas (3) – página 120
Tabela 44- Variações Patrimoniais Quantitativas – página 91	Tabela 67: Patrimônio Líquido – página 121
Tabela 45- Variações Patrimoniais Diminutivas -página 92	Tabela 68: Relatório de monitoramento – página 130
Tabela 46- Receita – página 95	Tabela 69: Análises Mandatórias – página 130
Tabela 47- Despesa – página 96	
Tabela 48- Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados – página 97	
Tabela 49- Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados não processados liquidado – página 98	
Tabela 50- Ingressos – página 99	
Tabela 51- Dispêndios – página 101	
Tabela 52- Demonstração de Fluxo de Caixa – página 103	
Tabela 53- Caixa e equivalente de Caixa – página 105	
Tabela 54- Estoques – página 105	
Tabela 55- Imobilizado – página 106	
Tabela 56- Vida útil e valor residual dos Bens Móveis – página 107	
Tabela 57- Depreciação acumulada dos Bens Móveis – página 108	
Tabela 58- Depreciação acumulada dos Bens Imóveis – página 110	
Tabela 59- evolução da depreciação acumulada dos bens imóveis nos exercícios de 2020 e 2021 – página 114	
Tabela 60- Intangível – página 114	
Tabela 61- Passivo Circulante – página 115	
Tabela 62- Resultados acumulados – página 116	
Tabela 63- Transferências e Delegações Recebidas Concedidas – página 117	
Tabela 64: Variações Patrimoniais Quantitativas – página 118	
Tabela 65: Variações Patrimoniais Quantitativas (2) – página 119	

Lista de Gráficos

- Gráfico 01: Índice de Vacinação TRE-PB - Novembro/2021 – página 31
- Gráfico 02: Desempenho da Estratégia – página 37
- Gráfico 03: Promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional – página 39
- Gráfico 04: Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais – página 40
- Gráfico 05: Aperfeiçoar a comunicação e a informação – página 42
- Gráfico 06: Promover a sustentabilidade – página 43
- Gráfico 07: Aperfeiçoar a gestão de pessoas – página 43
- Gráfico 08: Aperfeiçoar a governança e gestão – página 44
- Gráfico 09: 10 maiores itens de custo – página 64
- Gráfico 10: Custos em subgrupos – página 65
- Gráfico 11: Custos por atividades/ serviços – página 65
- Gráfico 12: Funcionamento da secretaria x atendimento ao público – página 65
- Gráfico 13: Distribuição da LOA/2021 – página 66
- Gráfico 14: Dotação da LOA/2021 - página 67
- Gráfico 15: Execução – discriminação – página 67
- Gráfico 16: Despesas por modalidade de contratação em 2021 – página 67
- Gráfico 17- Tipos de contratações – página 70
- Gráfico 18- Baixa Patrimonial – página 74
- Gráfico 19- Gestão de frota de veículos – página 76
- Gráfico 20- Gastos com combustíveis em 2021 – página 76
- Gráfico 21- Manutenção dos veículos – página 77
- Gráfico 22- Recursos aplicados em TICS – página 78



TRE-PB

Relatório de Gestão- 2021

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba